

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**DENIZE DAUDT BANDEIRA**

**TERRITORIALIDADE COMPARTILHADA:  
COMUNICAÇÃO E CIDADANIA**

**GOIÂNIA  
2012**

**DENIZE DAUDT BANDEIRA**

**TERRITORIALIDADE COMPARTILHADA:  
COMUNICAÇÃO E CIDADANIA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Mídia e Cidadania, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas

**GOIÂNIA  
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

B214t      Bandeira, Denize Daudt dos Santos.  
Territorialidade compartilhada [manuscrito]: comunicação e  
cidadania / Denize Daudt dos Santos Bandeira. – 2012.  
165 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012.

Bibliografia.  
Apêndices.

1. Radiodifusão comunitária – Setor Santa Luzia – Aparecida  
de Goiânia (GO). 2. Cidadania. 3. Territorialidade compartilhada.  
I. Título.

CDU: 654.19:342.71

Ao meu marido, amigo e companheiro de todos os momentos, Marcos Aurélio Alves Bandeira, pela paciência, dedicação e carinho.

À pequena bailarina Beatrice Daudt Bandeira, minha filha, cuja presença ilumina o meu lar.

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial, a todos os moradores do complexo do Setor Santa Luzia, sem os quais este trabalho não seria possível.

Ao professor Luiz Antônio Signates Freitas, que apontou os caminhos para o aprimoramento constante do projeto.

Aos meus colegas de trabalho, que durante dois anos tiveram a paciência de me ouvir falar sobre o mesmo assunto.

Às colegas de mestrado Eva Arantes, Bernadete Coelho e Adriana Moraes, pelas diversas caronas até o Câmpus 2 da UFG.

## RESUMO

O trabalho debate o sentido de comunidade presente no complexo do Setor Santa Luzia - em Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás -, onde está instalada a rádio comunitária Primavera FM, e sua interferência na efetivação da emissora como espaço de articulação social em prol da cidadania. Permeia a discussão os processos comunicacionais e a sua relação com a cidadania, onde ganha destaque a democratização da comunicação, que tem nas rádios comunitárias o principal instrumento de fomento ao debate. É traçado um panorama histórico acerca do direito e da garantia do acesso à informação e da discussão sobre a democratização da comunicação, que culminará na atual lei que norteia a radiodifusão comunitária no Brasil - Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Utilizou-se a pesquisa qualitativa e o estudo de caso como modalidade/estratégia. A dissertação aponta para a necessidade de atualização do debate acerca de políticas públicas que garantam a efetivação das emissoras comunitárias no país, à luz do conceito de comunidade como territorialidade compartilhada, proposto por esta dissertação, e do uso de novas ferramentas, a exemplo da Internet, como novo instrumento de mobilização social.

**Palavras-chave:** Comunidade. Cidadania. Comunicação. Rádio Comunitária. Sociedade. Territorialidade.

## ABSTRACT

The paper discusses the sense of community present in the complex of Setor Santa Luzia - in Aparecida de Goiânia city, state of Goiás - where exists community radio Primavera FM, and its interference in the execution of the station as a space of social articulation in favor of citizenship. Permeates the discussion of the communication processes and their relationship to citizenship, which is highlighted the democratization of communication, community radio has been the main instrument in the promotion of the debate. It traced a historical overview about the law and ensuring access to information and discussion about the democratization of communication, culminating in the current law that guides the community broadcasting in Brazil - Law No. 9612 of February 19, 1998. In this study was used the qualitative research and case study as method/strategy. The paper points to the need to update the debate about public policies that guarantee the effectiveness of community radio stations in the country, in light of the concept of community as shared territoriality proposed by this dissertation, and the use of new tools, such as the Internet, as a new instrument of social mobilization.

**Keywords:** Community. Citizenship. Communication. Community Radio. Company. Territoriality.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	11
2.1 COMUNIDADE E SOCIEDADE.....	11
2.1.1 A busca por um conceito.....	11
2.2 CIDADANIA.....	21
2.2.1 Concepção histórica.....	21
2.2.2 A cidadania no mundo moderno.....	29
2.3 CIDADANIA NO BRASIL: UM CAMINHO AINDA EM CONSTRUÇÃO.....	31
2.3.1 Cidadania e espaço territorial.....	31
<b>2.4 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE CIDADANIA</b> .....	38
2.4.1 Relação da comunicação com a cidadania.....	38
2.5 A RELAÇÃO DO RÁDIO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA.....	44
2.5.1 A radiodifusão no Brasil.....	44
2.5.2 A chegada do rádio no estado de Goiás.....	51
2.6 AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO SOCIAL.....	56
2.6.1 Percurso histórico e características.....	56
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	68
3.1 Estudo de caso como estratégia de pesquisa.....	68
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	74
4.1 O complexo do Setor Santa Luzia: processos comunicacionais.....	74
4.1.1 Em busca de um conceito de comunidade.....	74
4.1.2 “O Som da Comunidade”.....	85
4.1.3 O sentido de comunidade no complexo do Setor Santa Luzia.....	92
<b>4.2 CONCLUSÃO TEÓRICA</b> .....	104
4.2.1 TERRITORIALIDADE COMPARTILHADA.....	104
4.2.1.1 Tensão entre comunidade e sociedade.....	104
4.2.1.2 O problema é comunicacional?.....	110
4.2.1.3 As rádios comunitárias são a solução?.....	116
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	129
<b>APÊNDICES</b> .....	136



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da necessária continuidade de uma pesquisa da autora, em parceria com a professora Ângela de Moraes, realizada para o Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania da então Universidade Católica de Goiás (hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás), durante os anos de 2007 e 2008. O projeto “As Rádios Comunitárias de Aparecida de Goiânia: entre a Idealização do Conceito e a Realidade” teve como objetivo analisar se as rádios comunitárias localizadas no complexo do Setor Santa Luzia, naquele município goiano, trabalham conforme os parâmetros legais e conceituais que as definem como veículos de comunicação comunitária, que, neste caso, passa à condição de pesquisa exploratória.

Após a finalização do trabalho, cujo resultado foi publicado na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (BANDEIRA; MORAES, 2009), chegou-se à conclusão de que as emissoras estavam completamente fora dos parâmetros conceituais que as definiriam como rádios comunitárias. Os dados também revelaram uma ausência acentuada da participação popular, que, segundo os diretores das rádios pesquisadas, ocorre pela falta de interesse dos próprios integrantes da comunidade onde as emissoras estão situadas.

Foram essas informações que levaram à pergunta principal desta dissertação: quais as características que definem o sentido de comunidade presente nas relações entre os indivíduos do complexo do Setor Santa Luzia e seus possíveis reflexos na rádio comunitária local, a Primavera FM? Outras duas questões, não menos importantes, também foram suscitadas pelo diagnóstico: a) Qual o olhar da comunidade em relação à rádio em questão? b) Em que medida as relações vivenciadas na comunidade onde está instalada a rádio comunitária solicitam uma redefinição do conceito de mídia comunitária?

Aqui, a intenção é entender a maneira como os indivíduos se percebem dentro da formação social, neste caso, a comunidade, e sua interferência no processo de comunicação comunitária, questão que afeta diretamente a consolidação da proposta de democratização da comunicação, entendida não apenas como o direito à informação, mas também como direito à produção de conteúdo. Neste sentido, a comunicação passa a desempenhar um papel fundamental na esfera social, principalmente quando pensada a partir dos meios de comunicação de largo alcance, como a televisão, o rádio e a Internet, que afetam direta ou

indiretamente a maneira como os sujeitos se percebem na dinâmica social.

Em busca dos subsídios para responder a essas questões, na revisão de literatura foram discutidos os conceitos de comunidade e sociedade, cidadania, rádio comunitária e a relação entre os conceitos de cidadania e comunicação. A discussão sobre o conceito de comunidade foi fundamental também para a definição das categorias de análise propostas no percurso metodológico, em que se optou pelo estudo de caso. Essa etapa do trabalho possibilitou um maior aprofundamento teórico e conceitual acerca do tema e uma maior compreensão do objeto de pesquisa, bem como do papel da comunicação no processo de cidadania.

A revisão de literatura traz ainda um pouco da história do rádio no Brasil e em Goiás, destacando-se os principais episódios do veículo ao longo de sua evolução histórica e seus momentos de contribuição para a afirmação ou negação da cidadania. Durante a discussão sobre a rádio comunitária, buscou-se demonstrar a proximidade do tema com o debate sobre a democratização da comunicação e o risco que o monopólio dos meios comunicacionais representa para sua plena efetivação.

A pesquisa de campo, que foi realizada na região circunvizinha à rádio comunitária Primavera FM, aqui denominada complexo do Setor Santa Luzia, contou com entrevista em profundidade, em que foram ouvidos 16 moradores. Esse processo do trabalho possibilitou compreender a relação que esses moradores estabelecem com a região e com seus vizinhos de bairro, e ainda a compreensão que têm dos conceitos de comunidade e de rádio comunitária, além da sua relação com a Rádio Primavera FM.

Conjuntamente aos conceitos trabalhados na revisão de literatura, a pesquisa apontou alguns fatores fundamentais ao entendimento sobre como os problemas aqui destacados não interferem apenas na efetivação da Rádio Primavera FM como espaço promotor de uma cidadania ativa por meio da comunicação, mas também das políticas públicas para o Setor.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 COMUNIDADE E SOCIEDADE

#### 2.1.1 A busca por um conceito

Propõe-se aqui entender os conceitos de comunidade e sociedade, fundamentais para a elucidação do problema proposto pelo presente trabalho: compreender a relação entre os moradores da comunidade do complexo do Setor Santa Luzia e a rádio comunitária Primavera FM, e seus possíveis reflexos na programação e gestão da emissora. A discussão dos conceitos, presentes também no debate sobre cidadania, possibilitou as categorias de análise desta dissertação.

A partir de Ferdinand Tönnies pode-se afirmar que a noção de comunidade (*Gemeinschaft*) está estabelecida pela forma orgânica em que ocorrem as relações humanas. O termo sociedade (*Gesellschaft*), por sua vez, estaria relacionado a uma construção mecânica, virtual, entendida aqui como algo fora da relação de proximidade e, portanto, localizado no interesse individual, na massa, no Estado. Neste caso, comunidade remete a tudo o que é íntimo, próximo, o que se contrapõe à ideia de sociedade, em que as relações estão fundamentadas naquilo que é público, nas questões que dizem respeito ao mundo.

Nisbet (1983, p. 255), ao abordar o tema, afirma que “[...] o conceito mais fundamental e de mais largo alcance dentre as idéias-elementos da Sociologia é o de comunidade”. A afirmação do autor diz respeito a uma “reação intelectual”, que ganha espaço a partir do século XIX, e que se caracteriza como uma manifestação contra a lógica imposta pela modernidade, que tem como principais características a racionalidade e o individualismo, em contraposição à comunidade tradicional. O autor defende que “[...] a comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social, encarada separadamente”(NISBET, 1983, p. 255).

Segundo ele,

No sentido em que é empregado por muitos pensadores dos séculos XIX e XX, o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade de tempo [...] sua força psicológica deriva duma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais que não seria possível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. (NISBET, 1983, p. 255-256)

Ao citar Raymond Williams, Nisbet (1983, p. 259) reforça a oposição entre os conceitos de comunidade e sociedade, afirmando que “[...] nas grandes cidades os homens se reúnem pela ambição do lucro. Durante a acumulação de fortunas não se encontram num estado de cooperação, mas numa situação de isolamento”. A comunidade remete ao universo de nosso conhecimento, diferente da sociedade, espaço onde somos jogados para disputar a própria sobrevivência.

O público, no sentido aqui abordado, é compreendido como o que está fora da vivência em comum, do íntimo, da existência coletiva, do sentido primário de comunidade. Segundo Adorno e Horkheimer (1983, p. 264), “[...] o conceito de Sociedade como tal só veio a ser formulado durante a ascensão da burguesia moderna, como um conceito da autêntica 'sociedade' em oposição à Corte”. Ao abordarem o conceito de comunidade, os autores ancoram-se no pensamento de Platão e afirmam que:

[...] uma cidade nasce quando um de nós já não se basta a si próprio e sente a necessidade de muitos outros [...]. Por isso, quando um homem se aproxima de outro por uma necessidade, e outro por outra, e havendo muitas necessidades, reúnem-se num só lugar muitos companheiros e auxiliares; e a essa convivência damos o nome de cidade. A comunidade cidadina mais elementar consiste em quatro ou cinco homens que se ajudam mutuamente para satisfação de suas necessidades e carências, procurando alimento, casa e vestuário. (ADORNO; HORKHEIMER, 1983, p. 264-265)

É interessante ressaltar que o conceito de comunidade está diretamente relacionado ao de bem-estar. “O adolescente é posto em guarda contra a má sociedade, mas a expressão ‘má comunidade’ soa como uma contradição” (TÖNNIES, 1977, p. 107). Por isso, conforme o autor, pode-se apontar a existência de várias comunidades, como a da língua, a dos costumes e

a da fé. É possível também referir-se ainda à existência de uma comunidade do campo, da mata e das pastagens, além da comunidade familiar, que está presente na relação entre cônjuges, filhos, noivos etc. Por sua vez, o termo sociedade está relacionado ao mundo do trabalho, da viagem e das ciências. “Comunidade é termo velho, sociedade é termo novo, como coisa e como substantivo” (TÖNNIES, 1977, p. 107).

Para o filósofo Martin Buber (2008), o conceito de comunidade perde sua aplicabilidade em boa parte das agregações humanas que se consolidaram historicamente. Leal (2007), ao abordar alguns autores que trabalham o conceito de comunidade, cita Wirth, que, por sua vez, confirma o pensamento de Buber ao afirmar que “[...] houve um processo histórico de cisão da unidade comunitária, caracterizada, sobretudo, pela evolução técnica que motivou os processos de industrialização, urbanização e o individualismo, ou seja, o surgimento das sociedades modernas” (WIRTH apud LEAL, 2007, p. 380). E essa sociedade é a responsável pela atual concepção de cidadania.

No entanto, a sociedade contemporânea representa uma fonte de tendências e juízos, promovendo uma forte influência sobre a concepção de quem sejam os integrantes da comunidade e sobre sua representação como entidade social. Seria a comunidade, como aponta Tönnies (1977, p. 108), “a vida comum, verdadeira e duradoura”? A sociedade estaria então relacionada a tudo que é passageiro e aparente? Em caso afirmativo, a comunidade estaria relacionada a um organismo vivo, e a sociedade, a tudo que é mecânico e artificial, como afirma Tönnies. Fazendo uso do pensamento de Adorno e Horkheimer (1983, p. 265), pode-se dizer que “a constituição em sociedade é concebida na base da divisão do trabalho como meio para satisfazer as necessidades materiais de uma comunidade”.

O conceito de sociedade só voltou a florescer com o advento da época burguesa, quando se tornou visível o contraste entre as instituições feudais e absolutistas, por um lado, e aquela camada social que já dominava então o processo vital material da sociedade, por outro lado, e foi atualizado o antagonismo entre sociedade e instituições vigentes. O Estado deixa de ser aceito como imagem da Cidade de Deus (a *civitas Dei*). (ADORNO; HORKHEIMER, 1983, p. 267)

Em Tönnies, encontram-se também elementos para uma teoria da comunidade, que surge com o intuito de explicar a necessidade do homem de se sentir empiricamente em unidade, o que, segundo o autor, está relacionado à natureza primitiva do homem em prol de sua sobrevivência. Essa busca de identidade social e da garantia de laços que possam

contribuir para a manutenção da existência do homem está presente de forma mais intensa nas relações estabelecidas entre mães e filhos, na união conjugal e nos laços entre irmãos, o que revela que em muitos momentos o conceito de comunidade está diretamente relacionado ao caráter sanguíneo.

Por outro lado, a comunidade também tem como característica a ligação de seus membros com o que é sagrado, ou a existência de um vínculo formado por meio da partilha de um lugar comum. Assim, segundo Tönnies (1977), podem-se definir três espécies de comunidade: a de sangue, a de espírito e a de lugar.

Conforme o autor,

As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas assim no espaço como no tempo e, por conseguinte, em seu desenvolvimento e em cada um de seus fenômenos particulares, como em geral na cultura humana e em sua história [...] em toda parte onde pessoas dependem umas das outras por suas vontades orgânicas e se aprovam reciprocamente, há comunidade de uma ou de outra espécie, a primeira maneira implicando a última, ou esta se havendo formado por via de uma interdependência relativa diante da primeira. [...] A vizinhança é o caráter geral da vida comum na aldeia, onde a aproximação das habitações, a linha divisória do campo, até mesmo o simples limite das terras determinam os numerosos contactos dos homens; onde o hábito de conviver e o conhecimento confiante e mútuo necessitam do trabalho, da ordem e da administração comuns, dão lugar à imploração de favores e de graças junto aos deuses e aos espíritos tutelares da terra e da água, que dispensam bênçãos e conjuram o mal. Condicionada, essencialmente, pelo habitat comum, pode essa comunidade manter-se, também, afastada, posto que mais dificilmente do que a primeira. (TÖNNIES, 1977, p. 109)

Ao estabelecer uma aproximação entre os conceitos de comunidade e sociedade, observa-se que, para Tönnies (1977), embora a sociedade, em alguns momentos, forneça a falsa impressão de proximidade, os laços socialmente formados, apesar de muitas vezes pacíficos, não são organicamente estabelecidos. Segundo o autor, as pessoas “[...] na comunidade, permanecem ligadas, apesar de toda a separação, na sociedade vivem separadas, apesar de toda a ligação” (TÖNNIES, 1977, p. 110). Embora estabeleça objetivos comuns, a ação na sociedade é restrita a um momento e a uma meta específicos, o que não garante uma vida orgânica em outros momentos e lugares.

Esta é, segundo o autor, a “[...] descrição geral da ‘sociedade civil’ ou ‘sociedade de troca’, cuja economia política é aplicada em conhecer a natureza e as ações, estado no qual, segundo a expressão de Adam Smith, ‘cada qual é um comerciante’” (TÖNNIES, 1977, p. 111). A expressão “comerciante”, ressalta-se, é utilizada por Tönnies no sentido das relações

humanas em busca de objetivos individuais, o que, segundo a teoria da comunidade, não são tão perceptíveis nas relações de sangue. Para Nisbet (1983, p. 256),

O elemento fundamental do liame comunitário é a antítese, real ou imaginária, representada no mesmo ambiente social pelas relações não comunitárias de competição ou conflito, utilidade ou consentimento contratual. Face ao seu caráter relativamente interpessoal e anônimo, essas relações evidenciam a estreita ligação pessoal que prevalece na comunidade.

Se comunidade, em sua essência, representa a valorização da convivência entre os indivíduos, a sociedade é voltada ao individualismo. Nesta, pessoas sem nenhuma relação anterior passam a ter uma convivência estabelecida segundo interesses também particulares. Apesar de se confundirem em alguns momentos, comunidade e sociedade estão em extremos opostos, e o que as diferencia é a motivação do contato com o outro e os laços que os mantêm.

Para Bauman (2003), a palavra comunidade (*Gemeinschaft*) guarda em sua essência um sentido de bem-estar. O conceito está relacionado à segurança e a uma profunda sensação de paz e tranquilidade. No entanto, o autor, ao se referir à mitologia grega de Tântalo, filho de Zeus e de Plutó, alerta sobre um profundo abismo entre o desejo e a realidade, no que tange ao conceito de comunidade. Segundo o mito, Tântalo, que vivia em paz e harmonia com os deuses, participando dos banquetes e das festas do Olimpo, um dia sente o desejo de usufruir da própria condição de deus. Como punição, é mergulhado até o pescoço em água, e sobre sua cabeça pendurado um ramo de frutas. Ao sentir sede e tentar beber da água, ela desaparece, o que também acontece com as frutas, quando tenta saciar sua fome. Dessa forma, o jovem é condenado a desejar, durante toda a eternidade, algo que jamais será capaz de desfrutar.

Ao traçar um paralelo entre o mito de Tântalo e o desejo do homem pela comunidade primitiva, na qual os indivíduos se sentiriam protegidos de toda insegurança, Bauman (2003) diz que esse anseio jamais será realizado de forma plena. Essa busca por segurança se dá principalmente a partir da Revolução Industrial, em virtude de uma profunda mudança nas relações humanas em todas as suas esferas, sejam elas política, econômica ou cultural, e corrobora o desejo de estar em comunidade, tornando o conceito cada vez mais abstrato.

É no próprio Bauman (2003) que se encontram respostas para algumas manifestações ocorridas no seio da comunidade, totalmente contraditórias à ideia de bem-estar e nas quais o espaço aparece como regulatório. Segundo o autor, a comunidade só sobrevive quando suas normas e regras não são questionadas. Isso se deve ao fato de a comunidade, apesar de estar

relacionada ao espaço de bem-estar e da segurança dos indivíduos, também está vinculada à concepção regulatória, de dominação e coerção, o que remete novamente ao conceito de sociedade civil, na qual há uma luta constante entre o espaço de regulação e o de emancipação. Enquanto a regulação é relacionada ao conservadorismo das relações sociais, a emancipação é vista como o espaço para a realização das utopias, o que não descarta a interdependência entre os dois termos.

Por isso, para Bauman (2003), a comunidade jamais pode ser identificada como local apenas de emancipação, reflexão, crítica ou experimentação. Logo, o que sobressai é o sentido da preservação da identidade coletiva. E é justamente para defender essa identidade que surgem os mitos, o domínio exercido muitas vezes pela irracionalidade, pela força física ou psicológica, imposta quase sempre pelo medo. No entanto, são conflitos necessários à própria sobrevivência do grupo em um dado momento histórico.

O filme *A Vila (The Village)*, de Night Shyamalan, é um bom exemplo alegórico de como isso se dá. Em seus 108 minutos de duração, o longa mostra como os moradores de um pequeno vilarejo de Covington, localizado no meio de uma floresta da zona rural da Pensilvânia, nos Estados Unidos, construíram mitos para manter a unidade da comunidade formada por 60 moradores. Pode-se afirmar que a vila, parada no século XIX, representa a vida em comunidade, onde todos vivem em prol da manutenção da paz e da harmonia coletiva, que precisa a todo custo ser preservada, mesmo que isso dependa da liberdade de seus integrantes.

Além da floresta, que representa a linha divisória entre o mundo da harmonia e o da violência, está a sociedade, que pode ameaçá-los com seus comportamentos e novidades. Para manter a coesão do grupo, é criada a lenda dos “aqueles-de-quem-não-falamos”, uma forma de, a partir do medo, evitar questionamentos do que há além da floresta, estabelecendo assim o controle a partir do silêncio e da ignorância. A vila passa a ser ameaçada quando Lucius (personagem de Joaquim Phoenix) começa a questionar as restrições estabelecidas pelos líderes locais, assim como ocorre em qualquer outra comunidade.

A comunidade, sob esse ponto de vista, estaria embutida em um sentimento de ternura e orgulho capaz de manter a coesão do grupo, mesmo que em momentos isolados. Sentimentos construídos muitas vezes pela própria comunidade, a partir de seus mitos e lendas. Leal (2006), ao discutir o conceito de comunidade em Bauman, lembra que o autor aponta para uma ruptura no termo, que estaria dividido em “comunidade estética” e



“comunidade ética”. A comunidade estética, que Bauman também chama de “comunidade cabide”, tem como referência o pensamento de Kant e está relacionada a tudo que é transitório, superficial e descartável, o que aproximaria o conceito de comunidade ao de sociedade.

Na comunidade estética, os indivíduos se filiam a grupos apenas por afinidades pontuais, podendo estar relacionada aos mais variados temas ou necessidades. No entanto, devemos destacar que nela “[...] registra-se a constituição de um grupo, cuja experiência comum é limitada a momentos e espaços específicos que tendem a desaparecer com o tempo” (LEAL, 2006, p. 185). O surgimento desses dois polos de comunidade, segundo Bauman (2003), é fruto das relações sociais forjadas na contemporaneidade.

A comunidade ética é, conforme Bauman (2003), a única capaz de levar o homem a uma sensação real de segurança, estando associada à responsabilidade com o grupo, o que promoveria vínculos duradouros. A justificativa estaria na possibilidade que a comunidade ética possui de estabelecer o compartilhamento entre os indivíduos, a consolidação de interesses coletivos e a responsabilidade entre os homens, em que prevalecem os direitos iguais entre as pessoas e o diálogo como ferramenta de construção social, o que a aproxima do próprio conceito de cidadania e da concepção histórica que deu origem às rádios comunitárias.

Não se pode falar de comunidade sem que se aborde a questão da identidade. Stuart Hall (2005, p. 13), ao discutir o conceito de identidade, destaca a complexidade do termo, que, para ele, não pode ser plenamente unificado, seguro e coerente. O autor, a partir dessa afirmação, aborda o conceito sob três perspectivas: a identidade do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira está alicerçada na razão, “[...] cujo 'centro' consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou 'idêntico' a ele – ao longo da existência do indivíduo”. Aqui, “o centro essencial do eu era a identidade da pessoa” (HALL, 2005, p. 10-11).

O sujeito sociológico, segundo o autor, não tem como centro apenas o sujeito. Ele passa a ser o resultado da “complexidade do mundo moderno”. A perspectiva aponta para uma relação entre o “eu” e o “outro”. Conforme Hall (2005, p. 11), “[...] de acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade”. O autor reforça que, nesse caso, “[...] o sujeito ainda tem

um núcleo ou essência interior que é o 'eu real', mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2005, p. 11). A concepção sociológica do termo aponta para uma constante relação entre o mundo pessoal e o público em que o indivíduo está inserido.

A identidade do sujeito pós-moderno está relacionada, segundo o autor, à fluidez da própria sociedade. Nela, as identidades culturais tornam-se provisórias e variáveis, não existindo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Segundo Hall (2005), a identidade torna-se móvel e em constante mudança. Na concepção da pós-modernidade, o interesse de classe, em que predominavam as questões coletivas, perde espaço para os interesses particulares ou de grupos, o que aproxima o conceito de identidade ao de comunidade estética proposta por Bauman (2003).

Diz Hall (2005, p.87) ao abordar as consequências da modernidade sobre a identidade:

Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de 'Tradição', tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou 'puras'; essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de 'Tradução'.

Se do ponto de vista sociológico a comunidade vive sua derrocada para os valores da sociedade moderna, na perspectiva da filosofia de Buber (2008) ela tem sua possibilidade garantida pela fraternidade humana e pelo sonho por segurança e bem-estar. Independentemente do ponto de vista assumido, não se pode esquecer que cada local e grupo humano lida com situações específicas, de caráter espacial e temporal. Outra possibilidade de pensar a comunidade seria trabalhar aquela que corresponde a um tipo weberiano ideal, ou seja, a comunidade estabelecida em uma “comunalização” (*Vergemeinschaftung*), quando e enquanto existir uma disposição da atividade social, fundamentada no sentimento de pertencimento.

Weber (1977), ao abordar os conceitos de “comunalização” (*Vergemeinschaftung*) e de “sociação” (*Vergesellschaftung*), relaciona o primeiro “[...] a uma relação social quando e enquanto a disposição da atividade também social se fundar – no caso particular, em média ou no tipo puro – sobre o sentimento *subjetivo* (tradicional ou afetivo) dos participantes de *pertencerem a uma mesma comunidade (zusammengehorigkeit)*” (1977, p. 114. Grifos do autor).

A socialização, segundo o autor, é uma “[...] relação social quando e enquanto a disposição da atividade também social se fundar sobre um *compromisso (Ausgleich)* de interesses motivado racionalmente (em valor ou em finalidade), ou sobre uma *coordenação (Verbindung)* de interesses motivada da mesma maneira” (WEBER, 1977, p. 114-115. Grifos do autor). No entanto, o autor ressalta que essas relações não são fixas, podendo transitar de uma forma para a outra no processo social.

Para Weber (2010, p. 128),

[A ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado.] O aparecimento de uma ação societária ou mesmo comunitária, partindo de uma situação comum de classe, não é de modo algum um fenômeno universal.

Já Buber (2008) - apesar de concordar com Tönnies, para quem a comunidade, em seu caráter primitivo, foi substituída pela sociedade - acredita na retomada da comunidade e na importância dela para a garantia do bem-estar. Todavia, Buber não se refere a uma comunidade baseada em condutas estabelecidas pelo grupo, seguidas sem reflexão e sem senso crítico, e sim em valores de harmonia e solidariedade em que a livre escolha está presente. Para tanto, propõe uma nova maneira de pensar o conceito, em que “a nova comunidade tem como finalidade a própria comunidade” (BUBER, 2008, p. 33).

O princípio que norteia o pensamento de Buber é de que a nova comunidade é o reflexo da vida em sua totalidade. Já que não se pode voltar à comunidade primitiva e a tudo o que ela representava, para o autor a busca é por “‘um viver-ao-lado-do-outro’ ajustado” (BUBER, 2008, p. 53). É o que se pode entender como uma valorização e busca pela fraternidade.

Todavia, não se pode negar que o conceito também está revestido de uma postura de autoritarismo e regulação social. É isso que permite pensar, assim como Bauman (2003), em uma comunidade possível, onde a tensão entre valores sempre existirá, mas também as brechas e oportunidades. “Se vier existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo [...]”, onde prevaleça o “[...] interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos” (BAUMAN, 2003, p. 134).

A proposta de Buber (2008) para o conceito de comunidade aponta para a tolerância como elemento fundamental para a construção de uma vivência social mais justa. Tolerância essa que também está historicamente relacionada à cidadania. Afinal, se ser cidadão é ser reconhecido em seus direitos e deveres diante do Estado e da sociedade, o conceito também está associado ao reconhecimento do outro como igual, independentemente de credo, raça ou classe.

Mas também revela um outro conceito de comunidade, em que a aceitação do outro como igual se sobressai à regulação. A questão traz à tona toda uma reflexão acerca das possibilidades de cidadania existentes nos espaços sociais. Daí a necessidade de se perguntar: quais as possibilidades para o exercício da cidadania, ao se tomar o conceito de comunidade como espaço de regulação? Essa é uma questão inevitável também quando se coloca em discussão uma sociedade plenamente marcada pelo individualismo.

Não se deve esquecer que o exercício pleno da cidadania pressupõe um indivíduo reconhecedor e reconhecido, seja perante o Estado, seja na vida em sociedade. O não reconhecimento desse direito tem suscitado, muitas vezes, os conflitos sociais. A discussão alerta para a necessidade de se pensar a comunidade como local de regulação, mas também de tensões e conflitos, na tentativa de localizar suas brechas emancipatórias.

O desafio é identificar essas possibilidades em uma sociedade permeada pelo individualismo, herança do Iluminismo, em que a fronteira que delimita os conceitos de comunidade e de sociedade está cada vez mais tênue, acarretando uma influência sem precedentes desta última sobre a primeira. É também no Iluminismo que se dá o surgimento de discussões contrárias à concepção da comunidade tradicional. Como ressalta Nisbet (1983, p.258), “[...] o racionalismo que, em sua formulação cartesiana, havia eliminado a superstição e a revelação divina, também haveria de remover as relíquias do comunalismo”.

A análise realizada neste capítulo revela a complexidade da abordagem do conceito de comunidade, dadas as diferentes concepções teóricas dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema. Todavia, definir comunidade é uma exigência central desta dissertação, pois não há como discutir rádios comunitárias sem que o espaço em que se inserem seja também demarcado.

Diante do exposto e a título de interesse deste trabalho, uma pergunta se faz fundamental: quais características de comunidade prevalecem nas relações entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia, onde está localizada a Rádio Primavera FM, e como elas

interferem no processo de cidadania dos moradores da região?

A resposta a essa pergunta é fundamental para se entender como se dá a relação entre os moradores daquela localidade e a gestão e participação na emissora comunitária local. A presente dissertação também pretende contribuir para a compreensão das possibilidades desses espaços para a promoção de cidadania, conceito historicamente relacionado ao de comunidade e sociedade, como locais em que se forjam os enfrentamentos e os conflitos sociais, fundamentais à busca de direitos, em suas mais variadas dimensões, o que será discutido a seguir.

## 2.2 CIDADANIA

### 2.2.1 Concepção histórica

Ao discutir comunidade, constatou-se a complexidade do termo e sua aparente derrocada diante do conceito de sociedade, hoje associado à relação do homem com as instâncias sociais e à concepção de cidadania.

A discussão do próprio conceito de cidadania e os fatores que contribuíram para sua definição tal como o conhecemos hoje torna-se necessária para a compreensão de sua relação com as rádios comunitárias, cujo princípio histórico está relacionado à promoção dos direitos e deveres do cidadão. A pretensão é ir além da mera descrição conceitual, com o intuito de compreender as relações sociais, econômicas e culturais do termo ao longo de seu percurso histórico. Como destaca Pinsky (2008, p. 9), “[...] cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”.

A palavra cidadania, a princípio, nos remete à cidade ou às polis gregas (cidades-estado). O substantivo *civitatis*, em sua origem latina, traz o sentido de qualidade ou condição do cidadão. A palavra latina *civis* é que dá origem a *civitas*, cidadania, cidade, estado. Tomando a ideia apresentada por Funari (2008, p. 49), “[...] *civis* é o ser humano livre e, por isso, *civitas* carrega a noção de liberdade em seu centro”. Aqui, nos referimos aos pequenos

povoados agrícolas e à relação de cada indivíduo da polis com as questões locais, com o coletivo. Em suma, o que entendemos hoje por cidade não tem qualquer relação com as cidades-estado clássicas.

Como lembra Lima (2006, p. 10), “[...] o cidadão Aristotélico era aquele que participava diretamente das coisas públicas, ‘passando julgamento e exercendo funções públicas’”. E é no próprio autor que buscamos o conceito de público. Segundo ele, existem dois significados para a palavra. A primeira está relacionada “[...] à coisa pública, ao Estado, a *res* pública [...]”. O segundo, “[...] em oposição ao que é secreto, público refere-se ao que é manifesto, evidente, visível”. “Pode-se dizer, portanto, que a democracia é – em tese – o regime do poder visível da coisa pública.” O espaço público, logo, é o local da discussão, do convívio comunitário, no qual cidadãos livres se encontram para compartilhar e discutir questões de interesse geral.

O conceito clássico de cidadania está associado ainda à participação política, às decisões sobre o que é público, sobre a vida em comunidade. Claro que, como foi destacado anteriormente, em um contexto diferente do que se entende na atualidade por participação no que é público e da própria noção do que vem a ser privado. Ao se referir à política, Lima (2006, p. 9) diz que a origem clássica do termo é derivada da palavra grega *polis*, estando relacionada a “tudo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil, público” .

É na Grécia antiga, onde buscamos o conceito de cidadania, que também encontramos o significado de política. Pode-se dizer que a ideia de política tem uma relação direta com o exercício do poder, que pode estar presente tanto na relação de soberanos e súditos nos antigos regimes monárquicos, como na relação entre governantes e governados, que se dá em boa parte das sociedades atuais. E “[...] este *Homo politicus* ficou adormecido durante séculos pela noção de *Homo credens*: aquele no qual o julgamento ativo foi substituído pela crença” (LIMA, 2006, p. 10-11). Isso perdurou até a Idade Média, quando o foco deixa de ser o cidadão e passa a ser a religião, período em que a fé constituirá uma ferramenta violenta de opressão.

Apesar das transformações ocorridas no mundo, não podemos afirmar que a religião perdeu poder. Mesmo a sociedade contemporânea ainda é marcada pelos interesses religiosos, muitas vezes acompanhados da opressão social, o que leva à propagação do ódio e da violência. A grande diferença é que o homem da Idade Média retornou à vida privada quando os interesses públicos ficaram limitados ao clero e ao senhor feudal, o que deixou evidente a

precariedade de se tornarem relevantes as questões públicas ou os espaços públicos, e, conseqüentemente, as questões relacionadas ao homem em sociedade e à própria noção de cidadania.

Ao discutir cidadania, fica evidente que, assim como o seu próprio conceito, também o surgimento das cidades-estado está mergulhado em um processo histórico, no qual ocorriam grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Conforme Guarinello (2008, p. 31), o surgimento das cidades-estado e do conceito de cidadania se dá quando “[...] desenvolveu-se um intenso intercâmbio de pessoas, bens e idéias por todo o mediterrâneo”. O autor destaca ainda que “[...] gregos e fenícios fundaram colônias por toda parte – norte da África, sul da Espanha, Mar Negro e Itália –, levando consigo uma forma de organização social peculiar: a cidade-estado” (GUARINELLO, 2008, p. 31).

As cidades-estado também são marcadas pelo surgimento da propriedade privada da terra, sendo, portanto, formadas por associações de proprietários. Mas só tinha acesso à terra quem fosse membro da comunidade, o que traz de volta novamente a questão da comunidade como determinante para a compreensão das cidades clássicas. E a noção de comunidade é fundamental para a própria compreensão da cidadania clássica, já que os conceitos de espaço público e Estado, segundo Guarinello (2008), parecem se confundir com a própria origem da cidade-estado.

Elas foram, a princípio,

[...] um espaço de poder, de decisão coletiva, articulado em instâncias cujas origens se perdem em tempos remotos: conselhos de anciãos (como o Senado romano ou a *gerousia* espartana) ou simplesmente de 'cidadãos' (como a *boulé* ateniense), assembléias com atribuições e amplitudes variadas, magistraturas e, posteriormente, tribunais. (GUARINELLO, 2008, p. 33)

Tomando aqui as ideias do autor, ao relacionar os conceitos de cidades-estado e de cidadania ao de comunidade, podemos dizer que era na comunidade que se definiam as identidades, o sentimento de pertença e as atribuições sociais, o que deu coesão a um povo constituído, a princípio, por populações sem uma identidade ética ou racial. Guarinello (2008, p. 35) afirma ainda que “[...] pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio da vida cotidiana, com seus ritos, costumes, regras, festividades, crenças e relações pessoais”.

Ao aproximar o conceito de cidadania ao de identidade, é importante destacar que nas sociedades clássicas o termo estava centrado nas tradições e nas estruturas sociais vigentes,

divinamente estabelecidas. Aqui, a ideia de sujeito como o centro, que surge entre os séculos XVI e XVIII, perde espaço para a esfera divina, responsável pela posição social do indivíduo em seu espaço social, e em que a concepção de comunidade está centrada na territorialidade. Identidade ganha, então, sentido diferente na sociedade moderna, quando o conceito passa a ser relacionado também à ideia de nacionalidade, tendo como eixo o Estado-nação. A nação passa a ser concebida como uma grande “comunidade imaginária”, na qual sobressaem os interesses de legitimação do Estado.

Hall (2005, p. 51) destaca que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre 'nação', sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (grifo do autor). No entanto, ele alerta que “[...] as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2005, p. 65).

Ao comparar a definição de cidadania dos gregos com a definição romana do termo, é interessante notar que, para os primeiros, a cidade – *polis* – estava acima do cidadão – *polites*. No entanto, para os romanos, a coletividade estava subordinada à noção de cidadãos. Os romanos, portanto, deslocam o centro da atenção da cidade para o homem.

As cidades-estado, todavia, não eram espaços de convivência apenas pacífica. Eram marcadas também pelas diferenças sociais e, conseqüentemente, pelos conflitos de interesses, o que resultava em lutas internas e externas. São os conflitos internos que demonstram que nem todos estavam satisfeitos com as condições de vida nas cidades-estado, já que, apesar de integrados à vida da comunidade, alguns grupos estavam excluídos do direito de cidadania.

Cidades como Atenas, Esparta ou Roma eram marcadas pelo grande contingente de não cidadãos, pessoas completamente excluídas dos direitos de cidadania, logo, dos direitos de participação nas decisões políticas, como as mulheres, os estrangeiros e os escravos, por exemplo. Essa exclusão foi responsável pelos conflitos de interesses, fundamentais para a expansão dos direitos de cidadania no mundo clássico e também no moderno.

Centrando o foco nas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, sem, no entanto, perder de vista que em ambos os períodos históricos o que motivou as lutas foram questões econômicas, sociais e políticas distintas, podemos observar como os conflitos, muitas vezes causados pela necessidade de mudanças na estrutura vigente, são importantes ferramentas para a transformação social. São situações que sempre vão existir, já que, apesar das várias conquistas relacionadas aos direitos do homem, sejam eles civis, sociais ou



políticos, ainda vivemos em um mundo marcado pela desigualdade em suas mais diversas formas.

Conforme Guarinello (2008, p. 37-38), é importante destacar que:

As cidades-estado aparecem marcadas por profundas clivagens sociais: grandes, médios e pequenos proprietários, estes últimos, muitas vezes, no limiar da subsistência; camponeses sem terra, que alugavam sua força de trabalho para um grande senhor; e os não camponeses, como artesãos e comerciantes, que habitavam o núcleo urbano e cuja posição, no seio da comunidade, foi sempre ambígua. A comunidade era, assim, não apenas um espaço de coesão, mas de conflito social, de lutas encarniçadas que, por vezes, ameaçavam sua própria sobrevivência.

A garantia da cidadania não estava relacionada às questões jurídicas, como no sentido moderno, ou à noção de Estado. “A cidadania antiga transmitia-se, idealmente, por vínculos de sangue, passados de geração a geração” (GUARINELLO, 2008, p. 34). Além disso, como lembra o autor, “[...] em todas as épocas, a cidadania podia ser conferida individualmente, como homenagem a um personagem importante ou retribuição a um favor prestado à coletividade” (GUARINELLO, 2008, p. 35).

Retomando a discussão anterior sobre o sentimento de pertença, fundamental para entendermos a sua relação com o próprio conceito de cidades-estado e ao qual o conceito de cidadania está relacionado, fazemos novamente uso das ideias de Guarinello (2008, p. 46):

[...] cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, com um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários.

Ao discutir o conceito de cidadania das polis gregas dos séculos VIII e VII a.C – que tem uma relação direta com homens livres, com direito à participação política em uma democracia direta –, vimos que a cidadania se confundia com o conceito de naturalidade, já que só era considerado cidadão o indivíduo nascido em terras gregas. Eram considerados cidadãos apenas os homens, desde que em estado de liberdade. Todos os demais membros da polis, como as mulheres, estavam excluídos da cidadania. Logo, “[...] a cidadania significava, portanto, algo mais do que a garantia de plenos direitos. Era, pois, um status que oferecia ao

cidadão várias possibilidades, indo além das destinadas ao indivíduo comum” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 2).

Essa mesma situação observava-se em Roma, onde, apesar de a figura feminina ter uma representação maior do que na Grécia, segundo os autores, “ [...] a situação não era diferente. Sociedade escravista, baseada nas 'gens' (famílias), era dominada pelos patrícios, os quais detinham a cidadania e os direitos políticos. À plebe, constituída de romanos não nobres e de estrangeiros, não cabia qualquer tipo de direito” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 2).

Com o fim da cidade-estado clássica, acarretado pela perda de poder externo e pelas lutas internas, muitas delas travadas pela ampliação dos direitos da cidadania, surge o império romano. Nesse período, “[...] a cidadania deixou de representar a comunidade dos habitantes de um território circunscrito, para englobar os senhores de um império, fossem ricos ou pobres, habitassem em Roma, na Itália, ou nos territórios conquistados” (GUARINELLO, 2008, p. 43).

O autor lembra que “ser cidadão romano permaneceu ainda como privilégio [...]”. No entanto, segundo ele, “[...] as formas de obter tal distinção se diversificaram: podia ser por hereditariedade, alforria ou concessão, individual ou coletiva, aos súditos do imperador” (GUARINELLO, 2008, p. 44). O resultado foi o surgimento de duas categorias sociais na comunidade: a dos “mais honestos”, constituída pelos homens ricos, e a dos “humildes”, formada pelos pobres.

Assim como ocorreu em outros momentos da história, as questões sociais, políticas e econômicas pintavam um novo cenário da vida do homem em sociedade, em movimentos que reconfiguraram o processo social e o próprio conceito de cidadania. Aqui vemos o homem saindo de um período marcado pelas pequenas comunidades agrícolas e pelas restrições de direitos de cidadania, ocasião em que, como lembra Guarinello (2008, p. 45), “[...] o próprio estatuto de cidadão perdeu sua capacidade de representar, politicamente, uma comunidade de direitos e deveres”. E completa o autor: “De pertencimento a uma pequena comunidade agrícola, a cidadania tornou-se, com o correr dos tempos, fonte de reivindicações e de conflitos, na medida em que diferentes concepções do que fossem as obrigações e os direitos dos cidadãos no seio da comunidade se entrecrocaram” (GUARINELLO, 2008, p. 45).

Se ser cidadão é ter, entre outros, o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade, não podemos negar que não vivemos em um sistema pleno de cidadania. Mesmo

porque seria necessária também uma reflexão sobre o que vem a ser liberdade e igualdade. É interessante destacar que o que entendemos hoje por cidadania tem uma ligação direta com as lutas de classe burguesas, principalmente por causa do advento das sociedades capitalistas.

Esse novo período da história do homem teve início com o renascimento urbano e a formação dos Estados Nacionais na Baixa Idade Média. “Iniciava-se, assim, uma nova relação entre política, economia e sociedade, dado o dinamismo que o nascente capitalismo provocava. Houve espaço para o fortalecimento de uma burguesia mercantil que aspirava aos mesmos direitos destinados aos estamentos privilegiados” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 3).

Como lembra Covre (2006, p. 19), “[...] nesse período, a burguesia tinha um caráter revolucionário e era força construtiva de uma estrutura que inclui o desenvolvimento das cidades e, depois, das nações”.

Essa burguesia, a partir dos ideais do Iluminismo – período caracterizado pela racionalidade e pela busca de uma sociedade mais justa –, lutava para alcançar o poder e se inserir na vida política, o que resultou nos ideais iluministas liberais, “[...] produto dos avanços nas ciências experimentais e de uma nova racionalidade, por meio da qual se procurava entender o mundo” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 3).

Segundo os autores, “[...] esses pensamentos procuravam, antes de tudo, regular as relações de poder, garantindo aos cidadãos livres atuação civil, econômica e política” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 3). Contudo, não significava a inclusão de todos na esfera da cidadania.

Moraes (2007, p. 260) destaca que

[...] foi T. H. Marshall (1950) o primeiro autor a sistematizar uma teoria de cidadania baseada em um sistema de direitos, identificando três elementos em sua composição: os direitos civis, os políticos e os sociais. A esses conjuntos de direitos também estão relacionados as instituições sociais através das quais tais direitos são exercidos.

À luz do pensamento de Marshall (1967), Listz Vieira amplia os direitos de cidadania, “[...] classificando-os em direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração” (KUNSCH, 2005, p. 22). A primeira fase (século XVIII) compreende os direitos civis, “[...] representados pelos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, vida, segurança etc [...]” (KUNSCH, 2005, p. 22).

O século XX, segundo Kunsch, representa os direitos de segunda geração: “[...] são os direitos sociais, representados pelos direitos individuais de trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego – ou seja, garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social [...]” (KUNSCH, 2005, p. 22).

Enquanto os direitos de terceira geração, que ocorrem na segunda metade do século XX, têm como titular os grupos humanos, como "o povo, a nação, coletividades éticas ou a própria humanidade: autodeterminação dos povos, desenvolvimento, paz, meio ambiente; por eles são responsáveis organismos internacionais como a ONU" (KUNSCH, 2005, p. 22-23). Já os de quarta geração, “[...] são os direitos relativos à bioética: impedir a destruição da vida, regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética etc (KUNSCH, 2005, p. 23).

No entanto, em alguns momentos, a primeira, a segunda e a terceira fase da cidadania se confundem e, além disso, não se dão da mesma forma em todas as sociedades. O problema nos remete novamente à historicidade do conceito e à questão cultural da cidadania, evidenciando sua complexidade. Se em sua origem latina cidadania significa qualidade ou condição de cidadão (pessoas que habitavam as cidades), hoje o conceito, conforme demonstrado, se refere a um leque muito maior de possibilidades de deveres e direitos.

Jambeiro (2007, p. 114) destaca que,

Por milênios, houve estamentos sociais que isolavam de ínfimas elites – religiosa, militar, nobiliárquica, econômica, intelectual e mesmo racial – a maioria esmagadora da população sobre a face da terra. Foram as crescentes conquistas das camadas sociais proclamadas inferiores – e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico – que alteraram estruturalmente a sociedade humana e trouxeram o regime democrático, com este primeiro princípio fundamental de igualdade potencial de todos os membros individuais da sociedade.

Apesar de se relacionar cidadania às leis de um Estado, deve-se destacar ainda os direitos humanos, cuja consolidação histórica coincide com os movimentos de afirmação da própria cidadania. São os direitos universais, conhecidos também como direitos naturais de primeira, segunda ou terceira geração, ligados, respectivamente, à luta pela liberdade individual no século XVIII, aos direitos sociais no século XIX e meados do século XX e à luta pelos direitos coletivos da atualidade, como os relacionados ao meio ambiente, à paz, à cultura e às pesquisas na área científica. “[...] pode-se dizer que o problema do fundamento dos direitos humanos teve sua solução atual na Declaração Universal dos Direitos do Homem

aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1848” (BOBBIO, 2004, p. 46).

### 2.2.2 A cidadania no mundo moderno

O conceito atual de cidadania, forjado nos ideais do Iluminismo e nas revoluções burguesas, é considerado fruto do capitalismo, sistema marcado não apenas pelo desenvolvimento do mercado e pela industrialização, mas também por grandes conflitos sociais e por uma mudança na própria concepção de público e privado. O espaço público passa a ser concebido como o local onde as pessoas privadamente se reúnem com o objetivo de discutir questões relacionadas ao Estado, criando uma tensão entre o privado, a cidade, e o público, a corte.

Ao descrever o período que desencadeará a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, Singer (2008, p. 197) lembra que “os trabalhadores enfrentavam condições de trabalho extremamente duras – longas jornadas, falta de higiene etc. – e salários insuficientes para a subsistência de suas famílias”. Mesmo a Revolução Americana, marcada pelo pioneirismo na formulação dos direitos humanos, exclui da Declaração de Independência dos Estados Unidos, proclamada em 1776, os índios, os negros, os escravos e as mulheres, apesar de asseverar que todos os homens são criados iguais.

Em agosto de 1789, é aprovada na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos. No documento é destacada a preservação da liberdade e da igualdade, além do princípio de que a lei existe para garantir o bem-estar social. “A segunda cláusula subordina a associação política, ou seja, o Estado à preservação dos direitos, especificados a seguir como sendo liberdade, propriedade, segurança e resistência a toda opressão” (SINGER, 2008, p. 211). À época, conforme destaca o autor, a lei expressava a vontade da maioria, “[...] sendo direito de cada cidadão participar direta ou indiretamente na elaboração da lei”. Contudo, lembra Singer (2008, p. 212),

Nessa primeira etapa da Revolução, a burguesia conquistou o que almejava, em detrimento dos camponeses e trabalhadores, cuja ação direta tinha criado as condições para que o Terceiro Estado pudesse desafiar o poder absoluto do rei e

impor a ele e à nobreza uma monarquia constitucional.

Esses fatos mostram que, independentemente de os direitos estarem formalmente amparados pelo Estado, nem todos são cidadãos plenos. A existência de excluídos de todas as espécies e em diferentes países confirma que, ao longo da história, a consolidação da cidadania passa pela luta social, gerada pelos conflitos de interesses de uma sociedade. Mas para reivindicar direitos é preciso ter ciência deles e, para isso, a comunicação cumpre um papel fundamental, questão que será discutida mais à frente.

Podemos afirmar que a luta pelos direitos sociais depende do contexto político, econômico e cultural em que a sociedade está inserida. Se antes o homem lutava pelo direito à igualdade, à liberdade e à fraternidade, hoje, além dessas lutas continuarem, já que nem todos usufruem desses direitos, existem outras necessidades que permeiam a vida em sociedade. São exemplos disso as lutas promovidas por grupos sociais específicos, como os das mulheres, dos índios, negros e trabalhadores.

Hoje também discutimos os direitos das pessoas com necessidades especiais, dos homossexuais e dos idosos, o que nos remete novamente à historicidade do conceito de cidadania e à ideia de que a luta pelas conquistas sociais é condicionada pelas especificidades do sistema. Conforme Singer (2008, p. 226), essa luta ocorrerá “[...] enquanto o antagonismo de classe permanecer e provocar reações dos setores mais conservadores da sociedade, que nunca se conformam com a concessão de direitos que, aos seus olhos, são privilégios injustificados”.

Ele ressalta ainda que “[...] antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o estado de bem-estar social – conjunto de direitos sociais de amparo a trabalhadores e suas famílias – estava tendo seus alicerces construídos em alguns países europeus, sendo a Alemanha o país pioneiro” (SINGER, 2008, p. 238). E prossegue que, anos depois, “a Primeira Guerra Mundial deu extraordinário impulso à luta por direitos sociais pelos trabalhadores” (SINGER, 2008, p. 238).

No entanto, ao discutir o processo econômico e social após a década de 1980, Singer (2008) faz uma crítica à economia vigente. Para ele, “[...] em muitos países, os direitos sociais perderam apoio na opinião pública por causa do peso dos impostos, atribuído à necessidade de financiar o gasto social” (SINGER, 2008, p. 257). Logo, conforme destaca o autor, a luta pelos direitos sociais está longe de ser resolvida.

Singer (2008, p. 260), todavia, aponta uma mudança nas estratégias de reivindicação: “Agora é a própria sociedade civil que se torna a protagonista da solução dos problemas que os direitos sociais pretendiam prevenir”. Como exemplo, lembra as associações e cooperativas que “[...] organizam solidariamente os socialmente excluídos com o apoio de uma rede cada vez mais ampla de agências de fomento” (SINGER, 2008, p. 260).

Portanto, não se pode discorrer sobre cidadania, hoje, sem que se coloque em evidência a importância dos conflitos sociais e o papel da sociedade civil, compreendida aqui como local em que se manifestam os processos de regulação e emancipação social. Ambos os processos são responsáveis pelo surgimento de cenários propícios à produção social, e, conseqüentemente, ao surgimento das tensões sociais, necessárias à ampliação da noção de cidadania.

Entendendo-se cidadania como a plenitude dos direitos e deveres do homem em sociedade e o conflito como motivador de mudanças sociais, que papel teriam, a princípio, as emissoras comunitárias – objeto do presente trabalho – como um espaço para a afirmação dos grupamentos sociais?

Ao traçar o percurso histórico do conceito de cidadania, fica evidente a sua relação com as questões econômicas, políticas e culturais, aproximando o termo da própria discussão da vida do homem em comunidade e de sua relação com a noção de territorialidade e de identidade. Tais características tornam relevantes os estudos que discutem as relações do homem em seus espaços de convivência social, como o Brasil, tema que passa a ser abordado a partir de agora.

## 2.3 CIDADANIA NO BRASIL: UM CAMINHO AINDA EM CONSTRUÇÃO

### 2.3.1 Cidadania e espaço territorial

Ao abordar historicamente o conceito de cidadania, a partir das sociedades greco-romanas, das revoluções burguesas ocorridas na Europa e das lutas para a expansão dos direitos nos Estados Unidos, afirmou-se que o termo é historicamente construído e que sofre

forte influência de questões culturais, políticas e econômicas, o que está diretamente relacionado ao espaço territorial.

A questão deixa evidente que para entender a concepção de cidadania no Brasil é preciso pensar o termo a partir da história do país e de seu povo. A discussão é fundamental para a compreensão da relação do brasileiro com as questões de cidadania, o que ajudará a entender também as relações dos indivíduos nas comunidades, e, conseqüentemente, o processo de esvaziamento da participação popular nas rádios comunitárias, especialmente na Rádio Primavera FM, objeto de estudo do presente trabalho.

É preciso salientar que, no Brasil, apesar dos avanços na área do estado de direito, vários grupos continuam à margem da cidadania, mesmo quando garantida por lei. Como ressalta Carvalho (2009, p. 9) na introdução de *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”.

Esse é um fenômeno sem distinção de classe social ou gênero. Basta lembrar o número de mulheres que sofrem maus tratos ou são mortas todos os anos, na maioria das vezes por seus próprios companheiros, e os idosos que são abandonados à própria sorte. Outros grupos, como os dos homossexuais, negros e indígenas, ainda lutam pelo reconhecimento de seus direitos individuais e sociais perante a sociedade e o Estado.

Tomando as palavras de Carvalho (2009), pode-se afirmar que cidadão pleno seria todo indivíduo titular dos direitos à liberdade, à participação e à igualdade para todos. “Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos” (CARVALHO, 2009, p. 9).

Para compreender, portanto, as questões relacionadas à cidadania, é importante levar em consideração aspectos histórico-sociais, já que não se pode negar que a diversidade cultural tem implicações diretas na consolidação ou não da cidadania, principalmente se for tomada a realidade da América Latina e o contexto brasileiro, em particular, cuja diversidade cultural não deve ser esquecida. Talvez por isso os direitos humanos, por se tratar de direitos naturais do homem, sejam o caminho mais viável para a consolidação da cidadania como direito diante do Estado.

Como lembra Bobbio (2004, p. 31), “[...] os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”.



Infelizmente, conforme atesta Soares (2004, p. 50),

Somos uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais de toda sorte com um verdadeiro abismo entre a base e o topo da pirâmide socioeconômica. Nosso país é campeão na concentração de renda. As classes populares são geralmente vistas como “classes perigosas”, ameaçadoras pela feiúra da miséria, ameaçadoras pelo grande número, ameaçadoras pelo possível desespero de quem nada tem a perder, e, assim, consolida-se o “medo atávico das massas famintas”.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a América Latina é a região mais desigual do mundo, respondendo por 10 dos 15 países com maior desigualdade do planeta. Os dados constam do Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe 2010, que traz o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDH-D).

O trabalho, intitulado “Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade”, abordou a situação de homens e mulheres, na zona rural e urbana, brancos e negros, além da condição dos índios. Para a análise do IDH-D, que contou com dados de 2005 a 2008, foram levadas em consideração as diferenças de rendimento, de escolaridade e de saúde da população. Conforme os dados, “a desigualdade na região é alta, persistente e ocorre em um contexto de baixa mobilidade social”. Os resultados foram atribuídos à “herança geracional” e aos maus desempenhos das políticas públicas. Os países que apresentaram os piores resultados foram Nicarágua, Bolívia, Honduras e Colômbia.

Em relação à desigualdade de renda, o Brasil encabeça a lista. Segundo o relatório, a Bolívia apresenta o mesmo nível de desigualdade social que Camarões e Madagascar, e o Haiti, ao da África do Sul e Tailândia. O Uruguai, a Costa Rica, a Venezuela e a Argentina, mesmo longe do ideal, são os países com os melhores índices. De acordo com os dados, as principais vítimas da desigualdade na América Latina são as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes. Segundo o PNUD, a solução para o problema está na luta contra a corrupção e a aplicação de políticas públicas de combate à pobreza.

Em se tratando do Brasil, a explicação para alguns dos dados pode estar nas observações de Lima (2006), para quem, historicamente, a cidadania no país é marcada exatamente por sua ausência. Ele afirma que, “[...] entre nós, a ordenação jurídico-formal, quando existe, não tem sido capaz de se traduzir em exercício concreto de direito” (LIMA, 2006, p. 14). E no Brasil, novamente, a questão social volta a ser uma peça-chave, já que,

segundo o autor, “[...] fala sempre mais alto a estrutura de classes, onde prevalece a desigualdade e a hierarquia” (LIMA, 2006, p. 14).

Diferentemente do que ocorreu nas colônias da América do Norte e na Europa a partir do século XVIII, no Brasil “[...] chegou-se ao fim do período colonial com a grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade” (CARVALHO, 2009, p. 25). O autor destaca ainda que “[...] até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado”. “O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata” (CARVALHO, 2009, p. 83). Se até aqui se tentou ressaltar a importância do sentimento de pertencimento, ou de comunidade, faz-se necessário destacar o que a falta de um sentimento nacional representou e ainda representa no processo político do país.

O rádio, como será discutido mais à frente, teve um papel importante na concepção do sentido de nacionalidade, por meio de seus programas e do uso político do veículo pelo presidente Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940. A música popular brasileira também teve um papel importante no processo, à medida que serviu ao objetivo de promover não apenas a noção de nacionalidade, como também a integração do país.

Segundo Carvalho (2009), a primeira manifestação popular do país em que o caráter politizador pôde ser destacado foi a Revolta dos Alfaiates, de 1798, que ocorreu na Bahia e teve como inspiração a Revolução Francesa. Conforme o autor, o movimento teve inspiração também na independência das colônias da América do Norte, do século XVIII.

Conforme Singer,

A Revolução Americana foi pioneira na formulação dos direitos humanos. Pela primeira vez, um povo fundamenta sua aspiração à independência nos princípios da cidadania, ou seja, coloca como finalidade primordial do Estado a preservação das liberdades dos integrantes do povo, elevados à condição de sujeitos políticos. (SINGER, 2008, p. 201)

Já durante a Primeira República, entre os anos de 1889 e 1930 – época em que a maioria da população habitava o campo –, o Brasil foi marcado pela lei dos coronéis. Naquele período, “[...] o direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do

poder do coronel” (CARVALHO, 2009, p. 57).

Se se comparar o mesmo período com as discussões a respeito da cidadania na Europa ou na América do Norte, é possível notar o quanto a temática ainda é incipiente no país, o que alerta para a fragilidade conceitual da cidadania no Brasil e a necessidade de mais trabalhos que discutam a temática.

Outro empecilho para o desenvolvimento da cidadania no Brasil foi o longo período que o país esteve sob a ditadura, quando os direitos de cidadania, mesmo os conquistados e garantidos por lei, foram não apenas desrespeitados, como também violados, principalmente após 1964, quando os militares tomam o poder. Vale ressaltar o contexto similar enfrentado por vários outros países da América Latina, como a Argentina, onde a Ditadura Militar (1976-1983) deixou um saldo de mais de 30 mil desaparecidos.

No entanto, mesmo sob as mãos de ferro dos militares, o período ditatorial pós-1964 foi marcado por vários movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e os movimentos estudantis, operário e do campo, o que demonstra que não houve por parte da população uma acomodação com a situação vigente. Todavia, durante a ditadura,

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greve; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. [...]. Foram anos de sobressalto e medo, em que os órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle. (CARVALHO, 2009, p. 163-164)

Assim como a cidadania, a discussão sobre direitos humanos no Brasil é algo recente. Somente a partir da década de 1950 o tema começa a ganhar espaço, em consequência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948. É importante ressaltar o papel da Igreja Católica nesse processo, que, como lembra Dallari (2004, p. 22), “[...] fazia então a autocrítica em relação a seus posicionamentos históricos”. O autor destaca a atuação da denominada Teologia da Libertação, que tinha como diretriz, segundo ele, a “percepção do homem em sua dimensão temporal, social” (DALLARI, 2004, p. 22).

Dallari (2004) enfatiza ainda o papel das Ligas Camponesas, movimento que valorizava o trabalho coletivo e promovia a alfabetização dos trabalhadores rurais, e dá

destaque especial aos trabalhos de Paulo Freire e sua Pedagogia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Segundo o autor, esses movimentos foram fundamentais, pois, com eles, o país descobria “[...] a relevância da ação conjunta, da livre associação e da organização social” (DALLARI, 2004, p. 23).

Os movimentos sociais urbanos também marcaram o país nas décadas de 1970 e 1980, trazendo à tona novas demandas, como as das associações de bairro e dos posseiros urbanos. Duarte (2007, p. 102), em referência a Peruzzo, lembra que “[...] os movimentos coletivos no Brasil passaram por momentos diferenciados, mas não tiveram um desenvolvimento cronológico e linear; na realidade, em muitos casos eles aparecem imbricados uns nos outros ou se encontram presos simultaneamente em diferentes fases”.

Duarte (2007) destaca quatro momentos dos movimentos coletivos no país: o primeiro é o de mobilização, e nele ganha destaque a ocupação de espaços públicos pelas manifestações sociais. A autora dá como exemplo “[...] o apoio ao movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista, na década de 70 [...]” (DUARTE, 2007, p. 102).

O segundo momento, de acordo com a autora, é caracterizado pelo “[...] fortalecimento interno dos próprios movimentos, com a institucionalização das entidades, criação de estatutos, especialização de seus membros etc [...]” (DUARTE, 2007, p. 102). O terceiro momento é o de articulação, e nele “[...] inicia-se um processo somatório de forças que transformou as pequenas organizações em instituições mais abrangentes, de âmbito nacional [...]”. Denominado de parcerias, o quarto momento é “[...] caracterizado pela busca de soluções concretas para os problemas sociais [...]” (DUARTE, 2007, p. 102). Nessa fase, conforme Duarte (2007), ocorrem as parcerias entre as esferas sociais e públicas.

Já Lima (2006) destaca que as questões referentes à cidadania no Brasil ficaram por um longo tempo excluídas das discussões acadêmicas e políticas. Segundo o autor, o conceito mais discutido até meados da década de 1980 nas Ciências Sociais era o de “sociedade civil”. Lima (2006) pontua que foi o fim do período da Ditadura Militar – que teve impacto negativo sobre os direitos de cidadania no país, pois muitos dos direitos civis, políticos e sociais eram totalmente ignorados – que trouxe a cidadania de volta à pauta. O autor ressaltava como marco para a retomada da questão no país “[...] o advento da Nova República e a proclamação, por Ulysses Guimarães, da 'Constituição Cidadã de 1988’”, quando “[...] começam a aparecer com mais frequência estudos na sociologia política, na antropologia e na história” (LIMA, 2006, p. 13). Segundo o autor, foi ainda nessa época que a questão da cidadania começa a

permear também o campo da Comunicação.

A partir da década de 1990, conforme Lima (2006), ocorre um “boom de estudos sobre cidadania no Brasil”, que coincide, “[...] em nível internacional, com a dissolução da União Soviética e o fim das experiências socialistas do Leste europeu, e no plano interno, com a predominância de políticas neoliberais” (LIMA, 2006, p. 14). De acordo com o autor, a partir desse período, várias obras são lançadas no país abordando a temática da cidadania.

Diante do que foi discutido, pode-se afirmar que sempre haverá na sociedade novas demandas sociais a serem reconhecidas pelo Estado, principalmente se se levar em conta a diversidade socioeconômica e cultural da humanidade. No entanto, reforça-se a importância do cidadão na efetivação desse processo. Somente o homem, e este em sociedade, é capaz de perceber as demandas da cidadania a que está exposto.

Destaca-se que os conflitos sociais e a tomada de posição do homem diante dessas demandas podem transformar as situações sociais. Mas como fazer isso em uma sociedade historicamente marcada pela impunidade e pela desigualdade social? Especialmente num país em que o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e moradia, continua negado a grande parte da população? Essa realidade permite afirmar que nem todos usufruem da cidadania plena.

Em muitos momentos da história, a conquista da cidadania foi marcada pela violência física e psicológica. O problema ainda pode ser observado em vários países, o que reforça ainda mais a necessidade da discussão do tema e a efetivação de uma cidadania participativa, na qual o homem não seja apenas espectador do seu tempo, mas também agente efetivo da construção e consolidação social. Como destaca Duarte (2007, p. 95), “[...] o problema da cidadania no Brasil não se limita à sua dimensão política, enquanto direito, mas em se definir quem pode exercê-la e em que termos. Dependendo do momento histórico”.

Ao discutir a cidadania no Brasil nesta dissertação, foi feita referência a alguns movimentos que marcaram a história do país. Para tanto, foram citadas as Ligas Camponesas, movimento que reunia trabalhadores rurais durante o regime militar, em prol da alfabetização de seus membros, e outras iniciativas que tiveram um papel fundamental na busca pelos direitos civis e sociais e na consolidação do exercício político no país. Entre os objetivos do movimento estava a valorização do trabalho coletivo e a consolidação da cidadania.

Ao abordar o tema, destacou-se o nome de Paulo Freire e sua Pedagogia da Libertação, além das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Experiências voltadas à

coletividade que marcaram o país ao colocar o homem no centro das questões referentes à cidadania, o que acredita-se ser fundamental para a consolidação do que se depreende do termo.

Historicamente, portanto, o conceito de cidadania está diretamente relacionado às lutas e às necessidades sociais e à formulação de políticas públicas que garantam os direitos do homem perante o Estado e a sociedade. A questão evidencia a necessidade de se entender o homem em suas relações sociais, o que justifica a proposta de trabalhar a comunidade em suas atuais características. Ao voltar o olhar para o homem, pode-se também entender a sua relação com os espaços ditos de emancipação social, neste caso, as rádios comunitárias, objeto de estudo do presente trabalho. Para isso, faz-se necessário analisar como se dá a relação da comunicação e o processo de emancipação cidadã.

## 2.4 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE CIDADANIA

### 2.4.1 A comunicação como direito de cidadania

Ao abordar o conceito de cidadania, discutiu-se a sua relação com o processo histórico do homem em sociedade, o que, acredita-se, só é possível por meio da comunicação e do acesso à informação. Partindo do pressuposto de que comunicação e informação são fatores preponderantes para os enfrentamentos e conflitos sociais e a busca pela garantia de direitos, torna-se fundamental a compreensão acerca da interação entre comunicação e cidadania.

A trajetória estabelecida se justifica à medida que a presente dissertação discute a relação entre os moradores do denominado complexo do Setor Santa Luzia, em Aparecida de Goiânia e os reflexos de sua percepção como integrantes de uma comunidade que sedia a rádio comunitária local. Ressalta-se que as emissoras comunitárias foram historicamente constituídas como espaços voltados à emancipação social. Para entender a importância da comunicação na constituição social e suas implicações na cidadania, esta dissertação considera o homem como um ser que se constitui em sua relação com o outro, sendo, portanto, um ser sociável.

Lima (2001), ao discutir o conceito de comunicação, lembra que sua origem está no substantivo latino *communicationem*, no século XV. Nesse contexto, comunicação ganha o significado de *ação de tornar comum*. O autor pontua que a raiz da palavra *communis*, comum, significa *pertencente a todos ou a muitos*, enquanto o verbo *comunicare*, comunicar, é *tornar comum, fazer saber*.

O autor destaca ainda que:

[...] a palavra comunicação carrega até hoje uma ambigüidade não resolvida na ação implícita de seu significado original. Essa ambigüidade é representada, em seus extremos, por *transmitir*, que é um processo unidirecional, e *compartilhar*, que é um processo comum ou participativo. (LIMA, 2001, p. 24-25. Grifos do autor)

Ao se referir à comunicação no sentido de compartilhamento, Lima (2001) destaca que ela está diretamente relacionada ao sentido de coparticipação, comunhão e encontro, o que remete ao próprio conceito de comunicação face a face proposto por Thompson (1998).

Segundo Lima (2001, p. 25), “[...] a palavra comunicação, ao longo do tempo, vem sofrendo uma série enorme de mutações em seu significado”. Segundo ele, comunicação já significou: “o objeto tornado comum”, como citamos acima; os meios físicos de transporte, ou seja, as *vias de comunicação*; além de ser representada pelos meios tecnológicos de transmissão de comunicação, nesse caso os meios impressos, rádio, televisão, Internet etc.

A comunicação é um dos direitos fundamentais do homem, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Art. 19: “[...] todo o indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão [...] ] e de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por quais meios de expressão”. O direito à comunicação perpassa, também, todas as gerações de cidadania, o que refletirá diretamente na sua efetivação,

[...] constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil - liberdade individual de expressão; em direito político - através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil - através do direito a uma política democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de idéias e opiniões. (LIMA, 2006, p. 11)

Tiene (2005, p. 70) destaca que “[...] quanto mais comunicação, mais cidadania, e quanto maior e mais qualificada a cidadania for em uma sociedade, mais comunicacional ela

será [...]”. Oliveira (2005) também enfatiza a importância da comunicação na efetivação da cidadania, ao ressaltar que “[...] torna-se cada vez mais necessário resgatar o relacionamento entre as pessoas, como forma de garantir o exercício da cidadania”. E lança o desafio: “[...] como o indivíduo isolado, sem contato com a problemática social, pode se sensibilizar para atuar como cidadão e ter cada vez mais consciência de seus direitos e deveres?” (OLIVEIRA, 2005, p, 55-56).

Thompson (1998) propõe uma distinção entre os tipos de situação interativa à qual o homem está inserido na atualidade: a interação face a face, que ocorre em uma situação de copresença dos interlocutores e na qual predomina o caráter dialógico da comunicação; a comunicação mediada, em que o contato entre os interlocutores é pequeno e, conseqüentemente, também suas deixas simbólicas, o que elimina do discurso alguns elementos que só existem na condição anterior, como as expressões e os gestos de cada integrante do diálogo; e a quase-interação mediada, que é a comunicação monológica, representada pelas medias.

Destaca o autor:

Para muitas pessoas a compreensão do passado e de lugares distantes, como também do sentido da delimitação espacial e da continuidade histórica das comunidades a que elas pertenciam, era constituída principalmente pelas tradições orais produzidas e transmitidas em contextos sociais da vida cotidiana. Mas a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos sociais imediatos. O papel das tradições orais não foi eliminado, mas estas tradições foram suplementadas, e até certo ponto reconstituídas, pela difusão dos produtos da mídia. (THOMPSON, 1998, p. 38)

A comunicação tem um papel importante na reconfiguração do processo de identidade, principalmente a midiática, já que é responsável pelas mudanças ocorridas na relação do homem com o espaço e o tempo. Diferentemente dos processos de identidade das sociedades clássicas, o homem se vê diante de acontecimentos antes distantes do seu dia a dia, o que o coloca em confronto com realidades distintas, reconfigurando a sua forma de perceber e de se relacionar com o mundo. Conforme Hall (2005, p.13), “[...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. Para o autor, “[...] o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação*” (HALL,



2005, p, 70. Grifo do autor).

Por isso, vários autores se preocupam com a questão da concentração midiática nas mãos de poucos empresários. Lima (2006), por exemplo, ao discutir os medias no Brasil, destaca que sempre tiveram caráter privado e comercial e que nos últimos anos também vêm sofrendo com o monopólio do setor e sua internacionalização. O autor lembra que a relação entre a mídia e o poder político, histórica no país, também tem se intensificado, o que pode ser constatado ao longo de toda a história da imprensa no Brasil.

Da mesma forma é importante chamar a atenção para o que tem ocorrido na radiodifusão nacional, já que o assunto está diretamente relacionado ao objeto de estudo proposto pelo presente trabalho. O uso político das estruturas de comunicação radiofônica no Brasil remete à era Vargas, época em que o próprio presidente utilizou o veículo para propagar os feitos de seu governo. O mesmo pôde ser observado durante o regime militar, quando as emissoras de rádio ficaram submetidas a um rigoroso controle de informação, que culminou com o fechamento de uma das mais importantes emissoras de radiodifusão do país, a Rádio Mayrink Veiga.

Na década de 1970, os militares também foram os responsáveis pela implantação das concessões das emissoras FM no país, processo que resultou não apenas em mudanças no sistema de radiodifusão, como também transformou o sistema, como lembra Del Bianco (1993), em moeda de negociação política. Os reflexos dessa prática podem ser sentidos até os dias de hoje no sistema de radiodifusão brasileiro (como será mostrado mais adiante) e atingem negativamente as emissoras de rádio comunitária, que tendem a perder seu caráter histórico de instrumento de emancipação, para tornarem-se espaços para o proselitismo religioso.

O debate sobre a comunicação midiática, no entanto, requer uma reflexão acerca do acesso aos meios de comunicação e seus conteúdos disponibilizados à grande parte da sociedade. Lima destaca (2006, p. 8) que “[...] a condição básica para a realização dos direitos políticos da cidadania no mundo contemporâneo é a existência de uma mídia democratizada”. Segundo ele, “[...] existe uma relação constitutiva entre a comunicação, o poder e a cidadania” (LIMA, 2006, p. 8).

Para Bezzon (2004, p. 18), “[...] o acesso e o direito à informação torna-se requisito básico para a construção da cidadania, pois só a socialização da informação poderá fornecer

aos membros da sociedade civil a cidadania integral”. O acesso à informação, portanto, deve ser plural e refletir os interesses da sociedade, pois só assim se tornará possível a autonomia do homem para tomadas de decisão e participação social e política, amparadas no pleno direito da cidadania.

Paulo Freire, a partir de uma consultoria realizada para as Nações Unidas, no Chile, na década de 1960, ressalta a necessidade de se repensar a noção de comunicação. Apesar de seu trabalho ser voltado para um projeto sobre reforma agrária e extensão rural, a proposta apresentada pelo educador, resumida no livro *Comunicação ou Extensão*, era pensar “[...] não a comunicação instrumental, transmissiva, mas aquela no sentido de ter em comum, compartilhar, estar conectado pela mesma teia simbólica construtora de sentido, em um contexto histórico desigual e contraditório” (FREIRE apud LIMA, 2001, p. 56).

A importância da comunicação vem sendo discutida nas mais variadas esferas da sociedade civil. A Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society), movimento de organizações não-governamentais do campo da comunicação e dos direitos humanos de diversos países, lançada em 2001, aborda a democratização das tecnologias de informação e comunicação, sendo responsável ainda pelo fórum mundial alternativo ao Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información (CMSI), realizado em 2003, em Genebra, na Suíça.

Apesar de garantida pela Declaração dos Direitos Humanos (1948), pela Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), e, no caso do Brasil, pela própria Constituição (1988), Peruzzo (2004) enfatiza que a comunicação como direito é um processo a ser consolidado, pois ainda depende de mudanças na concepção do direito à informação, principalmente do ponto de vista jurídico.

A luta por este direito ainda é incipiente e é fundamental que todas as organizações da sociedade civil e pessoas dedicadas ao fortalecimento da cidadania – e não apenas aquelas dedicadas aos temas de mídia e comunicação – voltem sua atenção e uma parcela de seus esforços para garantir que o direito à Comunicação seja preservado. (OEYEN; LIMA; SELAIMEN apud PERUZZO, 2004, p. 61)

A discussão aponta para a importância de políticas públicas de comunicação, a

princípio, uma das propostas das rádios comunitárias, que foram concebidas para garantir a livre manifestação de pensamento da comunidade e incentivar a comunicação compartilhada. Como ressalta Mattelart (2009, p. 38), “[...] desde o início, o direito à Comunicação é apresentado como uma 'ideia' e um 'ideal’”. O autor lembra que “[...] o relatório da comissão MacBride, criada em 1977 pelo diretor-geral da Unesco, endossa e insiste no fato de que não há possibilidade de um direito à comunicação sem políticas públicas de comunicação e cultura” (MATTELART, 2009, p. 38).

A Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, que ficou conhecida pelo nome do seu presidente, Sean MacBride, foi instituída pela Unesco entre os anos de 1977 e 1980, período histórico marcado pela discussão sobre a comunicação na América Latina, a influência cultural na região dos produtos midiáticos norte-americanos e as consequências para a região do monopólio da informação. Já naquela época a Comissão revelava a concentração das fontes de informação e suas implicações para a democracia e o sistema político. Composta por intelectuais de 16 países, a Comissão MacBride foi posteriormente acusada de envolvimento com o comunismo.

Os problemas apontados por Mattelart e Paulo Freire continuam em pauta, já que permanecem afligindo todos os que se preocupam com o rumo das comunicações e suas influências na sociedade. E isso nos remete ao fato de que a comunicação, a partir do que foi exposto, deve ser entendida não apenas como direito de cidadania, mas também como o alicerce para a sua própria existência e efetivação.

Se a cidadania se constitui a partir das lutas sociais pela garantia da liberdade e de direitos iguais, ao longo de toda a história do homem em sociedade, como pensá-la fora do processo comunicacional? Como destacado anteriormente, o homem é um ser social, o que leva à conclusão de que não é possível pensar os processos sociais sem refletir sobre a própria comunicação e seus espaços de efetivação. Por isso, torna-se importante analisar as relações sociais em suas bases, neste caso a comunidade, e seus reflexos nos espaços sociais, ou seja, as rádios comunitárias, como propõe o presente trabalho.

## 2.5 A RELAÇÃO DO RÁDIO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA

### 2.5.1 A radiodifusão no Brasil

Tendo definido os conceitos de cidadania e comunidade e estabelecido a relação entre a comunicação e cidadania, faz-se agora um breve histórico do rádio no Brasil, em que se buscou abordar os principais eventos que marcaram a trajetória do veículo no país. Afinal, o rádio não só teve um papel fundamental na sociedade brasileira, afirmando e negando a cidadania ao longo de sua história, como segue tendo seu espaço cativo como veículo de comunicação que consegue se renovar em face das novidades impostas pelas mídias digitais.

Como o foco do trabalho não é a história do rádio em si, se dará ênfase aos principais eventos envolvendo o veículo no país, levando em consideração os pontos de ligação com a rádio comunitária – tema que está no foco do objeto de estudo do presente trabalho.

A radiodifusão no Brasil tem origem no ano de 1922. Oficialmente, a primeira transmissão de rádio no país foi realizada em 7 de setembro daquele ano, durante as comemorações do Centenário da Independência. Apesar dos interesses meramente mercadológicos das empresas norte-americanas Western Electric e Westinghouse pelo novo meio de comunicação, o antropólogo e professor Edgar Roquette-Pinto viu no rádio a possibilidade de levar educação e cultura à população brasileira.

Por isso, pode-se afirmar que o rádio no Brasil tem em sua origem um caráter educativo, o que faz de Roquette-Pinto um dos pioneiros na discussão de mídia e educação do país. Ainda no final da década de 1920, Roquette-Pinto propõe a criação de radioescolas, projeto pioneiro ao tratar de ensino a distância no país.

A proposta de criação de radioescolas descrita em *Seixos rolados* corporifica-se a partir do ano seguinte à publicação do livro, em 1928, quando é promulgada a Reforma Fernando de Azevedo, alterando os parâmetros educacionais praticados no Distrito Federal.(...) Assim, em 6 de janeiro de 1934, efetiva-se a PRD-5 – Radioescola Municipal, que já transmitia em caráter experimental desde 31 de dezembro. (FERRARETTO, 2008, p. 31-32)

Em 20 de abril de 1923, Roquette-Pinto, o pai do rádio brasileiro, e Henrique Morize colocavam no ar a primeira rádio oficial do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Oficialmente porque no ano de 1919 já estava funcionando, em caráter experimental, a Rádio Clube de Pernambuco, cujos aparelhos foram importados da França. A emissora pernambucana não é considerada a pioneira da radiofonia no país por causa da falta de uma programação própria, o que só viria a ocorrer, segundo Martins (2007), em 17 de outubro de 1923.

O início da radiodifusão no Brasil, assim como o próprio conceito de cidadania, foi marcado pelos conflitos sociais e coincidiu com o início do processo de urbanização do país. “O período 1917-1920 registrou, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as maiores mobilizações e greves da Primeira República, encaradas com simpatia por vários setores sociais, que reconheciam as reivindicações como justas e razoáveis” (LUCA, 2008, p. 473). É época marcada, segundo a autora, também pelo pós-guerra, em que “[...] a escassez de produtos provocada pela Primeira Guerra Mundial acarretou aumento significativo no custo de vida, o que penalizava não apenas os operários, mas a população urbana como um todo” (LUCA, 2008, p. 473).

Na década de 1920, o número de habitantes das cidades era irrisório, pois somente 16,6% da população não vivia no campo. O país contava ainda com um grande número de analfabetos, aproximadamente 70% da população. Os dados explicam o interesse do professor Roquette-Pinto de usar as ondas eletromagnéticas para fins educativos. E essa será a principal característica do rádio no país até a oficialização da publicidade, em meados dos anos de 1930, quando o veículo começa a se consolidar como importante meio de comunicação, chamando a atenção não apenas da população, mas também do meio político e publicitário.

Como não contava com publicidade, e sim com a colaboração de seus associados, a radiodifusão brasileira tem início sob o modelo das rádios clubes e sociedades. Os ouvintes também tinham de pagar uma taxa ao Estado pelo uso das ondas sonoras que chegavam às suas casas. Os aparelhos receptores, denominados galena, eram caros, e a programação, nada popular. Músicas eruditas, palestras e seminários eram o que compunha a programação. Haussen (2001) afirma que era “um rádio feito pela elite e voltado à própria elite”.

Adianta ainda a autora: “À época, dizia-se que só era radiouvinte quem tinha recurso, tempo e paciência para sintonizar a emissora desejada” (HAUSSEN, 2001, p. 23). Se a comunicação é um direito de cidadania – como afirmado anteriormente – pode-se dizer que esse modelo excluía boa parte da população de um dos seus preceitos básicos: o direito à informação.

Os pioneiros do rádio no país conviviam ainda com a falta de conhecimento sobre o novo meio de comunicação e de uma linguagem apropriada ao veículo, pois até aquele momento as notícias eram lidas diretamente dos jornais impressos. Esse problema só será resolvido com a entrada no ar do programa Repórter Esso, na década de 1940, um marco do radiojornalismo nacional.

Financiado pela Companhia Esso de Petróleo, o programa trouxe para o rádio brasileiro o formato norte-americano de informação radiofônica. Apresentado pela inconfundível voz de Heron Domingues, foi responsável pelo surgimento de uma redação própria para o rádio no Brasil, em que prevalecia o texto de frases curtas, por meio de uma linguagem clara, objetiva e direta – padrão radiojornalístico adotado até os dias de hoje –, e os boletins de hora cheia (pequenos programas jornalísticos de até cinco minutos).

A chegada do Repórter Esso ao país integrava uma proposta muito mais ampla que a mera padronização do radiojornalismo: a da política da boa vizinhança, que foi marcada pela presença no Brasil de representantes do Bureau Interamericano, comandado por Nelson A. Rockefeller, cujo objetivo era a implantação do estilo de vida norte-americano no país, iniciativa que terá um forte impacto sobre a formação cultural do povo brasileiro. Como lembra Klöckner (2006, p. 53), o *American way of life* era caracterizado pelo

[...] consumo de produtos tipicamente *made in USA*, desde Coca-Cola até as revistas de histórias em quadrinhos, como O Pato Donald, buscando evitar uma aproximação ainda maior dos brasileiros com os países do Eixo. [...] Na época, empresas como Standard Oil Company, General Electric e RCA Victor passaram a distribuir os seus produtos no mercado nacional e junto chegaram as grandes agências de publicidade: J.W.Thompson e McCann-Erickson, entre outras, lançando as bases da globalização na comunicação brasileira e da América Latina.

O rádio brasileiro, no entanto, desde seu surgimento já contava em sua programação com o que chamaremos de embrião do radiojornalismo. Roquette-Pinto, ainda pela manhã, marcava com seu lápis vermelho as principais manchetes dos jornais do dia, que posteriormente eram lidas no ar. Essa prática, que seguirá por um longo tempo, ainda hoje é mantida por algumas emissoras do país, seja pela falta de pessoal para a produção, seja pela comodidade que proporciona. Outras emissoras utilizam a leitura das principais manchetes dos jornais locais e nacionais na abertura de programas de debates, para então abrir as discussões sobre os temas do dia, em programas com o formato de mesa redonda.

Em meados da década de 1920, o rádio começa a ganhar um formato mais popular,

cujo modelo vai se consolidar a partir de 1930, com o meio ganhando mais força com a regulamentação da publicidade. É quando o rádio se torna um veículo de comunicação de grande alcance e com interesses muito diferentes dos ideais que levaram o professor Roquette-Pinto a colocar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro no ar.

A década de 1930, no entanto, não é marcada apenas pela regulamentação da publicidade. Naquele período, o rádio teve um importante papel nos regimes ditatoriais, à medida que se constituía como o principal meio de comunicação do país. Doris Fagundes Haussen retrata bem esse momento histórico do rádio no livro *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*, em que compara o uso político do veículo no Brasil e na Argentina, ambos sob regimes considerados populistas.

O presidente Getúlio Dornelles Vargas exerceu forte influência na radiodifusão nacional entre os anos de 1930 e 1945, ao fazer do rádio um instrumento de propagação dos propósitos do Estado Novo de unificação nacional: o ideal nacionalista, permeado pelo capital estrangeiro, que, como discutido anteriormente, foi fundamental para a radiodifusão no país.

[...] a influência do capital estrangeiro na vida brasileira era enorme. No que diz respeito à indústria da informação e da comunicação, ela tinha se intensificado com o surgimento das emissoras de rádio exploradas comercialmente, em meados da década de 30. Naquele período, foram as agências de propaganda americanas, trazidas pelas multinacionais de produtos de uso doméstico (sabão, sabonete, creme dental, etc.) que implantaram o sistema comercial de venda de audiências para anunciantes e de patrocínio de programas para empresas (o *Repórter Esso* e as radionovelas foram exemplos marcantes disso.) (JAMBEIRO, 2007, p. 110)

O período é caracterizado também por uma forte relação dos órgãos estatais com a produção cultural do país. Diz Jambreiro (2007, p. 110): “[...] ao mesmo tempo em que pressionavam, prendiam e espancavam intelectuais e artistas, também os apoiavam e protegiam, dando-lhes financiamento, prêmios, posições burocráticas e cargos de comando na área cultural”. Essa gênese do rádio como espetáculo, por assim dizer, viria acompanhada, no entanto, pelo controle da opinião pública, o que representa uma violação dos direitos de cidadania.

Já em 1931 o veículo convivia com o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que em 1934 foi transformado no Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DNPDC), que, por sua vez, deu origem ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que culminaria, em 1939, com o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (DIP). Os

anos de 1930 também serão marcados pela criação da Hora do Brasil, precursor da atual Voz do Brasil, que também retransmitia informações oficiais do governo para todo o território nacional, numa tentativa clara de controle sobre o rádio e sua programação, que, a essa altura, já contava com grande adesão por parte da população brasileira. O programa tinha também o objetivo de promover o sentimento de nacionalidade e de integração social.

Assim, fica evidente a importância que a comunicação passa a desempenhar como estratégia política e de controle social. Controle que pode ser observado até mesmo nas músicas que iam ao ar na época, quando o samba passa a ser considerado uma estratégia de transformação social, a exemplo de Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, que mais tarde integraria a trilha de “Alô, amigos”, filme da Walt Disney, de 1943. A intenção do samba exaltação era sobrepor as composições que exaltavam a malandragem, a boa vida das rodas de samba e a boemia, ao mesmo tempo que buscava “[...] a afirmação da identidade nacional, de um país promissor, futura potência econômica e cultural” (HAUSSEN, 2001, p. 67).

No Brasil, o rádio vive entre 1940 e 1955 a sua era áurea, marcada pela programação de uma das maiores emissoras de rádio da América do Sul, a Rádio Nacional, e o surgimento do próprio Repórter Esso, que, como destacado acima, foi um marco do radiojornalismo no país. Também será caracterizada por uma programação mais popular, constituída por musicais, programas humorísticos, radionovelas e programas de auditório, que, apesar de terem surgido nos anos 1930, encontraram aqui seu apogeu. A programação era responsável, como apontado anteriormente, pelo sentimento nacionalista.

Mas também essa programação sofreria o controle do Regime Vargas, principalmente os programas humorísticos. Um exemplo do que acontecia no rádio desse período é a perseguição do DIP à dupla Alvarenga e Ranchinho, por causa das críticas e sátiras musicais que a dupla levava ao ar. Nessa época, “a cobertura esportiva também ocupa seu espaço” (FERRARETTO, 2001, p. 112) e o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial dará maior força ao radiojornalismo

Fortemente influenciado pelo surgimento da televisão na década de 1950, o rádio vive uma nova fase no país na década de 1960, quando começa a perder espaço e artistas para o novo veículo. Com a queda na arrecadação publicitária, que será ainda mais acentuada a partir dos anos de 1980, será necessário procurar um novo formato. Essa perda de prestígio do rádio também será marcada pela repressão da Ditadura Militar, responsável pelo fechamento de importantes emissoras do país, como a Rádio Mayrink Veiga.



A perseguição às emissoras representou um duro golpe contra os direitos políticos e civis do povo brasileiro. Como lembra Ferraretto (2001, p. 150), “[...] já nos primeiros momentos do Regime Militar a repressão voltou-se contra as rádios que haviam ensaiado algum tipo de resistência. No dia 1º de abril, a Mayrink Veiga teve seus transmissores lacrados, voltando ao ar apenas três semanas depois”. A emissora teve sua concessão cassada definitivamente no dia 3 de novembro de 1965.

O rádio, no entanto, também assumiu, ao longo de sua história no Brasil, posições de articulação social em favor da garantia da cidadania. Um exemplo foi a formação da Rede da Legalidade, em agosto de 1964, em resposta à crise política instalada no país com a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

A Rede da Legalidade contou, à época, “com uma centena de emissoras [...] fortalecida ainda por radioamadores” (FERRARETTO, 2001, p. 146). De acordo com o autor, “[...] o desenrolar dos acontecimentos fez repetir no Rio Grande do Sul, com maior abrangência, o papel desempenhado pelo rádio na Revolução Constitucionalista de 1932” (FERRARETTO, 2001, p. 145).

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, desde que soube da renúncia, articulou a resistência em nome da obediência à Constituição. No domingo, as rádios Gaúcha e Farroupilha divulgam um manifesto do marechal Teixeira Lott, defendendo a legalidade. O Ministério da Guerra determina o fechamento das duas, cujos transmissores são lacrados. (FERRARETTO, 2001, p. 145)

O surgimento do denominado rádio de serviço será uma das respostas de algumas emissoras à chegada da TV, enquanto outras optarão por um formato misto de informação, esporte e serviço. Essas mudanças contribuirão para uma forte influência na linguagem do veículo. No entanto, “[...] é na área da eletrônica que o rádio encontra seu mais forte aliado, que vai permitir que ele explore plenamente seu potencial: o transistor começa a revolucionar o mercado” (ORTRIWANO, 1985, p. 22). Esse equipamento dará ao rádio aquilo que o marcará como uma de suas principais características: a mobilidade, que lhe possibilitará levantar âncora da sala dos ouvintes.

Os anos de 1970 serão marcados pela expansão das Frequências Moduladas (FM), então prioridade do regime militar, por meio da Portaria nº 333, de 27 de abril de 1973:

Até meados da década de 70, o rádio FM no Brasil era inexpressivo; não tinha alcance popular vários autores [sic]. Primeiro, os empresários de rádio consideravam desvantajoso investir na expansão de uma frequência de alcance reduzido, quando intencionavam atingir o maior público possível. Segundo, praticamente inexistiam aparelhos de recepção a preço acessível que captassem as faixas AM e FM. (DEL BIANCO, 1993, p. 62)

E, mais uma vez, como ocorreu nos anos de 1930, o interesse mercadológico e político terão uma forte influência no destino da radiodifusão brasileira, reconfigurando o cenário radiofônico daquele período. Segundo Del Bianco (1993, p. 62), “[...] este quadro mudou paulatinamente a partir de 1973, face a ação deliberativa do regime militar em expandir o sistema de comunicação, promovendo a sua reorganização, com o objetivo de 'integrar e desenvolver o país'”.

Para a autora, a estratégia do regime militar era desarticular politicamente a sociedade brasileira, por meio de uma programação radiofônica voltada ao entretenimento, ampliando, assim, o espaço das rádios jovens musicais, seguindo formato consolidado nos Estados Unidos. Mas embora a manobra militar tenha favorecido, num primeiro momento, a desarticulação social do rádio, ao mesmo tempo também fomenta a luta pela liberdade de expressão e de comunicação, o que dá origem ao movimento das rádios livres, e, posteriormente, culmina na efetivação das rádios comunitárias, como se verá mais à frente.

É nesse contexto que surge também o Serviço de Utilidade Pública e os programas especializados, cujo intuito era garantir versatilidade, credibilidade e, conseqüentemente, patrocínio ao veículo. Outra inovação radiofônica do fim da década de 1970 são as agências de produção radiofônica – dentre as quais destacaram-se o Stúdio Free e a Rede L&C de Rádio –, que produziam programas com pessoas famosas e assuntos da atualidade para vendê-los a emissoras de menor porte.

Os anos de 1970 também foram caracterizados pelo surgimento do *Jornal de Integração Nacional*, que, segundo Ferraretto (2001), fez com que a Rádio Jovem Pan se antecipasse aos noticiários via satélite que dominaram o rádio nos anos 1980 e 1990. Os anos 1970 foram marcados ainda pelo Projeto Minerva, uma resposta do governo militar aos movimentos de educação popular, e pela fundação da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), que também nasce como um braço do regime militar.

As denominadas rádios populares de alto-falante, também conhecidas como rádio-poste, tiveram um papel relevante ao longo da década de 1980 em todo o país. São

consideradas por vários estudiosos da área como os embriões das rádios comunitárias, cujo objetivo será a democratização dos meios de comunicação e a promoção da cidadania. Nos anos de 1990, as rádios-poste passam a ser utilizadas por organizações da comunidade, que fomentam uma programação voltada à conscientização e à mobilização social, oferecendo também entretenimento e serviços de utilidade pública.

O advento da Internet marcará, nos anos 1990, o surgimento dos primeiros portais da América Latina contendo links de emissoras de rádio ao vivo. Dessa forma, o rádio ganha novos espaços e o ouvinte, mais opções de cultura, informação e entretenimento. E as transformações não param. Tanto que hoje, embora com atraso em relação aos EUA e à Europa, já se discute a implantação do sistema digital de rádio no Brasil. Atualmente, vive-se um período marcado também pelo jornalismo de rede e em período integral, como o realizado pela Rádio CBN (Central Brasileira de Notícia) e a transmissão de rádio via Internet, com as emissoras sendo acessadas até por telefones celulares.

Este cenário aponta para a necessidade crescente de estudos que deem conta da importância do rádio na articulação social, e, conseqüentemente, na promoção da cidadania. Ressalta-se que, apesar dos avanços tecnológicos, ainda se convive, como se mostrará mais à frente, com um vácuo na área de políticas de comunicação para o setor de radiodifusão no Brasil, permeado ainda hoje pelos interesses políticos, que continuam interferindo diretamente na concessão e autorização de emissoras no país. Essa situação acarreta um profundo abismo na consolidação do direito do cidadão a uma comunicação ética e plural e a efetivação do cidadão como produtor de conteúdo, e não apenas como consumidor de mídia, o que aponta para a relevância da discussão acerca da democratização dos meios de comunicação no Brasil.

### 2.5.2 A chegada do rádio no estado de Goiás

No fim da década de 1930, o rádio entra em sua era de estruturação e ganha ares mais populares no país. No estado de Goiás não havia ainda uma emissora de rádio caracterizada pela emissão via ondas eletromagnéticas, ou seja, vibrações magnéticas que se propagam no espaço, provocadas pela propagação de elétrons em meio condutor, conforme Ferraretto (2001).

Segundo registrou Marques (2009), nos anos de 1930, o estado contava com apenas um receptor radiofônico, na cidade de Ipameri, de propriedade de uma figura local conhecida como “coronel ricaço”. Mas as denominadas rádios alto-falantes (também conhecidas como rádios amplificadoras) já eram bastante conhecidas desde 1927. O sistema funcionava, segundo o autor, por meio de um microfone, um amplificador e alto-falantes para a distribuição do som, espalhados principalmente nas praças das cidades.

A comunicação no estado era feita principalmente por meio da radiotelegrafia, sistema responsável pela circulação de informação por meio eletrônico durante 15 anos. Marques (2009) relata que as informações eram retransmitidas para a comunidade por meio do sistema de alto-falantes, cujo conteúdo, conforme informações publicadas na imprensa em 1927, também servia de fonte para o jornalismo impresso. O autor ressalta que o sistema de alto-falantes cumpria um papel importante nas pequenas comunidades da época, já que levava não apenas informação à população, mas também entretenimento.

Em 1930, Waldemar Leone Ceva colocava no ar, também na cidade de Ipameri, mais um sistema de alto-falantes, denominado Rádio Amplificadora. A Amplificadora ia ao ar nas tardes de domingo, na Praça da Liberdade, e sua programação era constituída de músicas e notícias sobre a sociedade local. Segundo Marques (2009), o sistema de alto-falantes tinha também um caráter comercial, já que era mantido por anunciantes locais. A busca pelo sistema evidencia a necessidade da circulação de informação, mesmo nos pequenos povoados.

Ainda na década de 1930, conforme Marques (2009), alguns proprietários do sistema de alto-falantes montaram seus próprios transmissores e começaram a transmitir para aparelhos receptores de rádio no estado. Consideradas ilegais, já que não contavam com autorização para transmissão via ondas de rádio, pode-se afirmar que o sistema foi o germe do rádio em Goiás, tendo como uma das pioneiras a Rádio Amplificadora Cultura de Anápolis (1938).

Já nos anos de 1940 a cidade de Ipameri passou a contar com a Rádio Amplificadora Ipameri, que ficou no ar por mais de seis anos e fornecia uma programação diversificada, com informação e música de raiz, além dos já famosos comerciais locais. A cidade contaria ainda com a Amplificadora Cruzeiro, que, como todas as demais rádios amplificadoras, transmitiam a programação por meio de alto-falantes, não podendo esse sistema ser caracterizado, portanto, como radiofônico.

Goiânia também teve suas rádios amplificadoras. Uma das mais representativas foi a

Amplificadora Marisa (1942), cuja transmissão era feita de cima do prédio onde hoje funciona a Rádio Difusora de Goiânia. Além de música e informação, a população tinha acesso a anúncios do comércio local. A emissora já utilizava um transmissor, e não apenas o sistema de alto-falantes, alcançando ouvintes por meio de receptores no município de Trindade, a 18 quilômetros da capital. Era o início de uma nova etapa da transmissão de informação em Goiás, por meio das emissoras de rádio. A Amplificadora Marisa saiu do ar em 1945, após ser considerada ilegal pelo governo do estado.

Ainda nos anos 1940, Goiás começa a passar por um processo de industrialização, que estimulará a urbanização, tornando o estado atraente para brasileiros de várias regiões do país, especialmente mineiros, maranhenses e baianos. Borges (apud Marques, 2009) destaca que a década de 1940 registrou um forte crescimento populacional e nos negócios do estado, sendo superado apenas pelo Paraná e Mato Grosso. Segundo o autor, Goiás, nesse período, registrou um crescimento duas vezes maior que a média nacional.

É nesse contexto que a radiodifusão surge em Goiás, e, conforme Marques (2009), só foi possível devido a um empurrãozinho do então presidente Getúlio Vargas. Em decorrência das alianças políticas, tão presentes na radiodifusão nacional, em 5 de julho de 1942 entrava no ar a Rádio Clube<sup>1</sup> de Goiânia Inaugurada durante o Batismo Cultural de Goiânia, a emissora ficava no ar das seis horas da manhã às 23h30, “[...] momento em que era desligado o gerador de energia da cidade (usina Jaó) que foi instalado na beira do Córrego Bota Fogo” (MARQUES, 2009, p. 18).

O Estado de Goiás ingressaria na era da comunicação de massa em 1942, com a chegada da primeira emissora de rádio da nova Capital. Fundada por um grupo liderado por Francisco Braga Sobrinho e o ex-deputado Castro Costa, a Rádio Clube chegava como a maior atração da década. Não é difícil imaginar o significado da presença do rádio num momento em que os jornais tinham pouca circulação e, por isso mesmo, só eram acessíveis a um número muito restrito de pessoas. (GOIANIDADE apud MARQUES, 2009, p. 19)

Conforme registra Marques (2009), a programação da Rádio Clube de Goiânia era composta pelos seguintes programas: “Hora Sertaneja”, “Neste Mundo em que Vivemos”, “Caminho sem Fim”, “Lar, doce lar”, “Skets” e “Radioteatro”. O autor afirma ainda que em Goiás o rádio sofreu uma grande influência da cultura regional. Dava-se prioridade às músicas

---

<sup>1</sup> Mais tarde, sob o comando do polêmico jornalista Jorge Kajuru, será denominada como Rádio K, e, hoje, Rádio 730 AM.

e aos músicos locais. As emissoras, assim como as de outras regiões do país, também traziam em sua grade programas de auditório e espaços para contadores de causos e piadas. As radionovelas, que tinham um caráter mais regional, também integravam a programação.

Apesar dos registros históricos, a Rádio Clube de Goiânia, como lembra Marques (2009), não é a primeira emissora a entrar no ar no estado de Goiás. Por justiça, o título deveria pertencer à Amplificadora Cultura de Anápolis. Fundada por Abelardo Velasco, suas transmissões, via ondas de rádio, segundo Marques (2009), tiveram início em janeiro de 1942, portanto, seis meses antes da Rádio Clube de Goiânia.

Como no restante do país, em Goiás o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também marcaria a história do veículo. O órgão era responsável pelo controle da informação que ia ao ar, que só era liberada depois de aprovados os relatórios encaminhados diariamente à central do órgão no Rio de Janeiro, o que prova que também em Goiás o veículo foi usado para cercear os direitos de informação e comunicação, garantidos, a princípio, a todo cidadão. Como descreve Marques (2009, p. 14), o DIP esteve diretamente ligado à vinda do rádio para Goiás:

Assim, um dos cinco redatores e representantes do DIP em Goiás, que residia em Goiânia, Francisco Pimenta Neto, foi, junto a Venerando de Freitas Borges (então prefeito de Goiânia, escolhido prefeito pelo interventor Pedro Ludovico), os responsáveis pela “organização” da primeira emissora de rádio criada com o consentimento do Estado, em parceria com o “Diário dos Associados” de Assis Chateaubriand, e instalada em Goiânia. Foi nesse contexto que surgiu a primeira emissora de rádio em Goiás.

Integrante do DIP, Francisco Pimenta Neto era quem ditava os rumos da Rádio Clube de Goiânia, o que demonstra que as emissoras do estado tinham uma relação bastante estreita com os interesses do governo, como também pode-se observar em outros estados da Federação. Isso terá forte impacto sobre o conteúdo e a confiabilidade das informações que chegavam à população e que contribuíam para a formação da opinião pública do povo brasileiro.

A Rádio Difusora, já no ar desde a década de 1940, tinha sua programação controlada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), além de transmitir diariamente a “Hora do Estado”. Esse quadro de controle sofreria mudanças com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, finaliza a ação direta do DIP e dos DEIPs nos meios de comunicação. A partir de agora, a Rádio Clube de Goiânia deixa de ser uma porta-voz do Estado, cujos dirigentes têm agora a “liberdade” para criar seus programas de acordo com os seus interesses, sem a interferência do Estado. (MARQUES, 2009, p. 21)

Em 1946, o Estado de Goiás passou a contar com mais uma emissora, a Rádio Carajás de Anápolis, fundada pelo empresário paulista João Simonetti, que também foi responsável pela implantação da primeira emissora de TV do interior do país, a TV Bauru, Canal 2, que funcionava na cidade de mesmo nome no interior de São Paulo. Marques (2009) atribui o sucesso ao empreendedorismo do empresário, assim como o de Assis Chateaubriand, à amizade com o ex-presidente Getúlio Vargas.

Um ano depois, em 1947, Goiás passa a contar ainda com a Rádio Xavantes, fundada na cidade de Ipameri. Sua instalação também tem uma forte relação de seu fundador César Augusto Ceva com políticos da época, o que evidencia mais uma vez que o coronelismo eletrônico nunca foi novidade no Brasil. Em 1950, surge a Rádio Brasil Central, veículo estatal de comunicação até hoje no ar.

O percurso histórico do rádio em Goiás evidencia a sua importância para a propagação da informação, fundamental para a consolidação e ampliação dos direitos de cidadania, embora durante certo período limitadas ao sistema de propagação dos alto-falantes. No entanto, o rádio em Goiás, assim como no Brasil, como se pôde observar, sempre teve um forte laço com os interesses políticos e econômicos, o que o coloca na contramão das condições básicas para a consolidação da cidadania, já que ela só é possível por meio da liberdade de expressão e o direito à informação plural. Mas, como se verá posteriormente, setores organizados da sociedade, como as universidades e a Igreja Católica, fomentarão a luta por um espaço no sistema de radiodifusão nacional, que resultará num efetivo movimento pela democratização dos meios de comunicação no país.

## 2.6 AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO SOCIAL

### 2.6.1 Percurso histórico e características

O debate que envolve o uso do rádio como instrumento para a promoção da cidadania não é novo. Em *Teoria do Rádio*, escrito entre os anos de 1927 e 1932, o dramaturgo, poeta e teórico alemão Bertolt Brecht (2005) descreve o rádio como um veículo que já havia nascido velho, ao não propor mudanças, mas apenas repetições de modelos e padrões estabelecidos. Para Brecht (2005, p. 36), “[...] um homem que tem algo para dizer e não encontra ouvintes está em má situação. Mas estão em pior situação ainda os ouvintes que não encontram quem tenha algo para lhes dizer”.

Uma leitura do texto revela o quanto Brecht tinha uma visão avançada do que deveria ser o rádio como veículo de comunicação. Muitas das suas ideias podem ainda ser conferidas hoje nas programações das emissoras de rádio de todo o mundo, como a proposta da participação do ouvinte na programação e sua sugestão de que o veículo deveria ser utilizado para a promoção de entrevistas e debates.

Segundo Brecht (2005), o rádio deveria contemplar não apenas a função de transmitir conteúdos, mas também ser espaço de manifestação de pensamentos. Seria isso, conforme o autor, que faria do rádio um meio de comunicação realmente democrático. É o que ele chama de “voo transoceânico”, que pode muito bem ser observado em todos os meios de comunicação de massa de hoje, da TV ao cinema, da imprensa à Internet. Na prática, Brecht (2005) propunha uma construção ética e um fazer participativo no rádio, o que o aproxima das discussões das rádios livres e comunitárias. Como lembra Zuculoto (2005, p. 49), Brecht

Endossará não apenas as rádios livres. Mas também as emissoras comunitárias e todos que fazem rádio na perspectiva de que mesmo sendo um veículo centenário, este ainda tem muito a construir em termos de linguagem e conteúdo, muito a crescer quanto ao efetivo uso de suas características e recursos; e principalmente, muito caminho ainda a trilhar no sentido de realmente cumprir sua função social.



Essa proposta, segundo Zuculoto (2005), situa Brecht nos debates acerca da democratização dos meios de comunicação, da pluralidade da informação e do perigo que representam para a sociedade os grandes conglomerados de comunicação. A falta de canais comunicacionais alternativos, como destacou Brecht (2005), impossibilitam a diversidade de vozes e, conseqüentemente, de ideias. Afinal, como discutido anteriormente, uma das condições básicas para a consolidação da cidadania é a liberdade de expressão e o direito à informação plural.

Instigando a sociedade a uma tomada de posição e à luta pelo direito a uma comunicação que privilegiasse o social, diz Brecht (2005, p. 45): “[...] temos que estremecer a base social de tais aparatos, discutir seu emprego no interesse dos menos privilegiados”. Ou seja, Brecht se lança, várias décadas atrás, ao centro das discussões sobre a democratização dos meios de comunicação, uma vez que seus ideais vão encontrar ressonância no movimento das rádios livres que tomou conta da Europa na década de 1970, quando abrem espaço para discussões de temas que não encontravam vez nas rádios oficiais.

Entre várias outras rádios, a Rádio Alice, da cidade de Bolonha, na Itália, talvez seja a que mereça maior destaque pelo fato de sua origem estar relacionada à crise da extrema-esquerda italiana em 1972.

Como lembra Guattari (2005, p. 200),

Toda uma esfera de influência da extrema-esquerda se dispersou por ocasião desta crise, mas para animar movimentos de revolta em diferentes autonomias (nome que o vocabulário italiano dá aos setores particulares: mulheres, jovens, homossexuais, etc.). Criaram-se então círculos-culturais como, em Bolonha, o Gatto Selvaggio (gato selvagem), do qual partiu, em 1974, a iniciativa de Rádio Alice.

A Rádio Alice, conforme Guattari (2005, p. 200), representava não apenas a “[...] subversão da linguagem [...], mas estava diretamente mergulhada na ação política que quis ‘transversalizar’”. Ao discutir as manifestações de rádios livres, é preciso pensar em uma sociedade movida pela luta em favor da emancipação social e pelo direito não apenas à informação, mas também de acesso aos meios de comunicação.

Assim como defendia Brecht, as rádios livres se apresentavam como o sonho necessário para a construção de uma educação para a cidadania. Um canal para que todos que se sentissem sem um espaço de manifestação pudessem fazê-lo. Um espaço voltado à voz

daqueles que viviam num sistema de profunda repressão da opinião pública, como o que ocorreu no Brasil durante a Ditadura Militar.

No Brasil, a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação cria corpo a partir da década de 1980, quando entra no ar a Rádio Xilik, da PUC de São Paulo. A partir de então, o movimento das rádios livres, emissoras que entravam no ar sem autorização do governo federal, assume um caráter político. No entanto, como se abordará mais adiante, o país já convivia com as rádios livres bem antes desse período.

Se as rádios livres, também denominadas piratas, eram definidas por sua ilegalidade, as rádios comunitárias estão relacionadas ao uso legal da transmissão radiofônica de baixa frequência. O processo de legalização das rádios livres levantou um novo debate dentro do movimento, com o surgimento de posições contrárias à legalização. Uma ala defendia que as rádios livres permanecessem na ilegalidade, sob a alegação de que o processo levaria ao fim da ideologia propagada pelo movimento, já que as emissoras passariam a ser fiscalizadas pelo Estado, o que poderia gerar uma falta de autonomia em suas decisões. A outra ala defendia a legalização das emissoras, o que resultou na lei que estabelece o funcionamento das rádios comunitárias e as peculiaridades que as fizeram conhecidas em todo o país.

Apesar de o marco do movimento das rádios livres no Brasil ter sido as décadas de 1970 e 1980, nos anos 1930 o país também contou com algumas experiências de emissoras não oficiais, depois que o Decreto nº 20.047/1931, que regulamentou a radiodifusão no Brasil, tornou ilegal todas as rádios em atividade não autorizadas. O documento assegurava ainda o poder de concessão do governo, prevendo também a “criação de uma rede nacional sob controle do Estado” (FERRARETTO, 2001, p. 103). Antes de 1931, como lembra o autor, “[...] as emissoras de rádio eram enquadradas na legislação da telefonia e da telegrafia sem fios”.

Mas até então as experiências radiofônicas denominadas ilegais não tinham nenhum caráter político de luta pela democratização do rádio como veículo de comunicação. Tratava-se de iniciativas de entusiastas da radiofonia, como o publicitário Rodolfo Lima Martensen, cujas experiências na cidade de Rio Grande de São Pedro (RS) em 1931 darão origem à Rádio Sociedade do Rio Grande do Sul. Outro exemplo é a Rádio Cultura AM de São Paulo, que surgiu em 1933 como A voz do Juquer, ainda na ilegalidade. A emissora se torna oficial somente em 1936.

Machado (1987, p. 11) destaca que, ao se tornarem um movimento politizado, a partir

da década de 1970, “[...] as primeiras rádios livres do Brasil foram acolhidas com certa reserva. Alguns recearam que sua aparição pudesse servir de pretexto para uma repressão violenta; outros só conseguiram ver nelas um replay dos movimentos dos anos 60”. Assim, as rádios livres perdiam seu caráter de experimentalismo para ganhar uma feição de contestação política.

Conforme define Peruzzo (1998, p. 2),

Rádios livres são emissoras que entram no ar, ocupam um espaço do dial, sem permissão, concessão ou autorização de canal por parte do governo, sendo portanto caracterizadas como ilegais. Costumam ser chamadas também de clandestinas ou piratas. Costumam ser chamadas de clandestinas com base na Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto-lei 236 de 1967. Os quais proibem a instalação ou utilização de telecomunicações sem autorização do Governo [...].

A década de 1970 marca definitivamente o início do movimento das rádios livres no Brasil, com a entrada no ar da Paranóica FM, em Vitória (ES). Idealizada por Eduardo Luiz Ferreira Silva, à época um adolescente de 16 anos, tinha como objetivo colocar no ar uma programação musical diferente das disponíveis nas rádios locais. O experimento, que durou apenas seis dias, desencadeou um movimento que se tornaria fundamental para a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação.

Outra emissora que marcou o movimento das rádios livres e a discussão sobre a democratização da comunicação no país foi a Rádio Spectro, que, conduzida por um adolescente de apenas 14 anos, foi ao ar pela primeira vez em 1976, na cidade de Sorocaba (SP).

Nos 1980, de acordo com Meliani (2003), o movimento é fomentado pelo acesso fácil à tecnologia, principalmente na região de Santos (SP) e pela busca por uma programação personalizada, que ganha destaque pela ação de adolescentes em pleno regime militar. Meninos que foram vistos à época como uma ameaça ao poder vigente, demonstrando a força da comunicação no processo político e social. Segundo Meliani (2003), muitos desses jovens só queriam ter o direito de colocar no ar a sua própria programação, mas acabaram duramente perseguidos, apesar de, na maioria dos casos, não terem nenhuma relação com movimentos políticos.

Com o crescimento do movimento das rádios livres na região, que tem como explicação não apenas o acesso à tecnologia, mas também à mão de obra especializada, surgiu

o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba, que duraria apenas um mês. Conforme Meliani (2003), o objetivo era promover uma organização do movimento e impedir a interferência das rádios nas frequências oficiais e não oficiais, quando começam a assumir um caráter político.

A autora destaca ainda que o movimento ocorrido em Sorocaba (SP) dará origem a mais de 100 emissoras de rádios livres. Conhecido como “Verão de 82 da radiodifusão livre no Brasil”, foram destaque nessa época as rádios Estrôncio 90, Alfa 1, Colúmbia, Fênix, Star e Centauros. A última, posteriormente denominada Voyage, anos mais tarde se juntará à Spectro, formando a Spectro Voyage Clandestina, que terá um papel mais atuante em favor da legalização do movimento das rádios livres ao defendê-las como transmissões livres, e não comerciais, se aproximando bastante do que atualmente caracteriza a rádio comunitária.

A emergência de rádios livres em São Paulo e Sorocaba não veio senão atizar labaredas numa fogueira que já fazia as primeiras brasas. Daqui para a frente, a tendência é aprofundar-se cada vez mais o questionamento da atual estrutura de poder em rádio e TV. (MACHADO, 1987, p.15)

Com a atuação mais enfática do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), em 1984 o número de emissoras em funcionamento em Sorocaba cai para apenas 15, entre quase uma centena de emissoras existentes até então. Todavia, o movimento das rádios livres já havia chegado a outros estados, como Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais. À época, o país vivia um regime ditatorial em que não apenas a comunicação, mas todas as manifestações populares eram implacavelmente reprimidas.

A situação é retratada no filme *Uma onda no ar*, de 2002, que conta a história de uma das mais representativas rádios livres do país na década de 1970, a Rádio Favela, de Belo Horizonte (MG). A emissora passou posteriormente a funcionar em caráter de rádio educativa, que, segundo Ferraretto (2001, p. 49), são emissoras “sem fins lucrativos [...] mantidas pela União, governos estaduais ou municipais, fundações constituídas com esta finalidade e universidades”.

No filme de Helvécio Ratton, é retratada a trajetória da Rádio Favela e das demandas da comunidade que deram origem à proposta. A emissora, segundo os amigos Jorge, Brau, Roque e Zequiel, idealizadores do projeto, objetivava, como é mostrado no filme, levar a favela até o asfalto por meio das ondas de rádio. Uma forma de externar as necessidades da

comunidade às outras localidades de Belo Horizonte, a partir do ponto de vista dos próprios moradores.

A segunda fase do movimento das rádios livres no Brasil se inicia em meados da década de 1980, quando entrou no ar, no dia 20 de julho de 1985, a Rádio Xilik, da PUC de São Paulo. Segundo Meliani (2003), nesse período predominou a discussão a respeito da democratização dos meios de comunicação, com o movimento elevando o tom político da discussão. Sobre a concessão das emissoras, diz Machado (1987, p. 17):

[...] o mecanismo de concessão não é – nunca foi – um expediente técnico apenas; ele é um sistema de controle das emissoras pelo poder do Estado. A sua simples existência já é uma forma de censura, pois sua função é discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir.

As rádios livres se definiam então como a mobilização social em busca do direito à fala e ao rompimento do monopólio da informação, o que é um direito de cidadania. No Brasil, assim como nos Estados Unidos, o sistema de radiodifusão nasceu privado e por um longo período esteve a serviço do próprio Estado. Meliane (2003) atribui à Rádio Xilik a responsabilidade por popularizar o debate acerca da democratização da comunicação, aqui entendida como o rompimento de um monopólio, movimento que extrapola a garantia ao acesso à informação, reivindicando também o direito aos meios de produção, como rádio, TV, impressos etc. Segundo a autora, a Rádio Xilik levou a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação à imprensa e demais entidades sociais, a exemplo do que ocorreu com a Rádio Favela.

Com o objetivo de divulgar os ideais do movimento nas diversas entidades sociais, em 1989 foi criado o Coletivo Nacional de Rádios Livres, durante o Primeiro Encontro Nacional de Rádios Livre, realizado na Universidade de São Paulo (USP). A criação da entidade resultou na aprovação de um projeto de emenda constitucional liberando espaço no espectro de FM para emissoras locais sem fins lucrativos e de baixa potência, características que, posteriormente, definirão a rádio comunitária. Dava-se início, assim, ao processo de legalização do movimento, que culminou com a aprovação da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamentou, por meio do Decreto nº 2.615, a rádio comunitária no país.

A partir do movimento de legalização das rádios comunitárias, são fundados 19 Comitês Estaduais e Regionais de Democratização da Comunicação, que formarão o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, congregando mais de 300 entidades, dentre as quais a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Federação Interestadual dos Empregados em Emissoras de Rádio e TV (Fitert), a Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos (Aneate) e sindicatos de trabalhadores nas áreas de vídeo e cinema.

As rádios comunitárias surgiram da efervescência dos movimentos sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, quando vivem seu apogeu no país. Pode-se afirmar, portanto, que os movimentos civis tiveram e ainda hoje têm papel fundamental na consolidação dos direitos sociais, o que fortalece os aspectos coletivos de cidadania em suas dimensões socioculturais, como discutido anteriormente.

Segundo Bezzon (2004), isso só foi possível por meio do processo de luta e da prática social, que são fundamentais para a formulação de novas propostas e estratégias de demandas na sociedade. Para a autora (2004, p. 24), “[...] é através da constituição dos espaços públicos que as diferenças podem se expressar, e onde os valores circulam, argumentos se articulam, opiniões se formam”.

Como destaca Nunes (2001, p. 242), “[...] a compreensão dos direitos e deveres do cidadão auxiliam na prática da cidadania integrada ao crescimento individual, estimulando o surgimento de lideranças populares e a consolidação das já existentes”. De acordo com a autora,

[...] essa é a maior contribuição do movimento de rádios autenticamente comunitárias hoje e no futuro, já que elas representarão, cada vez mais, espaços alternativos de exercício da cidadania, ampliando as possibilidades dos cidadãos de amanhã lutarem efetivamente por seus direitos junto ao Estado e à sociedade. (NUNES, 2001, p. 242)

No entanto, sabe-se que essa não é a realidade de boa parte das emissoras comunitárias em funcionamento hoje. Espaços que, infelizmente, estão marcados pelo coronelismo político e religioso em grande parte do território nacional, como se mostrará mais adiante. Para tanto, faz-se necessário lançar um olhar crítico sobre o papel dessas emissoras na atualidade e o envolvimento da comunidade nos seus processos de produção e, por que não, de consumo de seus programas.

As emissoras comunitárias operam com transmissores de baixa potência (25 KW) e

com uma antena com limite de 30 metros de altura, não podendo ultrapassar o alcance de 1km de raio. “[...] as rádios devem ter gestão coletiva, sob tutela de uma associação representativa dos moradores e não podem ter fins lucrativos” (LEAL, 2007, p. 393). De acordo com Leal (2007), essas emissoras apareceram em várias partes do mundo, no mesmo período que o movimento ocorria no Brasil, e sob diferentes nomenclaturas. Na América Latina, foram denominadas “rádios populares”,

[...] conhecidas pelo seu poder de demarcação de luta contra discursos autoritários e hegemônicos veiculados na radiodifusão tradicional. Esses meios estão historicamente ligados aos movimentos de protestos sociais coletivos contra o estabelecimento dos poderes políticos e econômicos. (LEAL, 2007, p. 390)

Na Venezuela, por exemplo, que conta com 244 rádios comunitárias, as emissoras, segundo reportagem postada no portal *Comunique-se*<sup>2</sup>, têm como objetivo promover a ajuda mútua entre os membros da comunidade. Segundo seus integrantes, as emissoras são um canal de comunicação da população local e possibilitam a luta por melhorias de vida por meio de cursos de capacitação, como as oficinas de carpintaria, construção civil e corte e costura oferecidas pela Rádio Negro Libre Primero (101,1 FM), localizada na periferia de Caracas.

Outra emissora comunitária no ar na Venezuela é a Rádio Perola (92,3 FM), localizada no bairro de Caricuao, cuja programação, segundo seus gestores, é voltada ao atendimento das necessidades locais. Um dos programas transmitidos pela rádio é o “Em Família”, que surgiu de uma reivindicação da própria comunidade, que sentia falta de um conteúdo voltado aos cuidados com a saúde infantil e a educação. Segundo a Lei Orgânica de Telecomunicação da Venezuela, sancionada em 2000, os programas devem ser realizados com participação da comunidade, o que contribui para aumentar o laço entre os moradores da região e a programação da emissora.

A falta de identificação da população local com a produção da mídia tradicional é apontada pelos próprios ouvintes como fator decisivo para a sobrevivência das emissoras comunitárias na Venezuela. Os moradores justificam a preferência pela programação dessas rádios por acreditarem que, nelas, suas necessidades são ouvidas e que o espaço garante voz à comunidade. Assim como no Brasil, as emissoras comunitárias na Venezuela não contam com

---

<sup>2</sup> Portal Comunique-se (<http://portal.comunique-se.com.br/>) é um veículo que aborda notícias de mercado e bastidores do jornalismo e da comunicação, além de contar com conteúdo jornalístico específico.

ajuda governamental para sobreviver. Rádios como a Ali Primera, que funciona nos espaços da Universidade Simón Rodrigues, dependem da colaboração de pessoas que acreditam nas suas propostas.

No Brasil pode-se citar o trabalho desenvolvido ainda hoje pela Rádio Favela de Belo Horizonte (106,7 FM) e a Rádio Tantan, fundada no Hospital Psiquiátrico Anchieta, em Santos, no litoral paulista. A Rádio Favela realiza um trabalho de combate às drogas e à violência na comunidade em que está instalada, o que conferiu à emissora dois prêmios da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Rádio Tantan também vem desempenhando um papel importante na garantia da cidadania aos pacientes em sofrimento mental. Na emissora, os próprios pacientes elaboram e colocam no ar um programa de rádio em que prevalece a visão de pessoas que convivem diariamente com o preconceito social. Infelizmente, esses casos são raridades no universo atual das rádios comunitárias Brasil afora, o que evidencia a necessidade de se refletir sobre a falta de uma participação efetiva da comunidade na maioria das emissoras comunitárias brasileiras.

Estudiosos da área afirmam que a falta de recursos financeiros e de profissionalização têm sido uma das causas da derrocada dessas rádios, além da falta de um comprometimento sociocultural das programações. Ao se perguntar sobre o papel das rádios comunitárias no século XXI, Nunes (2001, p. 235) adverte que poucas conseguem cumprir o papel para o qual foram constituídas. Conforme a própria autora, “[...] o exercício da cidadania através do rádio encontra-se ameaçado em função da apropriação privada por comerciantes e políticos de um espaço que deveria ser público” (NUNES, 2001, p. 235).

Depois de pesquisar três emissoras comunitárias no interior do Ceará entre 1997 e 1998, com o objetivo de compreender o papel desses espaços na constituição de esferas públicas, Nunes (2001, p. 235) afirma que “[...] essa situação é uma ameaça ao exercício da cidadania através de experiências de emissoras autenticamente comunitárias, ou seja, originadas da organização de grupos populares em torno de interesses coletivos [...]”. Sua preocupação, no entanto, deve ser estendida a todo o território nacional.

Segundo a pesquisa “Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)”, realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, com as rádios comunitárias outorgadas entre 1999 e 2004, 1.106 tinham vínculo político, o que representa 50,2% do total de pedidos. Outro dado da pesquisa que chama a atenção é o número de



outorgas de rádios comunitárias no país, aproximadamente 70% de todas as outorgas de radiodifusão desde 1998, o que demonstra o interesse político sobre um sistema que representava, naquele época, cerca de 20 mil emissoras ilegais, 10 mil processos arquivados e 4 pedidos pendentes no Ministério das Comunicações.

O apadrinhamento político é outro problema grave que atinge o sistema de rádio comunitária no país. Segundo a pesquisa, dos 1.822 processos apresentados que não contavam com a ajuda de um político, apenas 146 foram aprovados, ou seja, 8,01%. Os números são vergonhosos se comparados aos dos processos “apadrinhados”: dos 1.010 apresentados, 357 conseguiram a aprovação, o que corresponde a 35,34 %.

Daí a importância de se discutir o tema com um olhar crítico, independentemente de cor partidária ou visão política sobre a questão e dissociado dos interesses específicos da “militância do movimento”. Somente assim será possível uma análise séria que aponte o caminho que essas rádios devem percorrer para cumprir seu verdadeiro papel na sociedade e favorecer a participação social nas discussões de interesse público, como se pretende com este trabalho.

Como ressalta Detoni (2004, p. 278-279),

Infelizmente, como reconhece a própria Abraço, a maioria das emissoras de baixa potência que se intitulam comunitárias no Brasil não cumpre um papel social. Elas têm, de maneira geral, um cunho religioso, eleitoral ou comercial e reproduzem a lógica e a programação das emissoras privadas.

Para a autora, “[...] uma verdadeira rádio comunitária, de acordo com definição teórica, tem algumas características de programação e de gerenciamento que as diferenciam de forma significativa das emissoras comerciais e mesmo das emissoras públicas ou estatais” (DETONI, 2004, p. 279). Características que, conforme apontado, muitas vezes não compreendem a verdadeira dinâmica dessas emissoras.

Detoni (2004) alerta para a necessidade de trabalhos que abordem a problemática conceitual do que vem a ser uma rádio comunitária na atualidade, o que também percorre a discussão apresentada por Leal (2007), para quem o conceito deveria ser o de rádio local. Segundo Detoni (2004, p. 279), “[...] os estudiosos da radiodifusão comunitária tendem a ser rígidos na conceituação desse tipo de emissora [...]”. A autora destaca que “[...] a Amarc (Associação Mundial das Rádios Comunitárias) adota um conceito flexível e mais próximo da

realidade de suas afiliadas, muitas das quais não têm, por exemplo, o gerenciamento participativo ou dependem da venda de anúncios comerciais” (DETONI, 2004, p. 279-280).

Ao abordar a conceito de rádio comunitária, Leal (2007, p. 378-379) afirma que:

[...] comunicação local não é necessariamente comunitária, sobretudo quando se trata de rádios, as quais têm sua existência oficial assegurada a partir de um procedimento normativo e burocrático que determina como iniciativa fundamental para obtenção da concessão do serviço o pleito de uma entidade associativa cuja natureza jurídica é privada.

Ela lembra ainda que, “[...] na verdade, a rádio comunitária é resultado da ação organizada e mobilização de indivíduos privados que se reúnem numa entidade particular em defesa de interesses de uma coletividade ou de um público” (LEAL, 2007, p. 379). Seria essa a saída para os problemas diagnosticados nas emissoras comunitárias?

Não se deve esquecer que a rádio comunitária foi constituída historicamente como espaço de manifestações sociais e de garantia da pluralidade de informação e do direito à fala, processos fundamentais à própria existência dos direitos relacionados à cidadania, concepção que norteia o presente trabalho. Por isso, está vinculada à noção de comunidade, aqui entendido como o convívio social em que os sujeitos sejam a razão maior da existência do grupo, considerando-se as especificidades culturais de cada grupo social. Ao discutir o direito a uma comunicação plural e aos meios de produção de informação, reforçando a ideia de que o direito à comunicação é um direito da cidadania, questiona-se a falta de uma participação efetiva da comunidade nesses veículos.

As questões tratadas aqui foram confirmadas por esta autora em pesquisa anterior à presente dissertação, despertando o interesse de investigar as relações entre os membros da comunidade e sua influência na gestão e produção das emissoras comunitárias, colocando em questão o próprio conceito de rádio comunitária, uma vez que a palavra comunidade está diretamente relacionada à definição dessas emissoras.

Apesar de o presente trabalho estar focado na relação existente entre os membros da comunidade do complexo do Setor Santa Luzia, onde está localizada a Rádio Primavera FM, e sua interferência na produção e gestão dessa emissora comunitária, as questões envolvendo as rádios comunitárias na atualidade são complexas e apontam para várias outras perguntas, dentre as quais, a do atual papel desses espaços e sua relação com a cidadania. Portanto, torna-se fundamental entender os mecanismos sociais que envolvem essas emissoras, o que

exigirá uma abordagem dos processos comunicacionais e também do próprio sujeito em seus contextos histórico e social, uma vez que é possível que essa dinâmica reflita diretamente nos espaços públicos de discussão, neste caso, as próprias rádios comunitárias.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.1 ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Para a realização do presente trabalho, optou-se pelo método qualitativo. Já como modalidade/estratégia de pesquisa, adotou-se o estudo de caso, por permitir a ampliação dos dados para eventos semelhantes. Segundo Yin (2005, p. 26), essa pode ser a melhor estratégia quando se pretende examinar acontecimentos contemporâneos, “[...] quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. Para o autor, a modalidade é utilizada “[...] para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionais” (YIN, 2005, p. 20).

A opção pelo estudo de caso, portanto, foi feita porque se encaixa perfeitamente nos propósitos desta dissertação e possibilita a compreensão mais aprofundada do objeto de estudo. Sendo assim, a estratégia tende a permitir a verificação das características que definem o sentido de comunidade presentes nas relações entre os indivíduos do complexo do Setor Santa Luzia e seus reflexos na rádio comunitária local, a Rádio Primavera FM.

Partindo-se do princípio de que a maioria das emissoras comunitárias vivencia um esvaziamento de seus espaços por parte da comunidade onde estão localizadas, acredita-se que o presente trabalho possa contribuir para o entendimento da dinâmica acerca do tema.

A proposta metodológica inicial do trabalho era buscar no conceito teórico de comunidade, de pensadores como Ferdinand Tönnies e Zygmunt Bauman, categorias que possibilitassem compreender as características do termo entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia. Diante da dificuldade de fazer-se um recorte final sobre o termo comunidade, que, para Leal (2007, p. 377), “é polêmico e polissêmico”, a saída foi manter algumas categorias básicas para a sua compreensão, a partir dos autores estabelecidos no referencial teórico, e buscar na própria comunidade do complexo do Setor Santa Luzia elementos que possibilitassem identificar o conceito de comunidade aos olhos dos próprios moradores, bem como na sua relação com a dinâmica local.

A partir de Leal (2007, p. 377), pode-se dizer que:

De um lado, temos as correntes sociológicas de influência anglo-saxã, que pensam a comunidade como uma formação social definida pela proximidade territorial. De outro, temos a abordagem da sociologia francesa que entende *grosso modo*, a comunidade como uma formação social determinada pela origem étnico-cultural de seus membros.

Para tanto, buscou-se trabalhar o termo comunidade associado à noção territorial, ou seja, como o espaço de proximidade física de seus membros, no qual as relações são estabelecidas a partir de objetivos mútuos, mesmo sabendo que, na atualidade, a noção de comunidade extrapola o espaço geográfico. Comunidade é aqui definida também como “[...] toda parte onde pessoas dependem umas das outras por suas vontades orgânicas e se aprovam reciprocamente [...]” (TÖNNIES, 1977, p. 109), com o interesse coletivo sobrepondo-se ao individual, como o que é observado na vida em sociedade.

Tomando como referência Tönnies (1977, p. 107), pode-se afirmar que “[...] tudo que é confiante, íntimo, vivendo exclusivamente junto, é compreendido como a vida em *comunidade* (assim o acreditamos). A sociedade é o que é público; é o mundo”. Essa ideia é a que mais se aproxima da proposta de rádio comunitária e de comunicação compartilhada adotadas no presente trabalho. Tomando ainda como referência o próprio Tönnies, ressalta-se que existe comunidade de uma ou de outra espécie, podendo estar representada, por exemplo, nas lutas de gênero, nos interesses da vizinhança ou mesmo nos laços de amizade e credo.

Os critérios de análise foram definidos na revisão de literatura, na qual se discutiu os conceitos de comunidade e sociedade. Durante todo o trabalho foi levada em consideração a ideia de comunidade como o espaço da relação entre sujeitos num determinado espaço – neste caso, o complexo do Setor Santa Luzia –, no qual sobressaem laços de interesses coletivos, da tradição, participação e ligação intencional, que podem ser encontrados nas relações familiares, de raça, religiosa, de nacionalidade etc.

Para referenciar o conceito de comunidade foram tomadas como base as relações fundamentadas na responsabilidade para com o grupo, em que prevalece a promoção dos vínculos duradouros, que tendem a contribuir para o compartilhamento de interesses coletivos entre os indivíduos, além da responsabilidade entre os homens. Essa conceituação se aproxima do que Bauman (2003) denomina comunidade ética.

Neste caso, o conceito de comunidade está relacionado aos direitos iguais entre as pessoas e ao diálogo como ferramenta de construção social, características que aproximam o termo do próprio conceito de cidadania e da concepção histórica de rádio comunitária. Esta é

aqui entendida como indutora da cidadania ativa, em que o cidadão não é apenas espectador social, e sim coparticipante de sua construção. Sendo assim, além de favorecer o conhecimento do cidadão sobre seus direitos, as rádios comunitárias poderiam ser espaços que possibilitassem a construção de uma cidadania participativa.

O conceito de comunidade pode vir associado ao de vínculo sanguíneo, religioso ou de identidade territorial, aspectos que são a base da interação entre os indivíduos de um grupo. Por isso, para a sua definição foi considerada a predominância das características encontradas ao longo da pesquisa de campo, o que pode contribuir para a compreensão das cidadanias possíveis no espaço analisado, bem como a influência do meio de comunicação, no caso as rádios comunitárias, para a sua efetivação.

Ao levantar a questão do esvaziamento das rádios comunitárias como espaços de articulação social, tentando compreender a percepção dos indivíduos sobre a própria comunidade em que estão inseridos, foi possível estabelecer uma relação entre a forma que se constitui uma determinada comunidade e a dinâmica de seus membros com as rádios comunitárias.

A partir dessa proposta, pôde-se levantar algumas perguntas sobre os aspectos que a cidadania adquire nos diferentes tipos de comunidades e as contradições entre as perspectivas de cidadania em uma comunidade – que em alguns momentos assume o papel de regulação – e a cidadania possível na sociedade, vista como ampliação de direitos sociais, apesar de estimular o individualismo.

A amostragem do trabalho foi definida a partir dos seguintes critérios: todas as pessoas ouvidas pela pesquisa residem na região aqui denominada complexo do Setor Santa Luzia (que compreende os bairros Chácara Santa Luzia, Residencial Santa Luzia, Setor Santa Luzia, Sítio Santa Luzia, Vila Santa Luzia, Jardim Olímpico, Setor Bela Vista, Setor São Pedro, Setor Tocantins e Vila Nossa Senhora de Lourdes).

Foram entrevistados moradores de ambos os sexos, sem discriminação de escolaridade e com faixa etária acima dos 15 anos. Foram ouvidos seis moradores do Setor Santa Luzia, região mais próxima da rádio Primavera FM; três do Residencial Santa Luzia; um do Sítio Santa Luzia; um da Vila Santa Luzia; dois do Jardim Olímpico; e três do Setor Tocantins.

Apesar de o Setor Bela Vista também estar localizado nas proximidades da emissora, ele não compôs a amostragem pelo fato de ficar na confluência dos municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, sendo sua gestão, portanto, compartilhada entre as prefeituras das duas

idades, o que acabaria por destoa-lo do complexo analisado. O Setor São Pedro, apesar de compor o complexo do Setor Santa Luzia, é o mais distante da emissora, enquanto a Vila Nossa Senhora de Lourdes é constituída basicamente por motéis e galpões, o que levou à exclusão dessas regiões da pesquisa de campo.

A coleta de dados foi realizada por meio da entrevista em profundidade, o que, de acordo com Duarte (2005, p. 62), é uma

[...] técnica quantitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”, servindo para “explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, discutir e fazer prospectivas.

O modelo utilizado foi o da entrevista semiaberta, cuja característica está no uso de roteiro com questões-guia, cuja estrutura permitiu o cruzamento posterior entre as respostas dos entrevistados, possibilitando traçar o perfil e a percepção de comunidade presente no complexo do Setor Santa Luzia.

Para a realização do projeto, foi utilizado um roteiro (formulário) dividido em três blocos: o primeiro consistiu em perguntas sobre o relacionamento dos entrevistados com o setor em que residem e com sua vizinhança; o segundo continha questões que visavam compreender o conceito que os entrevistados tinham de comunidade; e o terceiro trouxe questões que buscavam perceber o entendimento dos moradores sobre o conceito de rádio comunitária e sua relação (e/ou ausência) com a Rádio Primavera FM .

As entrevistas foram realizadas a partir das regiões mais afastadas da emissora para as mais próximas dela. O objetivo era checar se a proximidade com a Rádio Primavera FM favorecia uma maior participação dos moradores ou o conhecimento deles sobre a existência de uma rádio comunitária na região.

Foram realizadas ao todo 16 entrevistas, cujo universo foi constituído por 14 entrevistados do sexo feminino e dois do sexo masculino. Em termos de escolaridade, do total, seis declararam ter o ensino médio completo; três, estar cursando o ensino médio; dois, estar com o curso superior trancado; e cinco disseram ter cursado apenas o "antigo primário". Das mulheres ouvidas, quatro se declararam donas de casa, quando indagadas sobre que profissão exerciam. Os dois entrevistados que afirmaram ter ingressado no curso superior são do sexo masculino.

O primeiro contato com os moradores foi feito por meio de ligações telefônicas. As informações que possibilitaram uma primeira tentativa de agendamento das entrevistas foram coletadas por alunos do curso de Jornalismo da Faculdade Sul-Americana (Fasam), de Goiânia, que realizaram um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Escola Estadual Santa Luzia, sob orientação da autora desta pesquisa.

O projeto consistia na realização de oficinas de produção radiofônica e discussões sobre a democratização da comunicação e assuntos relacionados à cidadania. Esse trabalho resultou em cinco programas de rádio produzidos pelos alunos da Escola Estadual Santa Luzia, em parceria com os acadêmicos da Fasam, que foram ao ar na Rádio Primavera FM, em 2010.

Para evitar uma contaminação desta pesquisa, tentou-se contato apenas com os pais dos alunos que não participaram efetivamente do trabalho anterior, apesar de eles terem preenchido a ficha de inscrição para o projeto. Um morador antigo da região, que se revelou um contato-chave para a pesquisa, acabou contribuindo substancialmente para o acesso às fontes.

A falta de tempo dos moradores foi um obstáculo para o agendamento das entrevistas, e, por isso, sete dos 16 entrevistados foram ouvidos em seus locais de trabalho. Foi perceptível, durante a realização das entrevistas, uma maior abertura das mulheres para contribuir com o projeto. Mesmo quando se diziam ocupadas, elas apontavam outras possibilidades de participação, como a de receber o pesquisador no local de trabalho ou em horários alternativos.

A principal justificativa dos moradores do sexo masculino para não participarem da pesquisa foi a falta de tempo para atender o pesquisador. Duas pessoas revelaram certa desconfiança em relação à verdadeira intenção do pesquisador, mas uma delas, que acabou participando do trabalho posteriormente, chegou a alegar ter receio de se tratar de uma tentativa de "sequestro por telefone". O marido de uma moradora ouvida pela pesquisa, que estava em casa no momento da entrevista, chegou a manifestar receio da participação da mulher.

Os entrevistados estão identificados, na análise dos dados, por nomes fictícios e pela região em que residem, seguidos pelo nível de escolaridade, faixa etária e profissão. O objetivo foi possibilitar uma percepção sobre como cada uma dessas categorias influencia na resposta dos entrevistados. O tempo de residência dos entrevistados na região também foi



apresentado, o que contribuiu para a compreensão sobre os laços desses moradores com o setor e com seus vizinhos, o que foi fundamental para a descrição das transformações físicas e estruturais da região.

Compuseram as entrevistas a estudante do ensino médio e operadora de telemarketing Eva, 20 anos, moradora do Setor Tocantins há sete anos; a funcionária de serviços gerais da Escola Estadual Santa Luzia, Elisa, 46 anos, residente na Vila Santa Luzia há 23 anos; o pastor de jovens e estudante Cristiano, de 28 anos, 27 deles residindo no Jardim Olímpico; a vendedora Márcia, 43 anos, moradora do Setor Santa Luzia há 21 anos; a faxineira Cláudia, 23 anos, que vive no Residencial Santa Luzia há um ano; a dona de casa Ana, 40 anos, que reside no Setor Santa Luzia há 14 anos.

Os outros moradores ouvidos pela pesquisa foram: a costureira Paula, 43 anos, há cinco meses vivendo no Residencial Santa Luzia; o estudante universitário José, 22 anos, morador do Setor Tocantins há três anos; a cabeleireira Carla, 24 anos, moradora do Setor Santa Luzia há 22 anos; a dona de casa Maria (cuja entrevista não foi gravada por causa de um problema técnico no gravador), 40 anos, moradora do Setor Santa Luzia há 20 anos; a estudante do ensino médio Débora, 17 anos, que mora no Setor Santa Luzia há um ano e quatro meses.

As donas de casa Cristina, 58 anos, moradora há 15 anos no Residencial Santa Luzia, e Aparecida, 47 anos, moradora do Setor Santa Luzia há um ano, também integram o trabalho. Além da modelista industrial Beatriz, 54 anos, moradora do Setor Tocantins há 14 anos; da estudante do ensino médio e "atendista" Delma, 16 anos, moradora do Sítio Santa Luzia há três meses; e da babá e vendedora autônoma Graça, 47 anos, residente no Jardim Olímpico há 13 anos.

O trabalho contou ainda com pesquisa bibliográfica, que possibilitou um maior aprofundamento teórico e conceitual dos seguintes termos: rádio comunitária, cidadania e comunidade. Essas categorias são fundamentais para a análise de dados, cujo resultado permitiu a compreensão dos fatores que promovem a falta de uma participação efetiva da comunidade do complexo do Setor Santa Luzia na produção e gestão da Rádio Primavera FM, problemática central levantada por esta dissertação.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 COMPLEXO DO SETOR SANTA LUZIA: PROCESSOS COMUNICACIONAIS

#### 4.1.1 Em busca de um conceito de comunidade

Ao propor conhecer como se dá a relação entre os moradores de uma determinada localidade – no caso o complexo do Setor Santa Luzia, localizado no município de Aparecida de Goiânia (GO) –, o objetivo foi entender a influência da relação interpessoal desses moradores sobre a sua participação, como membros de uma comunidade, na rádio comunitária local, a Rádio Primavera (87,9 FM). O objetivo foi perceber se as características que definem a comunidade local têm alguma relação com a ausência de uma participação efetiva dos moradores na emissora.

A constatação da falta de uma participação efetiva da comunidade do Setor Santa Luzia na Rádio Primavera FM se ampara nos resultados da pesquisa “As rádios comunitárias de Aparecida de Goiânia: entre a idealização do conceito e a realidade”, da qual esta pesquisadora é coautora, realizada nos anos de 2007 e 2008. O objetivo do trabalho era analisar se as rádios comunitárias localizadas no município de Aparecida de Goiânia (GO), à época cinco emissoras, trabalhavam conforme os parâmetros legais e conceituais que as definem como veículos de comunicação comunitária.

O resultado da pesquisa apontou um esvaziamento do sentido de rádio comunitária, tanto nos padrões estabelecidos pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, quanto pelos termos que a constitui como veículo garantidor de espaços democráticos de participação popular para a produção e distribuição de informação. Segundo os gestores das emissoras comunitárias analisadas, a falta de uma participação real dos moradores nas rádios se deve à falta de interesse dos próprios membros das comunidades locais.

Os diretores afirmam que tanto as associações quanto as emissoras estão abertas à participação da comunidade, mas ela não o faz. As decisões, portanto, ficam restritas aos membros da diretoria e, às vezes, são compartilhadas com os locutores. A participação maior dos moradores dá-se por telefone ou presencialmente para

solicitar alguma música ou veiculação de alguma notícia ou recado. (BANDEIRA; MORAES, 2009, p. 160-161)

Esse é um dado fundamental desta pesquisa, que compromete a proposta atual das políticas públicas que regulamentam as rádios comunitárias no Brasil. Principalmente porque afeta também a concepção da luta pela democratização dos meios de comunicação, que situam as emissoras comunitárias como espaços de articulação social em prol da cidadania. É preciso ressaltar que o termo cidadania é aqui empregado no sentido dialético, que pressupõe a relação político-social, conforme Barros e Albuquerque (2010).

Localizada no Setor Santa Luzia, no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, a rádio comunitária Primavera FM está em funcionamento desde 2005. Sua sede está instalada na confluência dos setores Jardim Bela Vista, Setor Santa Luzia e Vila Nossa Senhora de Lourdes, que é caracterizada por ser uma região de motéis. A área, apesar de habitada, conta com muitos lotes vagos e construções de galpões, o que confere um certo ar de isolamento à emissora.

Para esta dissertação, optou-se pela utilização do termo complexo do Setor Santa Luzia para definir a região pesquisada, em decorrência da falta de informações oficiais acerca dos limites dos setores que compõem essa parcela da região Leste de Aparecida de Goiânia. Optou-se também pela utilização de parte dos depoimentos dos moradores ouvidos pela pesquisa para descrever a região, o que revela como essas pessoas concebem o local onde residem.

Fundado em 14 de novembro de 1963, Aparecida de Goiânia é o segundo município em número de habitantes do estado, com 475.303 moradores, segundo dados do Censo 2010. O local pesquisado é formado pelos seguintes setores: Chácara Santa Luzia, Residencial Santa Luzia, Setor Santa Luzia, Sítio Santa Luzia, Vila Santa Luzia, Jardim Olímpico, Setor Bela Vista, Setor São Pedro, Setor Tocantins e Vila Nossa Senhora de Lourdes. A própria gestão do município, todavia, desconhece algumas das nomenclaturas pelas quais alguns setores são conhecidos. É importante observar que não há placas de identificação dos logradouros na região.

O Residencial Santa Luzia e o Setor São Pedro são as áreas que registraram um adensamento populacional mais recente. Asfaltado há apenas dois anos, o Residencial Santa Luzia deixou, nas palavras dos moradores do Jardim Olímpico, de ser considerado uma favela pelos setores vizinhos. Para a estudante do ensino médio e operadora de telemarketing Eva,

20 anos, moradora do Setor Tocantins há sete anos, foi a pavimentação que possibilitou, hoje,

*[...] mais contato entre os setores da região, o Santa Luzia, o Tocantins... As pessoas não ligam mais qual setor é qual. Quem mora lá embaixo antes era tratado como favela. Hoje, é tratado como setor. Porque só era setor quem morava da avenida para cima. Da avenida para baixo, não fazia parte. Agora, todo mundo já conversa com todo mundo.*

A avenida a que se refere Eva é a W-5, principal via de acesso aos setores Santa Luzia, Jardim Olímpico, Residencial Santa Luzia, Setor São Pedro e Setor Tocantins. A avenida é constituída principalmente pelo comércio local, como pequenas lojas de roupa, papelarias, salões de beleza, panificadoras, drogarias, lanchonetes, além de igrejas evangélicas e católica. A W-5 é por onde trafega a única linha de ônibus que dá acesso à região, “o Santa Luzia”, denominado por parte dos moradores de “Santa Agonia”.

A avenida dividia há até pouco tempo a área em duas: a com asfalto e a sem asfalto, que recebeu o benefício há aproximadamente dois anos. Ou como afirma Eva, o lado de cima, à esquerda de quem chega ao setor pela W-5, e o lado de baixo, à direita. O Residencial Santa Luzia e o Setor São Pedro estão localizados do lado direito da avenida, próximo ao ponto final do ônibus.

O asfalto a que se refere a moradora assume um caráter de agregação social, favorecendo o sentimento de pertencimento entre os moradores da região, e, conseqüentemente, de identidade. O Estado, aqui, contribui na construção desse sentimento de pertencimento por meio de um benefício público, já que as regiões sem asfalto deixaram de ser percebidas como uma "favela".

Durante o trabalho, não foram constatadas e tampouco citadas pelos moradores ouvidos pela pesquisa nenhuma praça, quadra, pista de caminhada ou qualquer outro benefício público de lazer na região. A funcionária de serviços gerais de uma escola municipal da região, Elisa, 46 anos, moradora do Setor Santa Luzia há 23 anos e que declarou ter o ensino médio completo, comenta:

*É uma coisa que todo mundo precisa de fazer, e não tem. Eu por exemplo, vou muito para a Vila Brasília. Pego o carro e vou para lá fazer naquela pista de fazer caminhada. Ou então no Bela Vista, lá que tem. Aqui precisa urgente. Porque a gente precisa fazer caminhada na rua, descendo calçada, caindo... Na rua é perigoso, as calçadas é muito ruim. Precisava muito de melhorar isso.*

Os moradores da região do Setor Santa Luzia, segundo a Prefeitura de Aparecida de Goiânia, contam com os seguintes estabelecimentos de ensino municipal: Escola Municipal Joana Angélica, construída em 1993; Escola Municipal Jardim Olímpico, localizada no Setor Tocantins; Escola Municipal Alexandre Garcia, no Parque Trindade; Escola Municipal São José, no Parque São José; Escola Municipal Bela Vista, no Setor Bela Vista; e Colégio Estadual Santa Luzia, no Sítio Santa Luzia, além de pequenas escolas particulares.

A área de saúde é um dos principais problemas da região, segundo os moradores ouvidos. A região é atendida, segundo a Prefeitura, por 16 equipes do Programa Saúde da Família (PSF), que atuam em 11 unidades de postos de saúde, mas não possui nenhum Centro de Atenção Integrada (Cais). A falta de segurança pública e a deficiência de transporte coletivo, que só conta com uma linha de ônibus, são outras áreas consideradas pelos moradores da região como problemáticas.

*Mas questão de saúde é esquecida... A gente não tem Cais aqui... E aqui tem muitos setores, Santa Luzia, Jardim Olímpico, Tocantins. E a única coisa que a gente tem é um posto de saúde, que funciona até às 4 horas da tarde. E que não traz benefício nenhum. Se você chegar lá com alguma coisa grave, você não é atendido. Você não é socorrida.*

[...]

*Ah, eu queria que o poder público olhasse mais aqui para o nosso setor... porque questão de saúde, né? Muita poeira... O que adianta fazer asfalto e não fazer meio-fio? Aí a poeira toma de conta. Só, isso aí. (Carla).*

*O que tinha que melhorar aqui era na saúde. (Cristina)*

*No meu ponto de vista, aqui falta de tudo, né? Eu creio que tem que ter assim um presidente, alguma pessoa, na política, um vereador... Uma pessoa que seja responsável, né? Mas não conheço... (Paula)*

*Quem não tem um plano de saúde bom, está muito carente, você não acha um médico. Você não tem como conseguir, sabe? Então, primeiro lugar segurança, em segundo lugar, saúde. Igual estou te falando, a gente não tem uma praça! Os jovens não têm pra onde ir. Sabe? E é por aí... (Beatriz)*

*Creche, porque são poucas as que tem... e melhorar um pouco mais, né? (Ana)*

Durante a pesquisa de campo foi perguntado aos moradores se eles participavam de alguma atividade realizada na região. Caso a resposta fosse positiva, cabia ao pesquisador registrar a atividade. Em caso de resposta negativa, tentava-se verificar o motivo da falta de

participação. O objetivo foi buscar elementos que facultassem perceber a relação dos moradores com a vizinhança e com a própria dinâmica do setor em que residem, já que o envolvimento com as questões locais tem uma estreita relação com o próprio conceito inicial de comunidade estabelecido pelo presente trabalho e a proposta das rádios comunitárias, conforme se tem tentado demonstrar ao longo desta dissertação.

O estudante e pastor de jovens Cristiano, 28 anos, morador do Jardim Olímpico há 27anos, realiza, com outros colegas, o que denomina de “estímulo ao esporte”. O projeto oferece aulas gratuitas de karatê aos alunos do Colégio Municipal Jardim Olímpico II. Ele justifica sua dedicação ao projeto da seguinte forma: *“Se a gente tem o dom, o talento, as pessoas responsáveis, a gente pode fazer alguma coisa”*. Embora partilhe com seus amigos esse dom e uma mesma religião, a evangélica, Cristiano disse que o projeto visa a alcançar qualquer pessoa, independentemente de vínculos religiosos. Afirma ainda que foi com a iniciativa do projeto que puderam integrar o projeto Aliança Jovem Internacional.

Para Cristiano, o projeto de incentivo ao esporte é uma forma de evitar o envolvimento de crianças e adolescentes com as drogas e a prostituição. *“Gosto muito de ser o suporte, um apoio para essa juventude”*. Na igreja, ele trabalha com projetos nas áreas de esporte, dança e teatro. *“A gente gosta de envolver essa juventude nessa temática. A gente sabe que a cultura, a arte são excelentes álibis, uma excelente ferramenta para tirar essa juventude desses ambientes”*.

Apesar da existência da rádio comunitária na região, Cristiano, sempre que se refere aos projetos a que está vinculado, cita a Internet como ferramenta fundamental para o contato com a juventude. Ele afirma acreditar na disposição dos jovens em participar de projetos em prol da comunidade, principalmente por meio das novas ferramentas de comunicação: *“A gente percebe pelas redes sociais como o jovem se interessa”*.

Para a vendedora Márcia, 43 anos, moradora do Setor Santa Luzia há 21 anos, a participação se restringe à *“época de política, quando eles fazem aqueles eventos... pra pedir votos, dizer o que vão fazer no setor”* – um momento, diz, *“de mutirão, época de votação, eles vêm fazer alguma coisinha... Faz uma limpeza mais ou menos”*. A moradora, que diz ter concluído o ensino médio, considera os políticos os responsáveis pelo cuidado com o bairro. No entanto, ela salientou que o poder público *“é marcado pela lentidão”*. *“Mas eles demoraram demais. Estou aqui há 21 anos e o asfalto só chegou há quatro anos”*, queixa-se.

O desânimo em relação à gestão do município de Aparecida de Goiânia levou Márcia a

transferir o voto para Goiânia. *“Eu por exemplo, não voto aqui. Voto em Goiânia. Por isso, porque não acredito nos políticos. Eu transferi meu voto para Goiânia e ficou lá. Não voto nos políticos daqui”*, conta.

Para Eva, que também faz referência à Internet como mecanismo de integração social, a pouca participação efetiva dos moradores está relacionada à falta de *“uma pessoa com pulso para comandar a associação [de moradores]”*. Segundo ela, se houvesse essa “figura” no setor, *“todo mundo estaria envolvido”*.

Até há poucos anos, o complexo do Setor Santa Luzia dispunha de água tratada apenas nos setores Santa Luzia, Jardim Olímpico e Setor Bela Vista. O esgoto tratado ainda não é uma realidade para todos os moradores. A maioria dos bairros da região também não contava com asfalto.

A falta dos benefícios provoca um descrédito no cidadão em relação aos gestores municipais, o que compromete também a imagem do poder público. O resultado pode ser sentido no desinteresse de alguns moradores em relação às questões públicas, o que, por sua vez, reflete diretamente na promoção da cidadania ativa, entendida como a participação dos indivíduos nos debates e nas decisões de interesse coletivo.

Apesar de contar com a Associação de Desenvolvimento dos Moradores do Jardim Olímpico (ADMJO), que mantém um blog na Internet, a pesquisa revelou que os moradores ouvidos desconhecem a existência da entidade. Todos os entrevistados disseram nunca ter sido convidados para integrar uma associação de bairro. Alguns deles, no entanto, afirmaram que, se convidados, participariam, pois acreditam que isso seja importante para a região.

Para Cláudia, 23 anos, que trabalha como faxineira, cursa a sexta série e vive no Residencial Santa Luzia há um ano, *“juntando a comunidade é bem melhor do que a gente ficar assim, tem hora, perdendo tempo em casa. Tem hora que a gente não tem nada para fazer... vai para os vizinhos. Então, tendo alguma coisa é bem melhor”*.

Outros moradores associam a possibilidade de participação à viabilidade de conciliar o horário das reuniões às suas atividades cotidianas. A afirmação dos moradores revela uma tensão entre a dinâmica da vida pública e a da vida privada, em que a primeira parece condicionada, em alguns momentos, pela segunda. Márcia é uma das moradores que declarou ter sido convidada, mas alegou falta de interesse em participar. Cristiano, que diz conhecer a Associação de Moradores do Jardim Olímpico, afirma nunca ter sido convidado para participar e relaciona as conquistas para a região à busca pelo apoio político e de órgãos

relacionados ao poder público.

*A gente está sempre ajudando. São os vereadores... a gente faz reunião com os vereadores. Leva nossa propostas para eles. Geralmente a gente faz assim. E também temos uma parceria como o Conselho Tutelar e graças a Deus ele têm aberto pra gente... E a Secretaria de Assistência Social, que também já sinalizou para gente que quer apoiar o nosso projeto. Mas o pessoal aqui da região, a associação de bairro, não. (Cristiano)*

Elisa afirmou ter participado de uma manifestação em favor do asfalto na região. “A gente fez, né? Para poder asfaltar a rua, porque como te falei, quando eu mudei para cá não tinha asfalto nas ruas nenhuma.” Segundo os moradores ouvidos pelo trabalho, residentes próximos à Rua X-27, onde está localizado o Colégio Estadual Santa Luzia, a via foi asfaltada pelos próprios moradores da região, em parceria com uma fábrica instalada no local. Eles contam que a rua vivia cheia de buracos por causa do fluxo de caminhões da fábrica, o que provocou a busca por uma solução por parte dos próprios moradores.

A solução do problema, que deveria ser uma vitória para os moradores, anos mais tarde se tornou, segundo eles próprios, um problema. O motivo da insatisfação foi gerado, em parte, pelo fato de a Prefeitura ter levado o asfalto a outras áreas do bairro. Os moradores afirmam ter se sentido prejudicados por causa da baixa qualidade do asfalto que fizeram em parceria com a fábrica, se comparado ao realizado pela Prefeitura recentemente nas demais ruas. E, assim, afirmam ter sido obrigados a conviver com “o pior asfalto do local”. Há quem diga, inclusive, que teria sido melhor não terem se organizado e ir em busca do asfalto, e sim ficar à espera da iniciativa do poder público.

Para a dona de casa Ana, 40 anos, 14 deles como moradora do Setor Santa Luzia, a responsabilidade com a região cabe aos políticos. Segundo a moradora, “eles é que têm de arrumar as ruas, que vivem cheias de buracos”. Assim como os seus vizinhos, ela diz não perceber uma efetiva atuação do poder público na região. A fala dos moradores revela uma transferência de responsabilidade do cidadão para o poder público, o que aponta para a perda da iniciativa comunitária na região, o que pode ser explicado pela derrocada do sentimento comunitário para o de sociedade, em que se sobressai o papel do Estado.

*Ontem mesmo eu passei ali na W-5, na rotatória, onde eles fizeram um canteiro... está tudo detonado. Tudo queimado, precisa de água. Nesse caso, a prefeitura, que é quem toma de conta, deveria dar uma limpada. Não só na época de política. Ter*



*mais cuidado para ficar um setor mais organizado, mais bonito.* (Ana)

Paula, 43 anos, que tem a experiência de ter vivido “alguns anos na Espanha”, diz que o brasileiro não tem o hábito de lutar por seus direitos, como os europeus. Segundo a costureira, que reside no Residencial Santa Luzia há cinco meses, a responsabilidade pelo setor deve passar também pelos moradores, principalmente no que diz respeito à limpeza. Ela acredita que as pessoas precisam reivindicar seus direitos e lutar por melhorias, apesar de confirmar que essa não é uma realidade na região onde mora. A fala da moradora revela certa tensão entre a realidade em que vive e sua experiência no exterior. A contradição dos dois mundos leva a uma decepção em relação à realidade local e é determinante para a posição da própria moradora diante das questões sociais.

Ela própria diz não integrar nenhuma associação de moradores ou projeto em benefício do setor e relaciona sua posição, que acredita ser prejudicial a todos os moradores, ao que considera ser uma característica da sociedade brasileira: “[...] *fica todo mundo aí caladinho. Cada um na sua*”.

José, 22 anos, morador do Setor Tocantins há três anos e que está com o curso superior trancado, acredita que todos são responsáveis pela comunidade. Para o estudante, que assim como os moradores citados anteriormente não participa de nenhuma atividade em prol da região, “*não adianta o governo dar incentivos, fazer a parte dele e a gente não fazer a nossa*”. “*Não adianta se a gente não faz a nossa parte. Jogar lixo na rua... Não adianta o jovem querer segurança se eles mesmos vão para a balada para brigar*”, sustenta. A fala do morador evidencia certa contradição entre discurso e realidade diante das questões sociais.

O estudante afirma que muitos moradores “*reclamam, reclamam, mas nunca fazem nada*”. Para ele, no entanto, a falta de uma participação mais ativa dos moradores em favor da região se deve em parte à “baixa escolaridade” e à própria “*correria do dia a dia*”, confirmando o condicionamento do público pelo privado, em que o cotidiano se estabelece como obstáculo na efetivação da vida pública. “*Acho que também por falta de tempo. Trabalham das seis da manhã até às dez horas da noite*”, diz José.

Alguns dos entrevistados revelaram não ter uma ideia clara sobre a quem compete cuidar da região, apesar de a questão ganhar novamente um cunho político:

*Eu creio que tem que ter assim um presidente, alguma pessoa, na política, um vereador. Uma pessoa que seja responsável, né? Mas não conheço.* (Paula)

*Acho que é mais é o governador. Sei lá, o que cuida do nosso setor. Eu esqueci ele nesse momento... Acho que precisa muito das autoridades nos ajudar, né? (Graça)*

Como demonstrado acima, os moradores revelam nas entrevistas se sentir negligenciados pelo poder público. Suas entrevistas deixam transparecer que se sentem excluídos de alguns direitos básicos de cidadania, como o acesso à saúde e ao lazer, que deveriam ser assegurados pelo Estado.

Ao pensar o termo como político-social, podemos afirmar que, aqui, cidadania ganha um sentido político, enquanto a relação social nos leva a pensar a dinâmica do indivíduo em convívio com o Estado e com o próprio homem, ambos imperceptíveis na região do complexo do Setor Santa Luzia. O Estado, é bom frisar, na qualidade de efetivador dos direitos do homem em sociedade por meio das leis, sejam esses direitos de primeira, segunda, terceira ou quarta geração da cidadania.

Os direitos de primeira geração de cidadania implicam o direito civil, como a liberdade individual, de pensamento e de culto. Os de segunda geração, o direito de participação da vida política, possibilitando ao homem a liberdade de constituir associações partidárias e de votar e ser votado. Os de terceira garantem aos membros da sociedade o direito à assistência social, como educação, saúde e segurança. E, por fim, os direitos de quarta geração, que, como lembra Ramos (2005), coloca no centro do debate o direito à comunicação, o que será abordado em breve.

Para o autor, “[...] o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (RAMOS, 2005, p. 248). Ele ressalta ainda que “[...] em todas as épocas históricas, o homem lutou para se libertar dos poderes que o dominavam, independentemente de que fossem políticos, econômicos, sociais ou religiosos, e que tentavam impedir a comunicação” (RAMOS, 2005, p. 248). Um movimento contínuo que segue até os dias de hoje, diria Ramos, embora, conforme destaca, “[...] na atual fase da luta, intervêm novos aspectos do conceito fundamental de liberdade” (RAMOS, 2005, p. 248).

Logo, como as próprias necessidades do homem em sociedade, pode-se afirmar que o conceito de cidadania também não é estático. Pelo contrário, também ele não só passou como passa por mudanças a todo momento, adaptando-se às demandas sociais. É o que se pode constatar por meio das lutas sociais que têm marcado a história do homem, como os confrontos sociais ocorridos na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, e que deram

origem ao que entendemos hoje por cidadania, que é fruto do ideal de liberdade, fraternidade e igualdade.

Da mesma forma, ao pensar a cidadania como a relação entre os indivíduos e o Estado pode-se afirmar que os princípios que regem os direitos e deveres do homem em sociedade não são iguais em todos os lugares. É o que diferencia os grupos sociais, embora, ao mesmo tempo, os aproxime em termos de nacionalidades, segundo Barros e Albuquerque (2010).

Os moradores ouvidos pela pesquisa demonstram um descrédito em relação à força do envolvimento do cidadão como agente de transformação social por meio da luta coletiva. Neste sentido, a cidadania política, ao estabelecer o Estado como efetivador e mantenedor dos direitos e deveres sociais, parece provocar uma desagregação da comunidade como espaço fundamental para a promoção e a efetivação de debates e lutas sociais. A imagem do Estado como a única força capaz de promover as mudanças dentro de uma sociedade assume, nesse caso, a única esperança desses moradores.

A própria ideia de participação efetiva dos moradores da região em atividades em prol do bairro – pelo que se pode depreender das respostas dos moradores ouvidos na pesquisa – está atrelada às ações políticas ou religiosas. É bom ressaltar que a maioria dos moradores ouvidos relacionou a participação política a atividades realizadas apenas em período de campanha eleitoral.

Ao abordarem o tema, os moradores revelam uma visão distorcida do campo político, que aparece como mecanismo de trocas de favores entre eleitores e seus candidatos. Por um lado, os candidatos tentando "comprar" os votos a partir de pequenos benefícios realizados na região durante o período eleitoral; de outro, eleitores em uma relação de dependência e descrédito em relação ao poder público.

A visão dos moradores revela uma ideia de cidadania política, em que as relações estão baseadas na figura do líder, principalmente religioso ou político, que ainda permeia o imaginário dos moradores. O líder encarna o papel do salvador, o que revela certo descrédito dos moradores em relação à própria força da comunidade, comprometendo, a nosso ver, diretamente a proposta das rádios comunitárias, que também aparecem ameaçadas pela Internet, como ferramenta de aglutinação social.

Ao discutir a cidadania é preciso lembrar que a sua efetivação plena, como a garantia também de segurança e lazer, mesmo que observada em lei, muitas vezes não assegura uma situação cômoda aos indivíduos, o que pôde ser confirmado durante a pesquisa no complexo

do Setor Santa Luzia. Os dados nos permitem afirmar que a luta social pela garantia de direitos sempre existirá, assim como suas demandas, mesmo que a comunidade não perceba sua importância como força motriz do sistema.

Tomando como referência Bobbio (2004), pode-se afirmar que na atualidade torna-se fundamental que os sujeitos conheçam seus direitos e deveres como cidadãos, pois, de acordo com o autor, esse é um princípio fundamental para a garantia de efetivação desses direitos diante do Estado e da sociedade.

Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir ao indivíduo o acesso à informação, à comunicação e à expressão de seus pensamentos, o que coloca o tema como fundamental para a discussão a respeito da cidadania. A comunicação integra os direitos de quarta geração de cidadania, conhecidos como direitos difusos.

Conforme Ramos (2005, p. 250),

[...] a primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender que ela precisa ser vista como passível de discussão e ação enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros.

Pode-se afirmar, a partir do que foi exposto, que é fundamental a reflexão acerca dos espaços e mecanismos que possibilitem a interação entre os sujeitos. Será esse o debate que nos conduzirá ao entendimento sobre o papel das ferramentas sociais na luta pela garantia da cidadania e de sua efetivação como direito, que deve ser pensado a partir da própria comunidade. Para tanto, torna-se fundamental o entendimento do sentido do termo, que integra a própria concepção do que vem a ser uma rádio comunitária.

#### 4.1.2 “O Som da Comunidade”

Antes de discutir a rádio comunitária sob o olhar da comunidade, faz-se necessário destacar que a própria lei que institui o serviço e a Radiodifusão Comunitária nos remete ao conceito de comunidade, o que torna fundamental a discussão acerca do termo, como se pretende fazer no presente trabalho. Tomando, portanto, por base os preceitos da lei, as rádios

comunitárias estão relacionadas à territorialidade, pois são emissoras outorgadas a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade onde prestarão os serviços, sendo vedada a formação de redes.

A ideia de comunidade perpassa, portanto, praticamente toda a legislação que regulamenta as rádios comunitárias. O Art. 3º da Lei nº 9.612 estabelece que: “O serviço de radiodifusão comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada”, para em seguida listar seus objetivos, dentre os quais destacamos:

I- dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

V- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível”.

Em seu Art. 4º, a Lei de Radiodifusão Comunitária ressalta ainda que essas emissoras devem atender, entre outros critérios, aos seguintes princípios:

I- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício dos membros da comunidade atendida;

III- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV- não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Durante a coleta de dados, a hipótese de que a Rádio Primavera FM seria mais conhecida entre os moradores da localidade onde está localizada a sua sede acabou sendo confirmada: dos sete entrevistados do complexo do Setor Santa Luzia, que residem próximo à emissora, quatro conheciam a rádio, sendo que dois haviam sido convidados a visitá-la.

*Rádio comunitária tem. Conheço. É a Primavera, né? (Ana)*

*A gente usa muito a rádio... Como que chama a rádio aqui, ó... É a rádio Primavera... (Carla)*

Carla, uma cabeleireira de 24 anos, que cursa o ensino médio, é moradora da região há 22 anos. Enquanto limpa o salão de beleza onde trabalha e se prepara para receber os

primeiros clientes do dia, conta que participa da Rádio Primavera FM por meio dos anúncios do estabelecimento que costuma veicular na emissora. A cabeleireira também afirma que tem o hábito de encaminhar algumas reclamações dos moradores do setor para a rádio. *“Eu já mandei anunciar e fazer algumas reclamações. Porque como aqui é um salão, vem muita gente que reclama, fala.”*

A moradora, todavia, diz não acreditar que as reivindicações serão ouvidas pelo poder público. *“Ah... Eles não dão muito ouvido para rádio de setor, né? Porque as pessoas não escutam. Fingem que não escutam”*, diz. Segundo Carla, a falta de resposta às reivindicações é resultado da pouca força da voz dos moradores. *“Inclusive, ontem eu estava vendo o jornal, e vi um pessoal do Jardim Olímpico reclamando sobre o posto de saúde”*, ilustra. A fala da moradora reforça a tese de que os moradores não percebem a comunidade como um importante mecanismo de transformação social.

A dona de casa Ana diz que ouve esporadicamente a Rádio Primavera : *“[...] de vez em quando eu ouço”*, nas suas palavras. Ela acrescenta que os locutores da emissora são comunicativos e brincalhões. Para a moradora, eles procuram saber o que está acontecendo no bairro. *“Já participei, igual estou aqui falando com você, falando ao vivo. Ligando, mandando assim um alô para o pessoal, para a família”*, conta. Mas diz que nunca participou efetivamente da emissora, apesar de ter sido convidada pelo “próprio proprietário da rádio” para um visita.

As outras entrevistadas que declararam conhecer a emissora foram a dona de casa Maria, 40 anos, que há 20 anos mora no Setor Santa Luzia, e a estudante do ensino médio Débora, 17 anos, que mora no bairro há um ano e quatro meses. Maria diz que tinha o hábito de ouvir a emissora no carro, com o esposo. Débora, que também afirma utilizar a Internet como meio de informação e comunicação, explica que ficou conhecendo a Rádio Primavera por meio da Paróquia Santa Luzia, igreja católica localizada no início da Avenida W-5.

Segundo ela, aos domingos, após a missa, o padre anuncia o programa produzido por um grupo de jovens da igreja, o “Missão Jovem”, que vai ao ar aos sábados entre as 10 horas e o meio-dia. Conforme um dos integrantes do programa, em entrevista por telefone, a proposta do projeto é a evangelização dos jovens da região. Débora, apesar de conhecer os integrantes do “Missão Jovem” e de ter recebido o convite para participar do programa, não acompanha a programação da Rádio Primavera FM.

O desconhecimento sobre a existência de uma rádio comunitária na região ficou

patente. Apesar de a antena da Rádio Primavera ser vista da avenida por onde trafega o ônibus que dá acesso à região, a maioria dos moradores ouvidos na pesquisa mostrou-se surpresa ao saber que o local conta com uma emissora comunitária.

*Nunca ouvi falar. É a primeira vez que ouvi isso, que tem uma rádio aqui, comunitária.* (José)

*Eu não sabia disso. Nunca tive conhecimento. Nunca vi ninguém falar disso. [...]  
Não, eu já ouvi falar numa rádio tipo comunitária na Feira Hippie, 20 anos atrás...  
Quando a gente fazia anúncios, essas coisas assim... Na onde que é isso minha  
filha?. Me mostra, me fala...*

[...]

*Nossa senhora!!!... Será que lá tem telefone... Vou por quente com esse povo! E por que eles não divulgam isso?* (Beatriz)

*Nunca ouvi.  
Onde tem isso aqui?* (Cristina)

*Rádio comunitária? Como assim?  
A rádio que eu conheço é mais é a Terra [uma estação FM, focada em música sertaneja]. É a rádio assim que eu tenho mais costume de escutar.* (Graça)

Obviamente, a proposta do trabalho não era apenas saber se os moradores tinham conhecimento da existência da emissora na região, mas também depreender o significado que eles têm acerca do termo rádio comunitária. Para tanto, foi-lhes feita a seguinte pergunta: “O que você entende por rádio comunitária?”

Para Carla, rádio comunitária é uma emissora da qual todo mundo participa, “reclamando e fazendo pedidos”. Para Ana, seria uma emissora na qual o morador pode “saber um pouco assim do dia a dia do setor”. “A rádio comunitária é do Entorno de Aparecida. É para nós ficarmos mais informados sobre o que está acontecendo”, entende.

Para o estudante José, uma emissora comunitária é “o espaço para as pessoas defenderem os interesses de uma determinada comunidade. Pra expor o problema da comunidade, falar na rádio”. O rapaz defende que a existência da rádio comunitária em si, apenas, não tem muito significado: “Tem que ser levada a sério. Não é uma coisa, ah!, vamos fazer uma rádio comunitária”. E isso só será possível, acredita, se a comunidade tiver uma participação ativa, o que, segundo ele, “seria ouvindo a emissora”.

Eva, que afirmou desconhecer a existência da Rádio Primavera, entende a rádio comunitária como o espaço para saber sobre “tudo que rola na comunidade”. “Não é como uma rádio Terra, que rola coisas do Goiás inteiro”, explica. “Lá é mais focalizada na

*comunidade. Apesar de que rola algumas coisas do restante da cidade, mas o que tem mesmo é mais coisas relacionada ao setor”, completa a moradora.*

Cristiano, um dos moradores que reside mais afastado da Rádio Primavera FM, diz ter tomado conhecimento da rádio a partir do convite de um integrante da igreja onde congrega. *“Só ouvi uma vez o programa de um amigo nosso, que vai ao ar às 10 horas da noite, e convidou a gente para ouvir e passou algumas canções que a gente tem do grupo de louvor. Então, foi só um dia que eu ouvi.”*

A fala dos entrevistados evidencia a imagem de rádio privada que os moradores têm da Rádio Primavera FM, ao citar o convite do “dono” para uma visita à emissora, bem como a falta de compreensão acerca da verdadeira proposta da política que regulamenta o funcionamento das rádios comunitárias, uma vez que exclui a comunidade da gestão da emissora. A participação dos moradores na rádio limita-se apenas a pedidos de músicas e envio de recados e reclamações.

A Primavera FM é uma emissora que, conforme Carla, coloca no ar as “propagandas” do salão de beleza onde trabalha. Ao citar os comerciais, a moradora revela que a emissora, além de não contar com uma participação efetiva dos moradores da região, não cumpre com as diretrizes da legislação, que estabelece o apoio cultural como meio de sobrevivência das emissoras comunitárias, vedando a publicidade.

A legislação que regulamenta as rádios comunitários estabelece que elas devem operar em baixa potência e com cobertura restrita a um quilômetro de raio, a partir da antena de transmissão. O conteúdo deve priorizar as necessidades da comunidade onde estão instaladas e dentre os seus objetivos está o de estimular a participação coletiva no debate público por meio da comunicação.

Os moradores reforçam, a partir das entrevistas, a observação de Nunes (2001) sobre as rádios comunitárias no Brasil, para quem um dos desafios a serem superados é justamente promover a participação efetiva dos moradores nessas emissoras, o que é patente na região pesquisada. A autora aponta ainda a necessidade de se superar as influências políticas e religiosas a que são subjugadas essas emissoras, o que por si só já fere um dos preceitos básicos da legislação que regulamenta o setor: a pluralidade das ideias.

Como temos afirmado neste trabalho, os parâmetros que caracterizam a luta pela democratização da comunicação vão bem além do simples acesso à informação. A luta atual pela comunicação como direito do homem em sociedade – que perpassa a primeira, a



segunda, a terceira e a quarta gerações de cidadania – deixou de ser pautada apenas pelo direito à informação e à expressão para ganhar também o campo da produção de conteúdo.

A reivindicação da democratização da comunicação tem diferentes conotações, muitas além das que se costuma acreditar. Compreende evidentemente o fornecimento de meios mais numerosos e variados a maior número de pessoas, mas não se pode reduzir simplesmente alguns aspectos quantitativos a um suplemento de material. Implica acesso do público aos meios de comunicação existentes, mas este acesso é apenas um dos aspectos da democratização. [...] Em outras palavras, implica mudanças de perspectiva. (RAMOS, 2005, p. 249)

A perspectiva é a do indivíduo ativo em toda a plenitude do processo de produção de informação, e não apenas a de mero receptor de conteúdo, como ficou constatado na região onde encontra-se a Rádio Primavera FM. Como lembra Ramos (2005, p. 251), “[...] torna-se praticamente impossível pensar em políticas sociais democráticas amplamente debatidas pela sociedade no espaço público, inclusive as referentes à comunicação, sem que haja concomitantemente a democratização desses espaços”. A fala dos moradores do complexo do Setor Santa Luzia possibilita afirmar que a proposta levantada pelo autor encontra-se longe de se tornar uma realidade na região.

Pode-se aferir também que a rádio comunitária tem, para os entrevistados, o sentido de mero veículo de comunicação difusor de conteúdo local. Para essa parcela de moradores, a rádio comunitária não aparece como espaço de construção de debate ou de democratização da comunicação, termo que não foi citado por nenhum dos entrevistados, nem como espaço de favorecimento da comunicação compartilhada entre os membros da região pesquisada. Aqui, a emissora comunitária não cumpre o papel de espaço de articulação social para uma cidadania ativa.

Ao associarem o conceito de rádio comunitária ao de rádio de difusão de conteúdo local, os entrevistados revelam uma visão do termo comunidade, implícito às rádios comunitárias, restrita apenas à territorialidade da emissora, e não ao padrão de gestão e envolvimento dos moradores com sua política de comunicação.

A fala dos moradores evidencia ainda que a rádio comunitária não representa um espaço de produção de conteúdo, um dos pilares da democratização da comunicação, sendo apenas o espaço de difusão de informação. Pode-se afirmar que o discurso dos moradores ouvidos pela pesquisa atesta uma desarticulação total entre as propostas das políticas públicas para o setor de rádio comunitária e a realidade local.

Leal (2007), ao discutir o tema, aponta como um dos principais problemas das rádios comunitárias no Brasil a ausência de uma luta coletiva, em que os moradores de uma determinada comunidade, conscientes da importância desses espaços no processo de inserção do sujeito na produção e difusão de conteúdo, reivindicam a sua garantia de participação.

Segundo a autora, essas emissoras são conquistas de associações de interesse privado, formadas no seio da própria comunidade, o que resultaria da falta de participação efetiva de uma parcela representativa da comunidade às propostas dessas emissoras, já que os indivíduos não se veem como parte integrante desse processo, o que se mostra confirmado nesta pesquisa. Conforme Leal (2007), o problema acaba afetando não apenas a comunidade, mas as próprias políticas públicas do setor da comunicação no país. Assim, segundo a autora, o próprio termo "rádio comunitária" não reflete a realidade vivenciada por grande parte dessas emissoras.

A fala dos moradores do complexo do Setor Santa Luzia, que corrobora esse dado, pode representar mais um dos motivos para a falta de uma participação efetiva dos moradores na Rádio Primavera FM. Sendo assim, a saída para o problema – também defendida por Leal – estaria na reformulação das políticas públicas que definem o setor de rádio comunitária no Brasil. Também Detoni (2004) aponta para a necessidade de pesquisas que discutam o conceito de rádio comunitária na atualidade.

Conforme a pesquisa “As rádios comunitárias de Aparecida de Goiânia: entre a idealização do conceito e a realidade”, que inclui a Rádio Primavera FM, “o principal motivo apresentado pelos entrevistados em relação à busca pela instalação de rádios comunitárias no município foi a necessidade de se levar uma programação diferenciada para os bairros onde estão instaladas” (BANDEIRA; MORAES, 2009, p. 155). A pesquisa, no entanto, revelou que essa não é a realidade dessas emissoras, que, além de se espelharem na produção das rádios tradicionais, não contam com uma participação efetiva da comunidade em sua gestão e produção:

O padrão de gestão verificado nas rádios comunitárias de Aparecida de Goiânia é a ausência de participação direta dos membros da comunidade no processo de decisão das políticas de programação e de administração da emissora. Há uma sobreposição de funções entre as direções da associação mantenedora e da emissora. [...] em quatro delas, o presidente da associação é também o diretor da rádio. (BANDEIRA; MORAES, 2009, p. 160)

O trabalho revelou ainda a falta de programas jornalísticos e educativos e de promoção da produção artística local, elementos indispensáveis a uma emissora verdadeiramente comunitária. Nas emissoras pesquisadas foi constatado um padrão de programação constituído principalmente de músicas, em que predominam os estilos sertanejo e gospel.

Por contarem no Brasil com uma lei específica que garante a diversidade de pensamento, as emissoras comunitárias, a princípio, tornam-se ferramenta propícia ao exercício da cidadania, estimulando o debate e a manifestação de ideias, podendo favorecer a comunicação compartilhada, cujo sentido, segundo Lima (2001), está relacionado à coparticipação, à comunhão e ao encontro. Ao propor uma discussão sobre o papel das emissoras comunitárias, torna-se indispensável destacar o pensamento de Duarte (2007, p. 100), para quem a comunicação tem o papel de

[...] promover a mobilização social, permitir ao cidadão, a partir da interação e do consenso, tomar decisões em prol da articulação de mudanças sociopolíticas e culturais. Dessa forma, pode-se entender a comunicação como instrumento indispensável na construção de uma cidadania ativa, que luta para ver concretizada as práticas democráticas.

Entre todos os entrevistados, é de Cristiano, que é pastor de jovens do Ministério da Vida, a definição que mais se aproxima do conceito de rádio comunitária adotada no presente trabalho. Para o morador do Jardim Olímpico, o que define uma emissora comunitária é a participação da comunidade:

*A população apoia, ajuda, interfere diretamente. Dá sua opinião, participa. São as ideias dessa população que acabam colocadas no ar. É exatamente o interesse público que é colocado no ar. Não é o interesse de um ou de outro. Mas da totalidade da população. (Cristiano)*

Filho de um funcionário aposentado de uma universidade goiana, Cristiano já trabalhou em uma faculdade, cursou parte de um curso superior e trabalha com projetos sociais. Ao associar as rádios comunitárias à participação da comunidade diretamente na programação e o conceito a termos como opinião, participação e interesse público, sua fala se destaca da de seus vizinhos, o que pode estar relacionado a um acesso maior à informação.

Em outra mão, as falas dos demais moradores entrevistados revelam certo distanciamento entre o debate acadêmico sobre a democratização da comunicação, muitas

vezes colocada como primordial na discussão da cidadania, e a realidade dos moradores do local onde as rádios comunitárias estão instaladas. É o que aponta a presente dissertação ao estudar o caso da comunidade do complexo do Setor Santa Luzia e sua relação com a rádio comunitária Primavera FM.

O fato evidencia que a integração da sociedade no debate sobre comunicação e sua relação com o direito de cidadania perpassa, antes de tudo, pelo acesso às demais instâncias de cidadania, como a educação formal de qualidade e a informação sobre a importância do tema e seus reflexos na vida social. Caso isso não aconteça, a tendência é a verticalização do discurso, que acaba imposto, a exemplo das políticas assistencialistas, em que o cidadão tem podada a sua autonomia de escolha entre as opções que podem melhorar sua vida. Processo que está na contramão da cidadania ativa.

Podemos afirmar, a partir da fala dos moradores do complexo do Setor Santa Luzia, que o slogan da Rádio Primavera FM, “O Som da Comunidade”, não traduz a prática da verdadeira relação dos moradores com a emissora, que, conforme os entrevistados ouvidos nesta pesquisa, se revelou praticamente nula. Mesmo quando há uma proximidade física das residências dos entrevistados com a rádio, não foi possível constatar o favorecimento à participação dos moradores no sentido de produção e gestão dos programas, nem ao entendimento do que vem a ser uma emissora comunitária.

Segundo Paiva (2002), é na relação social que o homem se constrói, o que aproxima a discussão do debate não apenas do sentido de comunidade, mas também da cidadania possível nesses ambientes. Tomando a autora como referência – “[...] sociabilidade se produz articulando não apenas os sujeitos, mas também uma ambiência, um lugar simbólico onde se organizam os elementos que a estruturam” (PAIVA, 2002, p. 566) –, propõe-se, a partir deste ponto, uma discussão do sentido de comunidade no complexo do Setor Santa Luzia.

#### 2.8.4 O sentido de comunidade no complexo do Setor Santa Luzia

Ao pensar a comunidade, na tentativa de compreender a relação entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia e seus possíveis reflexos na emissora comunitária local, a

Rádio Primavera FM, a etapa da pesquisa de campo da presente dissertação buscou aferir o sentido de comunidade com os moradores da região. De início, um desafio se apresentou ao pesquisador: a dificuldade de alguns entrevistados em lidarem com o termo, problema que apareceu principalmente entre os moradores com baixo índice de escolaridade.

*Uma comunidade, como assim? (Cristina)*

*Não sei como te responder... (Paula)*

*Nossa, essa é difícil. É ter união, essas coisas? É ter mais contato com as pessoas. Eu acho que é isso... (Cláudia)*

*Essa pergunta não sei te responder... (Márcia)*

Sendo assim, a questão ganhou um sentido mais amplo. Foi pedido então aos entrevistados que relatassem como era o seu dia a dia na região e sua relação com os vizinhos, o que também acabou evitando um direcionamento do pesquisador sobre a abordagem do assunto no campo de pesquisa. A questão conceitual do que vem a ser comunidade só voltou a ser abordada com os moradores em um segundo momento da entrevista. O objetivo foi compreender a visão deles acerca do termo, que está diretamente relacionado à ideia de rádio comunitária, como apontado anteriormente.

Cristina, 58 anos, vive há 15 anos no Residencial Santa Luzia. Com apenas a terceira série primária, precisou de ajuda do pesquisador até para grafar a idade no termo de consentimento da entrevista. Assim como outros dois moradores, a dona de casa revelou bastante dificuldade em lidar até mesmo com a comunicação oral. Ela disse que veio morar na região a pedido de seu então marido, de quem está separada há alguns anos. A separação, segundo relatou, é resultado do desgosto de residir no setor, o que teria provocado “muita discórdia” entre o casal.

A dona de casa, que cuida da neta para a filha trabalhar, divide o lote onde mora com duas outras famílias, cada uma em sua casa. Cristina contou que enfrentou muita dificuldade no local nesses 15 anos em que vive na região. Ao falar sobre o assunto, citou o fato de que há alguns anos o setor ficou praticamente isolado, com a queda de uma ponte que ligava o bairro com o Jardim Olímpico. O problema teria sido ocasionado, segundo a moradora, pelas chuvas.

Maria, 40 anos, também alega ter vindo morar na região a pedido do marido. Segundo ela, o que era para durar apenas dois anos, “*tempo suficiente para organizar a vida financeira do casal*”, já completou 20. A moradora relatou que chorou muito por não ter a opção de mudar-se do setor. Ela conta que o local não dispunha de nenhuma estrutura e que a casa em que morava não tinha muito conforto. Um dia foi surpreendida por um homem tomando banho no tanque da sua residência, que à época não era murada. Depois disso, quando o marido saía para trabalhar, ela ia para a casa de parentes e só retornava à noite.

Aparecida, 47 anos, ensino fundamental completo, também é residente no Setor Santa Luzia. Veio para a região, onde mora há um ano, para acompanhar o nascimento da neta. Natural da Bahia, a dona de casa, assim como Cristina, teve dificuldade em preencher o termo de livre consentimento da pesquisa. Ela disse que ao chegar à cidade percebeu que a filha não tinha condição de trabalhar, estudar e cuidar de uma criança sem o auxílio dela. A situação fez com que ficasse por ali, apesar de sonhar em voltar para a terra natal.

Elisa, 46 anos, também foi parar na região por necessidade: “*Meu sogro tinha dois lotes aqui. A gente morava lá no Jardim da Luz. Morava de aluguel. Ai ele falou 'tem um lote lá, fica com o lote, vai construir e morar lá'. Porque pagar aluguel não é bom, né!? E assim nós fizemos.*”

A conversa com Cristina – que acompanhava as ofertas dos supermercados pela televisão no dia da entrevista – também chama a atenção para outros dados que vão se repetir na fala de outros moradores ao longo da pesquisa, independentemente da faixa etária, como a falta de uma relação efetiva entre os moradores:

[pausa] *Não tenho nada para falar sobre isso aí não. Por que eu não convivo com vizinho. Por que os vizinhos aqui são muito traíra. E aí eu fico aqui no meu canto aqui. Então, eu não sei falar nada sobre isso aí.*

[...]

*No meu canto quieta aqui mesmo. Porque aqui os vizinhos são assim é olho por olho dente por dente. Então. Eu sou mais quietinha aqui no meu. Só saio daqui pra escola, levar menina, buscar e pra igreja. E pronto. Meu convívio é só mesmo é com os evangélicos. (Cristina)*

*Ah!, eu fico na minha casa, meus vizinhos na deles. Mas a gente não tem intimidade de ir na casa deles, eles virem na minha casa. (Cláudia)*

*Não, sou assim mais no meu canto. Vizinho é assim, tudo bom... Mas o melhor é a gente ficar na da gente... [risos] (Graça)*

*É só bom dia, boa tarde. A única vizinha que vou na casa é a Maria, que mora aqui*

*de frente. Porque eu sou caseira mesmo. [risos]. No final de semana é que dou uma saidinha. No resto fico mais é quieta em casa. (Ana)*

Entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia ainda persiste um certo saudosismo de seus respectivos lugares de origem, que são lembrados como espaços em que a amizade entre os vizinhos era uma realidade.

*Lá onde eu morava. Lá em Niquelândia era diferente daqui. Depois que eu mudei pra aqui as coisas aqui foi bem diferente. Eu nunca tive assim convívio com os vizinhos daqui não. Por que os vizinhos daqui eles que mais sim só pra eles. Eles só pensava só neles. E aí, eu fui vendo assim e falei assim, eu vou sair fora dessa vizinhança aqui. Aí, cortei o relacionamento com eles e continuei a minha vida pra cá assim só. Nós tem, nós conversa, mas se for assim, eu tiver que ir na casa deles, e eles na minha, não.*

[...]

*Não, lá em Niquelândia os vizinhos, nossa!, é o dobro melhor do que os daqui. Lá não, lá nós tinha, nós convivia tudo bem um com o outro. Era vizinho mermo, o que um precisasse um do outro era na hora, era bom de mais. Era tudo unido. Mas depois que eu mudei pra aqui, fui ver não. Os de lá até hoje nós somos amigos mesmo, assim do peito, considera assim como irmão, como irmão mesmo. E os daqui não. Os daqui, assim um dia ele está de bem com a gente, quanto é outro dia eles está xingando, xinga a gente tudo. (Cristina)*

*Eu mesmo morei no interiorzão, eu conhecia as pessoas de ponta a ponta da cidade. E todo mundo me conhecia. Agora não, né? Não existe isso. (Paula)*

*É que eu morava na fazenda. Então, na fazenda, tudo é diferente. Na fazenda, você não vê o que tem na cidade. A gente vê cada coisa aqui na cidade se a gente está arriscado a ganhar processo se entrar no meio. Coisas que é até direito da gente, de chamar a polícia, mas a gente acaba ganhando um processo... Então a gente não suporta isso. Eu mesmo moro aqui há um ano e não aguento as coisas que eu vejo. Se a gente vê alguma coisa e chamar a polícia, se a gente não filmou, e passou da hora, tá arriscada a gente ser processado. (Cláudia)*

José, 22 anos, diz conhecer pouco a região e alega não ter muito contato com os outros moradores. Segundo ele, quando participa de alguma atividade no local é por intermédio dos primos. “*Eles conhecem aqui mais que eu, porque eles moram há mais tempo. Quando saio com eles, é nas casas de amigos deles. Então, sou convidado, mas não é frequente nem conheço*”, relata.

Segundo o morador, o problema é resultado da correria do dia a dia, que acaba consumindo muito tempo do indivíduo e dificultando as relações sociais. “*Quase não fico aqui, porque saio de manhã. Passo o dia inteiro na rua, tenho aula à noite e depois chego aqui umas dez, onze horas. Praticamente só venho para dormir.*” A falta de tempo e a

violência na região são as principais justificativas dos moradores entrevistados para a ausência de uma vivência maior no dia a dia da região e de uma relação mais próxima com os demais moradores.

*É de casa para o serviço e do serviço para casa. Nada, nem lazer... nada. Porque eu saio cedo e chego à tarde. Você sabe como é... do portão para dentro. (Paula)*

*Começo no serviço às 10 pras 8 e fico até às 18 horas. Depois das 18, dependendo do que acontece, arrumo um lugar para passear. Porque a gente não tem muito tempo assim para ficar dando muita atenção e ficar indo na casa dos outros. (Cláudia)*

*Acho que é uma característica da cidade grande. As pessoas, igual eu, trabalho fora e tenho que cuidar da minha casa, né? E ainda tenho que cuidar da minha casa, porque eu tenho três filhos homem que não fazem nada. Se meus filhos homens fossem mulheres, talvez eu tivesse mais tempo pra mim, pros vizinhos, para a comunidade, enfim. (Beatriz)*

Em um segundo momento da entrevista, buscou-se compreender a ideia de comunidade que os moradores da região têm. Ana, 40 anos, ao ser questionada sobre o que o termo representa, diz que é o local de participação e reunião. Segundo ela, comunidade está associada ao conceito de família. Já Beatriz, 54 anos, moradora do Setor Tocantins há 14 anos, acredita que comunidade é sinônimo de segurança e convívio social: *“Onde uma família pudesse sair, no fim de tarde, e que fosse num pit-dog, uma sorveteria, numa pracinha levar as crianças pra brincar”*. A moradora, que é modelista industrial, associa comunidade à formação moral de uma sociedade. *“Porque você aprende mais é com o exemplo. Não é só na escola”*, acredita.

Para Beatriz, o comodismo é o principal fator para a falta de participação das pessoas no debate público, o que, segundo diz, também é reflexo de uma política assistencialista. *“Porque as pessoas acham mais fácil reclamar do que correr atrás. Ou então ficar na defensiva, pondo culpa no vereador, no prefeito, no rapaz que cata o lixo ou que não cata. Todos nós somos falhos nisso.”*

Eva, 20 anos, diz que comunidade pode ser definida como a reunião de pessoas que *“não são parentes e se tornam uma grande família”*. A moradora, ao falar sobre o tema, aponta a comunidade escolar como um exemplo. Já Cristiano diz que comunidade é *“um conglomerado de pessoas que tem um só pensamento. Um pensamento em comum. Em relação à localidade, uma ideologia, um convívio social”*. No entanto, o morador, assim como



outros entrevistados, diz não enxergar essas características na região onde mora.

*“É necessário caminharmos mais ainda. Eu vejo assim, uma influência de cima para baixo. Tem um vereador, alguma coisa, e a comunidade se reúne. Não tendo essa interferência de cima para baixo, seja da prefeitura ou da Câmara de Vereadores, não existe”,* prossegue Cristiano. Para José, 22 anos, a comunidade é o local onde *“as pessoas convivem entre si, em harmonia, e estabelecendo relações”*.

O discurso religioso está presente em quase todos os depoimentos, seja como um apoio familiar, uma tentativa de ajudar a própria comunidade ou uma forma de os moradores se sentirem mais seguros em relação à violência. A comunidade aqui se dá por meio de seus membros com o que é sagrado e na possibilidade da existência de um vínculo formado por meio da partilha de uma proposta em comum. Para Cristiano, a unidade só está presente hoje nas igrejas: *“Os católicos fazem uma programação e se reúnem. O evangélicos também, e se reúnem. É um grande número de pessoas. Mas tirando isso, não há não”*. Ainda a respeito da religião, seguem as falas de algumas das mulheres entrevistadas:

*Na igreja [católica] onde eu frequento, eles sempre falam das comunidades. Quando eu vou, o padre fala das reuniões que tem nas casas. Mas eu nunca fui. Aqui no setor não. Porque a gente indo para a igreja o padre conversa com as pessoas, ajuda a própria família. Tem pais que tem filho que mexe com drogas, e sofre muito com isso, né... Não só os padres, mas também os pastores, outras religiões.* (Ana)

*Então, o único lugar social assim, que eu participa aqui é a igreja, aos domingos, a missa. Mal conheço os meus vizinhos. É bom dia, boa tarde e só.* (Beatriz)

*Assim, alguma festividade para mim participar não tem não. Somente mesmo a igreja. Somente com a comunidade da igreja. Essa parte assim, só mesmo junto com os irmão mesmo.* (Cristina)

*A gente aprende muita coisa, né? Como a importância de conviver melhor com as pessoas. Entrar em diálogo. Às vezes você quer conversar com alguém, tira opinião, né? Então, às vezes você conversa ali com o pastor, que você confia mais. Pessoas assim, que têm mais sabedoria, né? Elas dão muito conselho bom para a gente. Eu achei bom. Minha vida mudou muito depois que eu comecei a frequentar a igreja.* (Elisa)

*Porque no mundo de hoje, só Deus mesmo, né?* (Graça)

Tomando Tönnies (1977) como referência, para quem a noção de comunidade (*Gemeinschaft*) está relacionada à vida orgânica nas relações humanas, qual seria o sentido de comunidade para os moradores da região onde está localizada a Rádio Primavera FM? A

questão torna-se pertinente à medida que seus integrantes, além de não manterem um elo estreito com os outros membros dessa "comunidade", não se sentem parte efetiva dos processos sociais da região, como constatado nesta pesquisa.

O fenômeno é assim descrito por Tönnies:

Em consequência, não existem aqui atividades que pudessem ser derivadas de uma unidade *a priori* e de um modo necessário; que, portanto, na medida em que são produzidas pelo indivíduo, exprimem nele a vontade e o espírito dessa unidade; portanto, se realizam pelos que lhes são associados, como por ele mesmo. Aqui, cada um é para si e se acha em estado de tensão diante de todos os mais. Os domínios da atividade e do poder são nitidamente limitados, uns relativamente aos outros, e de tal modo que cada qual veda a outrem o contacto e a entrada, entrada e contacto que são considerados ação inimiga. (TÖNNIES, 1977, p. 110)

Pode-se afirmar, a partir das falas dos moradores, que, apesar de compartilharem um lugar comum – o complexo do Setor Santa Luzia –, não existe na região uma motivação em comum, um sentimento de pertencimento ou de identidade, o que seria essencial para a consolidação de uma proposta de rádio comunitária que envolvesse de forma efetiva os integrantes da comunidade.

A resposta pode estar em Wirth (apud LEAL, 2007, p. 380), para quem as mudanças que ocorrem no seio da comunidade se devem a uma “[...] cisão da unidade comunitária, caracterizada, sobretudo, pela evolução técnica que motivou os processos de industrialização, urbanização e o individualismo”. Esses aspectos, segundo o autor, modificaram as relações humanas nas mais variadas áreas e também irão interferir na formação da própria identidade do indivíduo, como discutido anteriormente.

A comunidade, no entanto, pode assumir o aspecto de uma sociedade, na qual o espaço da disputa, da insegurança e do individualismo ganha destaque. Comunidade, a partir dessa perspectiva, deixa de representar a relação constituída na intimidade e na proximidade, para se referir às questões que perpassam o mundo dos interesses pessoais, permeado pelo medo e pela insegurança nas mais variadas áreas, já que se constitui pelo conflito de interesses, pela disputa e pelo individualismo, que caracterizam o mundo moderno.

A comunidade do complexo do Setor Santa Luzia parece mais próxima das características definidoras de sociedade (*Gesellschaft*), compreendida também como o local onde as relações se processam de forma mecânica, virtual, fora da relação de proximidade, onde os interesses individuais sobressaem. Esse fato foi destacado pelos próprios moradores,

ao relatarem que o mundo do trabalho (sociedade econômica), da luta pela garantia da sobrevivência, acaba impedindo um maior envolvimento com as questões locais.

Pode-se afirmar que, neste caso, os interesses do âmbito privado, e não o coletivo – o que marca o discurso da democratização da comunicação – é que estão em primeiro plano.

A sociedade, pois, pela convenção e pelo direito natural de um agregado, é compreendida como uma soma de indivíduos naturais e artificiais, cujas vontades e domínios se acham em numerosas associações, e que permanecem, sem embargo, independentes uns dos outros e sem ação interior recíproca. (TÖNNIES, 1977, p. 111)

Os depoimentos revelam que para alguns dos entrevistados a vinda para o setor não foi uma conquista ou a realização de um sonho, mas, quase sempre, a única saída, o que acaba comprometendo a afinidade deles com a região e a relação com os demais moradores do local. O problema é agravado pela falta de uma gestão pública que corresponda às necessidades da população local. Logo, a vinda para a região sem uma proposta inicial de coletividade pode ser uma das razões da apatia dos moradores nos assuntos de interesse público, o que afeta diretamente o princípio que norteia as emissoras comunitárias como espaço de construção coletiva, por meio do processo de democratização da comunicação.

Mesmo quando afirmam que não vivem uma relação de proximidade nem com o setor nem com os moradores, alguns entrevistados, no entanto, ao definirem o que é comunidade, apresentam em seus discursos as características da comunidade no seu sentido primitivo, na qual o bem-estar e a segurança ainda eram possíveis. Condição que, para Bauman (2003), jamais será realizada de forma plena. Também foi possível observar que permeia no imaginário dos moradores do complexo do Setor Santa Luzia padrões de certa romantização da comunidade tradicional.

Tomando como referência o pensamento de Tönnies (1977), pode-se explicar esse sentimento como a necessidade do homem em se sentir empiricamente em unidade, o que estaria relacionado à sua natureza primitiva e à sua própria sobrevivência. A busca pela comunidade perfeita talvez explique a estreita relação dos moradores ouvidos pela pesquisa com a comunidade religiosa. Nesse caso, a religião representa a comunidade no sentido do resgate da segurança e da comunhão entre seus membros, em que é possível um sentimento de pertencimento.

A comunidade religiosa seria também um elo entre as diversas comunidades possíveis

na região, como a familiar, já que permite, por meio de projetos sociais, a vivência entre seus membros e os demais integrantes da região. A religião torna-se, nesse sentido, uma facilitadora da integração da comunidade, seja por meio da sua programação, seja de projetos ou festas promovidas na região, como a Festa Junina e a Festa do Divino, que, em um período específico do ano, tornam-se espaços de convivência e de socialização.

As relações que ocorrem nas comunidades religiosas assumem caráter de preservação de valores, tidos pelos moradores como fundamentais para a sobrevivência da própria comunidade, já que a religião é concebida pelos entrevistados como peça fundamental na educação familiar e na preservação da ética, fatores fundamentais para a manutenção da estrutura comunitária.

Nesse sentido é que, enquanto o líder político é colocado como o provedor de benfeitorias sociais, assumindo o papel de porta-voz das necessidades dos moradores diante do Estado, o líder religioso ocupa papel primordial no seio comunitário, assumindo posição antagônica em relação ao seu congêneres político: o primeiro, no campo social e o outro, no comunitário.

Tönnies (1977) sustenta que a busca por uma identidade social e pela garantia de laços que possam contribuir para a manutenção da existência do homem pode ser observada nas mais variadas relações humanas, dentre elas a religiosa, que acaba cumprindo, como abordado anteriormente, um papel também de socialização. Esse foi um dado revelador da presente pesquisa, tendo em vista que, segundo os próprios moradores do complexo do Setor Santa Luzia, isso não ocorre em outras instâncias sociais da região pesquisada. Todavia, esse fato também pode estar associado à falta de uma atuação efetiva do Estado como garantidor do direito ao lazer e à segurança, o que se configura como uma exclusão do direito de cidadania.

Como afirma Ana: *“A violência anda demais. Você liga a televisão, e só vê morte... notícia de droga, violentar, matar família”*. Esse tema vai pautar as conversas locais e influenciar a dinâmica dos moradores, como explica Paula: *“Vizinho fala: - 'Olha, passou isso”*. Sueli é outra moradora que manifestou grande preocupação em relação à violência. Quando indagada se participava da Festa Junina, que passou a ser realizada no setor em 2010, responde:

*Não, não. Eu tenho muito medo de festa aqui. Eu sou de Mozarlândia, então, festa aqui, em setor assim... Gente, eu tenho um medo tão grande de*

*acontecer alguma tragédia. Ave Maria! Então, eu prefiro ficar em casa com meus meninos.* (Sueli)

Ana diz conviver com a violência diariamente. Segundo ela, muitos professores que trabalham em uma escola estadual da região têm medo de ir embora à noite, no fim do expediente. Ela comenta que as pessoas, no entanto, preferem ficar caladas diante da situação. O motivo, segundo a moradora, é que “todo mundo conhece todo mundo”, o que gera ainda mais insegurança na região. Ana conta que, por viver há muito tempo no setor, viu muitas crianças tornarem-se jovens usuários de drogas, alguns, inclusive, vizinhos de sua casa. O problema, segundo ela, acabou afastando as pessoas do convívio social e levando alguns pais a vender suas propriedades, na tentativa de encontrar outro lugar para recomeçar a vida. *“Acho que é o medo que acaba afastando as pessoas, até para não ter problemas para eles.”*

Beatriz afirma que, além de não sair, briga com os filhos para não saírem também: *“Porque você só sabe que saíram vivo”*. Ao revelar que sente medo da violência, conta que tem deixado de assistir aos telejornais para evitar o contato *“com tanta violência”*. *“Agorinha eu tava ali, entrei lá dentro, um rapaz todo machucado... Por quê? Bullying. Esses dias mesmo, vi aí um pai, que estava abraçado com o filho num parque e foi agredido”*.

Para a moradora, *“é a violência que impede a gente de ter vida social”*. Ela reforça que a região enfrenta um sério problema com as drogas: *“A gente vê praticamente em cada esquina um traficante. Você sabe que é, e às vezes não tem pra quem denunciar, porque nem sempre o policial é aquele confiável que você pode chegar lá e falar com ele”*.

Cláudia, que conta presenciar muita violência no setor, diz que se cala *“até de medo”*. *“Porque é tanta coisa que acontece na cidade, que é de encabular. Deus me livre!”* A moradora relata que assiste ao jornal com frequência, por meio do qual fica sabendo das informações da região: *“No setor é bandido assaltando nos supermercados. Um homem pegou um assaltante aqui e ele amarrou e bateu nele com o próprio revólver dele. Ia matar ele”*.

As informações sobre violência, segundo ela, assim como para as moradoras citadas anteriormente, provoca uma sensação ainda maior de medo, o que afronta dois direitos fundamentais do homem, o de ir e vir e o de se manifestar. *“Até pra estudar... Eu não gosto de andar sozinha. Pro colégio, gosto de ir com uma amiga”*, conta.

É interessante notar que, sob o aspecto do medo diante da situação de violência, a informação acaba contribuindo para certa desagregação social na região. Tomando como

referência Bauman (2003), é possível afirmar que aqui o telejornal serve como uma ponte para que a sociedade adentre a comunidade familiar com os problemas comuns à contemporaneidade. Como diz o autor, a sociedade entra na comunidade, promovendo sua descaracterização.

Chama a atenção que parte dos entrevistados, apesar de se sentir insegura em relação à violência, garante nunca ter vivenciado situações similares no bairro, dado que corrobora a afirmação de que boa parte da exposição à violência a que estão submetidos está relacionada aos telejornais. Logo, a informação sobre a violência traz para a comunidade elementos que rompem com o limite entre os dois polos, comunidade e sociedade, o que, segundo Nisbet (1983, p. 256), “[...] é a antítese, real ou imaginária, representada no mesmo ambiente social pelas relações não comunitárias de competição ou conflito, utilidade ou consentimento contratual”.

Pelo relato dos moradores, pode-se afirmar que as pessoas da região são duplamente vítimas da situação, pois, além de conviverem com a violência, não contam com um sistema de segurança pública no qual possam confiar. Sendo assim, a situação revela que os moradores estariam destituídos de mais um dos princípios básicos de cidadania, a segurança.

Na comunidade, a comunicação, que deveria ser um fator primordial de convivência e de agregação, torna-se responsável também por sua desarticulação. A informação se transforma, para os entrevistados, em porta para a entrada da dúvida e da insegurança no seio da comunidade. O problema aponta para uma situação peculiar, já que o direito à informação é considerado primordial à própria cidadania. É preciso ressaltar que, nesta dissertação, comunidade e sociedade são tomadas como termos opostos, em que a motivação do contato com o outro e os laços que os mantêm são elementos fundamentais.

Muitos entrevistados atribuem o problema da violência às drogas, que, segundo eles, assolam o local. E isso também seria um dos motivos da falta de integração entre os moradores da região, que acabam se sentindo ameaçados até pelos próprios vizinhos. O sentido de proximidade, nesse caso, torna-se também um mecanismo de controle social, já que, segundo os moradores, informações do dia a dia podem se transformar em um mecanismo de favorecimento à violência. Por exemplo, conhecer o envolvimento de um vizinho com o submundo das drogas pode significar uma situação de submissão ou intimidação. Novamente, a informação assume papel desarticulador na comunidade.

Eis um dos desafios em se trabalhar a rádio comunitária como espaço de construção

coletiva na atual situação em que estão inseridos os moradores do complexo do Setor Santa Luzia, onde está sediada a rádio comunitária Primavera FM. Se a comunidade, em alguns momentos, é espaço de regulação – o que pode ser observado nos depoimentos dos moradores sobre a violência local –, é possível estabelecer o princípio de que essa regulação também pode ser vista como espaço de conflito emancipatório, como parece ocorrer na comunidade religiosa da região.

Ao definir o complexo do Setor Santa Luzia como uma comunidade, leva-se em consideração a territorialidade, já que os moradores convivem em um mesmo espaço. Os problemas, mesmo quando não percebidos por seus integrantes, foram apontados por todos os entrevistados, como a falta de área de lazer e de segurança na região, além do sentimento de abandono por parte do poder público.

No entanto, não foi possível aferir com os moradores entrevistados a existência de um sentimento de pertencimento à região, mas que, todavia, foi constatado nas comunidades religiosa e familiar, que parecem se aproximar do sentido de comunidade ética, na qual, segundo Bauman (2003), os interesses coletivos são o ponto central de união entre seus integrantes. Também não se pôde identificar no complexo do Setor Santa Luzia uma comunidade estética, que se caracteriza por interesses passageiros, fluidos, denominada por Bauman (2003) de “comunidade cabide”.

Outro dado que chama a atenção é o baixo nível de escolaridade dos moradores ouvidos. Pode-se afirmar que, em casos como esses, os moradores não se encontram destituídos apenas do direito à produção de conteúdo midiático, que deveria ocorrer por meio da democratização da comunicação na rádio comunitária local, mas também do direito de se expressar e mesmo de emitir a própria opinião.

A partir dessa constatação, pode-se afirmar que são pessoas destituídas dos direitos primordiais de cidadania, seja de primeira, segunda ou terceira geração, o que deixa transparecer que é preciso democratizar o conhecimento em todos os âmbitos. Torna-se necessário informar que, na ocasião da coleta de dados da presente pesquisa, nenhum dos moradores ouvidos tinha curso superior completo.

## 4.2 CONCLUSÃO TEÓRICA

### 4.2.1 TERRITORIALIDADE COMPARTILHADA

#### 4.2.1.1 Tensão entre comunidade e sociedade

Propõe-se aqui um conceito de comunidade para a região pesquisada que defina a convivência espacial na qual a relação de proximidade entre seus membros tem como característica a superficialidade e a sensação de insegurança entre os sujeitos, manifesta por meio da violência simbólica difundida pela mídia. É o que denominamos territorialidade compartilhada. A partir desse conceito, comunidade se estabelece apenas como um compartilhamento de espaço, o que não impede, todavia, a existência de outras esferas de relações na região ou fora dela, em que os laços entre seus membros ultrapassem as características definidoras das relações em sociedade.

Ao buscar um conceito de comunidade que explique as relações entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia com a rádio comunitária Primavera FM, a opção foi pelos teóricos Martin Buber (2008), Ferdinand Tönnies (1977) e Zygmunt Bauman (2003). O resultado do trabalho, no entanto, aponta que nenhum dos conceitos abordados foi suficiente para definir o sentido de comunidade presente na região pesquisada, o que será demonstrado a seguir. Também foi constatada a necessidade de se pensar a comunidade a partir da(s) realidade(s) brasileira(s).

Para Tönnies (1977), a noção de comunidade (*Gemeinschaft*) está estabelecida na vida orgânica que ocorre nas relações humanas de proximidade, intimidade e convivência. A proposta do autor, portanto, é discutir comunidade a partir da vida em comum. Ao definir o conceito e apontar sua contradição em relação ao de sociedade, Tönnies (1977) destaca as várias possibilidades de comunidade, que, apesar de suas diferentes constituições, têm como fator de proximidade a valorização do grupo e a busca por interesses coletivos, destacando a comunidade da língua, a dos costumes, a da fé e a familiar.

As várias comunidades, que têm como objetivo central os laços de afinidade, reforçam, segundo Tönnies (1977), a própria sobrevivência das relações comunitárias estabelecidas.



Tendo como referência o pensamento do autor, tem-se então que comunidade é “[...] toda parte onde pessoas dependem umas das outras por suas vontades orgânicas e se aprovam reciprocamente [...]” (TÖNNIES, 1977, p. 109), ou seja, o interesse coletivo precisa extrapolar o individual.

A proposta do autor, no entanto, não é suficiente para definir a comunidade do complexo do Setor Santa Luzia, já que tal concepção de comunidade não é uma realidade na região analisada, que tem como característica o isolamento de seus membros do convívio social na região.

Ao abordar as várias possibilidades de agregação comunitária, Tönnies (1977) afirma que o conceito pode estar associado à ligação de seus membros com o que é sagrado ou à existência de um vínculo formado por meio da partilha de um lugar em comum, definindo, então, três espécies de comunidades: a de sangue, a de espírito e a de lugar. “As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas assim no espaço como no tempo e, por conseguinte, em seu desenvolvimento e em cada um de seus fenômenos particulares, como em geral na cultura humana e em sua história” (TÖNNIES, 1977, p. 109).

A comunidade religiosa presente no complexo do Setor Santa Luzia é a que mais se aproxima da teoria proposta por Tönnies (1977), em que afirma a necessidade do homem de se sentir empiricamente em unidade, dada a natureza primitiva do sujeito e de sua necessidade de sobrevivência. As relações, na comunidade estudada, parecem se estabelecer a partir da busca da segurança e do bem-estar de seus membros, o que não foi observado nos demais âmbitos comunitários.

O conceito de comunidade apresentado por Tönnies aproxima-se da discussão de Bauman (2003) sobre a temática. Para Bauman (2003), a palavra comunidade (*Gemeinschaft*) também guarda em sua essência um sentido de bem-estar e segurança, além de uma profunda sensação de paz e tranquilidade. O autor, no entanto, afirma que essa condição, pela própria natureza da comunidade, não será alcançada e explica que essa aparente contradição deve-se à concepção regulatória de dominação e coerção presente na comunidade. A regulação, de acordo com Bauman (2003), está relacionada ao conservadorismo das relações sociais, nas quais a emancipação é vista como perigosa à própria dinâmica da comunidade.

A comunidade religiosa do complexo do Setor Santa Luzia parece refletir o espaço da garantia do sentido de bem-estar e segurança a que se refere Bauman (2003), e que também constatamos em Tönnies (1977). A comunidade religiosa, ao ser considerada pelos moradores

como o espaço da manutenção da moral e da ética, aproxima a discussão também do sentido regulatório e de coerção apontado por Bauman (2003), que surge, segundo o autor, como definidor da própria concepção de comunidade. No entanto, a comunidade religiosa aparece nas falas dos entrevistados como favorecedora dos vínculos sociais não apenas entre seus membros, mas também de outros grupos presentes na região, principalmente por meio das ações sociais desenvolvidas por seus integrantes.

Bauman (2003) atualiza o debate sobre comunidade ao propor a discussão do tema a partir de dois parâmetros: a comunidade estética e a comunidade ética. A comunidade estética, conforme ele, está relacionada às organizações comunitárias constituídas em momentos e espaços específicos, nas quais sobressaem interesses "fluidos", "passageiros". As relações sociais, neste caso, não têm como fim os interesses da comunidade, o que, segundo o autor, é uma marca da contemporaneidade, ou seja, relações estabelecidas na transitoriedade, superficialidade e no convívio descartável, em que os sujeitos se filiam a grupos apenas por afinidades pontuais. Essas características, na região do complexo do Setor Santa Luzia, parecem estar associadas à participação política dos moradores e constituem uma forma de obtenção de favores, principalmente em períodos eleitorais.

A comunidade ética, por outro lado, conforme Bauman (2003), seria a única capaz de levar o homem a uma sensação real de segurança. Ela estaria associada à responsabilidade para com o grupo, o que promoveria vínculos duradouros, diferentemente da comunidade estética. A comunidade ética estabelece o compartilhamento entre os indivíduos, a consolidação de interesses coletivos e a responsabilidade entre os homens, em que prevalecem os direitos iguais entre as pessoas e o diálogo como ferramenta de construção social, o que, no complexo do Setor Santa Luzia, parece estar presente na comunidade religiosa.

Para Bauman (2003, p. 134), “[...] se vier existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo [...]”, onde prevaleça o “[...] interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos”. Segundo o autor, nesse tipo de comunidade prevalecem os direitos iguais entre as pessoas e o diálogo como ferramenta de construção social, aspectos que não aparecem em todas as relações constituídas entre os moradores da região analisada.

Martin Buber (2008), que também toma como referência a discussão apresentada por Tönnies (1977), afirma que o conceito de comunidade perde sua aplicabilidade em boa parte

das agregações humanas que se consolidaram historicamente, mas acredita na sua retomada e na sua importância para a garantia do bem-estar. Buber (2008), no entanto, não se refere a uma comunidade baseada em condutas estabelecidas pelo grupo, seguidas sem reflexão e sem senso crítico, e sim àquela em que prevalecem os valores de harmonia e solidariedade, em que a livre escolha está presente. O autor propõe uma nova maneira de pensar o conceito, em que “[...] a nova comunidade tem como finalidade a própria comunidade” (BUBER, 2008, p. 33).

A discussão, mais uma vez, levanta o debate acerca da comunidade religiosa na região pesquisada, que parece buscar, na convivência entre seus membros, um bem-estar coletivo e a fuga dos problemas provenientes da dinâmica imposta pela sociedade, como a correria do dia a dia, o individualismo e a insegurança. Tais características são definidoras do próprio conceito de sociedade, que parecem absorvidos pelos sujeitos comunitários, promovendo, assim, uma constante tensão entre os dois universos.

Os laços mantidos no convívio religioso surgem como uma contraposição à vida em sociedade, que parece permear as demais relações no complexo do Setor Santa Luzia. Essas relações, no entanto, não condizem propriamente com a comunidade ética apresentada por Bauman (2003), já que não visa o bem-estar de toda a comunidade ou a relação entre todos os seus membros, e sim a de um grupo específico.

Buber (2008), ao discutir o conceito de comunidade, propõe a sua retomada como espaço de segurança, no qual a tolerância constitui o elemento fundamental para a construção de uma vivência social mais justa. Tomando como referência o pensamento do autor, pode-se afirmar que a tolerância se transforma em elemento fundamental na construção de uma vivência social. Ele acredita que a nova comunidade é o reflexo da vida em sua totalidade: “[...] ‘um viver-ao-lado-do-outro’ ajustado” (BUBER, 2008, p. 53).

Logo, os laços religiosos parecem aproximar o debate acerca do convívio comunitário defendido por Buber de uma tentativa de retomada do sentido original de comunidade, que vive uma derrocada diante dos valores da sociedade. O campo religioso chama a atenção por se configurar como o universo em que as relações entre os moradores parecem estar mais próximas dos conceitos de comunidade aqui adotados.

A comunidade religiosa, pode-se dizer, não apenas parece configurar as relações de proximidade e de interesses coletivos – como a esfera em que os moradores buscam a segurança do mundo social, conforme já destacado –, como também substituir, ao que tudo indica, as outras relações comunitárias, o que coaduna com o pensamento do próprio Tönnies

(1977), para quem a comunidade, em seu caráter primitivo, foi substituída pela sociedade.

A tensão entre comunidade e sociedade presente no complexo do Setor Santa Luzia provoca uma reflexão também sobre o papel do Estado na região, que está diretamente ligado ao surgimento da sociedade e da própria discussão sobre cidadania. Se na comunidade religiosa parece existir um estímulo à convivência entre seus membros e uma retomada do próprio sentido de comunidade, como apontado anteriormente – seja por meio da promoção de atividades coletivas, como as festas Junina e do Divino, seja mediante ações que visam a colaborar para a diminuição da violência na região, por meio de projetos sociais e culturais –, o Estado parece ofuscar a participação do indivíduo nas articulações coletivas.

Ao transferirem suas responsabilidades como agentes sociais para o Estado, que passa a ser compreendido como o responsável por todas as demandas sociais, os indivíduos acabam desarticulados de suas funções sociais, o que compromete o sentido de cidadania ativa. O resultado pode ser conferido na fragilidade da participação comunitária nas demandas locais e no descrédito em relação à sua eficiência.

O sentido de política, que em alguns momentos está diretamente relacionado à própria concepção de cidadania, neste caso parece ofuscar, de forma contraditória, o sentido de cidadania entre os próprios moradores. O sentido de cidadania passa a ser percebido pelo indivíduo apenas como uma relação em que o Estado, e não o cidadão, é o único responsável pelas questões sociais. Pode-se afirmar, a partir dessa perspectiva, que a participação comunitária do indivíduo em seu meio perde de certa forma sua própria força.

A comunidade religiosa, neste sentido, é que se configura como o espaço das relações favoráveis a uma cidadania ativa, na qual as ações dos sujeitos se dão na busca pelo bem-estar do grupo, mesmo que não represente o todo, mas tão-somente um fragmento da realidade. A convivência religiosa e sua dinâmica proporcionam, aqui, outros espaços para as relações comunitárias, que se configuram muito mais como uma sociedade, ressaltando ainda mais a tensão entre os dois polos na região.

Outra questão envolvendo o tema é a opressão a que essas comunidades estão submetidas, muitas vezes vindas de seus próprios membros, que, a partir do medo da violência – amplificado pelos meios de comunicação, em especial a televisão –, exercem um sistema inibidor das relações sociais dentro do espaço dessas comunidades. Esse problema leva ao fortalecimento das microcomunidades, como a familiar e a religiosa, que assumem o papel de refúgio para os moradores, que acabam se isolando do convívio social com os

demais integrantes da região. Nesses espaços de socialização, compartilham um sentimento de pertencimento.

A pesquisa indica, como afirmado anteriormente, um esvaziamento do sentido de comunidade na região, o que parece estar associado à falta também de uma memória coletiva que justifique a vontade dos sujeitos do complexo do Setor Santa Luzia para a construção de um objetivo comum. Não há, portanto, um sentimento de pertencimento ao que se poderia denominar comunidade. Vale ressaltar que o termo comunidade é aqui empregado como espaço de relação de proximidade entre seus membros, no qual as ações sociais extrapolam a mera convivência territorial ou os interesses individuais.

A princípio, ao se pensar a comunidade, pode-se ter a ideia equivocada de uma unidade bem delimitada, que, na verdade, se revela constituída de várias outras microesferas, que não podem deixar de ser lembradas, ou seja, grupos constituídos por sujeitos com nível educacional, valores, crenças e histórias distintas, aspectos fundamentais à consolidação de um sentimento de pertencimento.

Tomando ainda como referência o pensamento de Tönnies (1977), pode-se dizer que no complexo do Setor Santa Luzia o sentido de comunidade parece se aproximar do conceito de sociedade. “[...] a comunidade é a vida comum, verdadeira e duradoura; a sociedade é somente passageira e aparente. Pode-se, em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo e a sociedade como um agregado mecânico e artificial [...]” (TÖNNIES, 1977, p. 108). São comunidades que também não estão excluídas da influência de outras instâncias sociais, muitas vezes distantes geograficamente, às quais, de uma forma ou de outra, passam a integrar.

Destaca-se, aqui, o mundo do trabalho (sociedade econômica), que, segundo os próprios moradores, consome boa parte de seu tempo no dia a dia, dificultando a participação efetiva nas questões de cunho coletivo, o que contribui para a consolidação do modelo atual das relações no seio da comunidade. Essa constatação conduz o debate para o campo da comunicação, o que terá reflexo no envolvimento dos indivíduos nas atividades da comunidade em que estão inseridos, na relação entre os próprios moradores e, conseqüentemente, na percepção sobre o papel de cada indivíduo na região.

#### 4.2.1.2 O problema é comunicacional?

Compreender o papel da informação e dos processos comunicacionais na territorialidade compartilhada pode contribuir para o entendimento da interferência da comunicação nos processos de cidadania na região pesquisada. Esse debate possibilitou perceber uma constante tensão entre os conceitos de comunidade e de sociedade, em que a comunicação aparece como um de seus motivadores. A discussão acerca da relação entre comunicação e cidadania está amparada em autores como Lima (2001), Peruzzo (2004) e Tiene (2005). Ressalta-se aqui que o direito à comunicação e à informação encontra-se expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Na verdade, a comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil – liberdade individual de expressão; em direito político – através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil – através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de idéias e opiniões. (LIMA, 2006, p. 11)

Tiene (2005), ao discutir a comunicação e sua relação com a cidadania, reforça que o processo implica a consolidação também da cidadania ativa, entendida como uma posição participativa do indivíduo em face das questões públicas, podendo estar manifesta quando o cidadão reivindica seus direitos, mas também quando exerce seus deveres para com o Estado e a sociedade. A autora defende que “[...] quanto mais comunicação, mais cidadania, e quanto maior e mais qualificada a cidadania for em uma sociedade, mais comunicacional ela será, pois estará estabelecida entre os sujeitos uma relação horizontalizada” (TIENE, 2005, p. 70).

A comunicação assume, conforme a autora, papel fundamental na discussão dos mais variados temas que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, na efetivação do debate público e na garantia da visibilidade das demandas sociais. O processo é fundamental para a consolidação dos direitos de cidadania, que se encontram instituídos, como destaca Bobbio (2004), na formação de novas demandas sociais, por meio do debate público, e na consolidação de direitos que garantam a efetivação dessas novas demandas por parte do

Estado.

A questão torna-se relevante a partir do momento em que se pensa a comunicação não apenas como direito de cidadania, mas também como processo necessário ao seu surgimento, manutenção, consolidação e renovação. Tiene (2005, p. 70) alerta que, “[...] para poder se libertar de toda e qualquer manipulação e agir livremente, os cidadãos devem ter à disposição um sistema eficiente de difusão de informações e de forma cultural [...]”.

Assim como Tiene (2005), outros autores defendem que a socialização da informação é fundamental à garantia do exercício pleno da cidadania. Bezzon (2004, p. 18), por exemplo, afirma que “[...] o acesso e o direito à informação torna-se requisito básico para a efetivação da cidadania, pois só a socialização da informação poderá fornecer aos membros da sociedade civil a cidadania integral”. O processo assume importância tanto na comunicação compartilhada, sugerida por Lima (2001), como na comunicação por meio dos meios, descrita por outros autores.

A discussão envolvendo a cidadania e sua relação com a comunicação, principalmente a midiática, consolidou-se a partir da Revolução Industrial no século XVIII, período marcado por uma série de mudanças econômicas, sociais e culturais que resultaram em alterações também nos processos comunicacionais. Essas mudanças desencadearam uma avalanche de discussões sobre a comunicação por meios eletrônicos e sua influência na visibilidade das questões públicas e privadas, que influenciam diretamente os temas relacionados à cidadania.

Ressalta-se que os meios de comunicação assumem papel importante na divulgação de assuntos que permeiam o campo social em todas as suas esferas e na forma com que os indivíduos passam a conceber o mundo e a se relacionar com ele. Ao abordar a questão, Lima (2001) alerta que o conceito de comunicação já teria significado “o objeto tornado comum”, “os meios físicos de transporte”, e que hoje encontra-se representada pelos meios “tecnológicos de transmissão”, como impressos, rádio, televisão, Internet etc. O autor, no entanto, destaca a importância também da comunicação, no seu sentido de compartilhamento, para a consolidação dos processos de cidadania.

A comunicação assume, portanto, o sentido de coparticipação, comunhão e encontro entre os indivíduos. Nesse caso, está configurada no processo que se dá face a face, sem a interferência de um mecanismo de mediação tecnológico entre os sujeitos, mas que também sofreu a interferência dos processos de comunicação mediada. Como lembra Thompson (1998, p. 38), para quem a comunicação tem um sentido mais amplo do que o apontado pela

visão instrumentalista, “[...] a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos sociais imediatos”.

Lima (2001), ao discutir a importância dos meios de comunicação no processo de difusão de informação, destaca a importância da promoção e garantia de espaços que possibilitem a comunicação no seu sentido de compartilhamento. Segundo ele, os dois processos de comunicação, que estão em polos distintos – a compartilhada, que compreende a comunicação face a face, conforme Thompson (1998), e a midiática –, são fundamentais para a consolidação da cidadania.

É por meio da difusão de informação que temas às vezes restritos à esfera privada ganham destaque na esfera pública. A publicitação torna-se então fundamental para o desencadeamento do debate público possível na comunicação compartilhada, que resultará em novas demandas sociais ao Estado.

O processo comunicacional, principalmente o midiático, assume ainda um importante papel na configuração da identidade do indivíduo. O homem da sociedade contemporânea se vê diante de acontecimentos antes distantes do seu dia a dia. Informações capazes de colocá-lo em constante confronto com realidades distintas, como sugeriu Thompson (1998), processo que desencadeia uma nova forma de os sujeitos perceberem e se relacionarem com o mundo. Ao abordar o tema, Hall (2005, p. 13) lembra que “[...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

A comunicação teria então um papel importante na reconfiguração do processo de identidade, principalmente a midiática, já que é responsável pelas mudanças ocorridas na relação do homem com o mundo. Tomando aqui o pensamento de Hall (2005, p. 68), pode-se afirmar que “[...] essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais”.

O consumo dos produtos midiáticos e a sua interferência na dinâmica social, conforme demonstrado, tem provocado o debate sobre as consequências da concentração midiática na sociedade, já que ela impossibilita uma visão plural dos fatos sociais e a manifestação da diversidade cultural. Tal debate conduz à discussão acerca da democratização da comunicação. A preocupação, aqui, extrapola o direito ao acesso à informação ou à garantia



da comunicação, estendendo-se ao direito à produção de conteúdo e sua divulgação por meio de mídias como rádio, TV, impresso ou Internet.

Ao abordar a relação da comunicação com a cidadania, tentou-se demonstrar a importância dos processos comunicacionais para a sua promoção e efetivação. No entanto, é preciso destacar que no complexo do Setor Santa Luzia o tema aparece envolto em uma contradição, tanto no que se refere à comunicação compartilhada, apresentada por Lima (2001), como à participação das mídias no processo de cidadania.

Pode-se dizer que a comunicação compartilhada encontra-se prejudicada na região pesquisada, em virtude das características de sociedade que invadem o seio comunitário, como a valorização do individualismo e a falta de tempo dos moradores, ocasionada pelo universo do trabalho, um dos reflexos da dinâmica do mundo moderno, que prejudica, como afirmamos anteriormente, os processos sociais essenciais à consolidação da cidadania ativa. Esse problema não encontra nas rádios comunitárias sua solução, já que esses espaços, conforme destacado anteriormente, não têm sido capazes de promover o compartilhamento entre os sujeitos do complexo do Setor Santa Luzia.

O medo proporcionado pela violência disseminada pela mídia é outro fator de desagregação social. A violência a que a região analisada está submetida, propagada principalmente pela televisão – o principal meio de comunicação utilizado pelos moradores, segundo os entrevistados desta pesquisa –, configura-se como uma das principais justificativas para a falta de um processo efetivo de comunicação, no seu sentido de coparticipação, comunhão e encontro entre os indivíduos que vivem naquela localidade.

Isso terá reflexo, como vimos, nos processos relacionados à cidadania, constituindo-se em fator importante para a consolidação das relações forjadas na comunidade religiosa, na qual o processo de comunicação compartilhada parece ganhar destaque.

A informação, que aparece como determinante para a ampliação da cidadania, já que é fundamental na promoção do debate público, assume aqui também um aspecto negativo na promoção das relações sociais. Informações relacionadas ao dia a dia dos moradores, compartilhadas por eles próprios em sua dinâmica social, ganham caráter ameaçador, já que promovem a insegurança, pois passam a conhecer não apenas a rotina da região, como também a conduta às vezes ilegal de alguns seus integrantes. Essas informações, associadas às veiculadas pelos meios de comunicação, tornam a convivência na região restrita a poucos espaços e grupos, dentre os quais, mais uma vez, destaca-se a comunidade religiosa.

O isolamento a que os moradores da região acabam submetidos, em alguns casos por “opção pessoal”, é agravado por esse sentimento de insegurança, em parte superdimensionado a partir das informações trazidas pelos meios de comunicação, principalmente, como destacado anteriormente, pela televisão, que bombardeia seus lares com notícias em que a violência é quase sempre o foco central.

O material acaba evidenciando as possibilidades de violência a que os sujeitos estão submetidos, gerando uma sensação de desamparo, que desencadeia, como afirmado anteriormente, a fuga das relações sociais, o que tende a resultar em prejuízos à efetivação da cidadania. A situação pode ser definida como uma “violência simbólica midiática”, já que nenhum dos entrevistados afirmou ter sido vítima de alguma ação violenta na região. O sentimento é o resultado da relação de causa (divulgação midiática dos temas relacionados à violência) e efeito (o medo proporcionado pela informação propriamente dita).

Pode-se afirmar que o acesso à comunicação, neste caso, é responsável pela fragilização da comunidade, tanto no que se refere à promoção da comunicação em seu caráter de compartilhamento entre os indivíduos, como na introdução no seio comunitário de alguns aspectos pertencentes à sociedade, o que acaba reforçando ainda mais a sensação de que a comunidade acabou sucumbindo à dinâmica da sociedade.

O processo histórico de cisão da unidade comunitária é caracterizado, sobretudo, pela evolução técnica que motivou os processos de industrialização, urbanização e individualismo, além da massificação da comunicação por meio dos meios. São esses aspectos que definem o surgimento das sociedades modernas, responsáveis pela atual concepção de cidadania, que se encontra, a partir do que foi colocado, prejudicada. Esse processo é responsável também pela identidade do sujeito pós-moderno, que está relacionada, segundo Hall (2005), à fluidez da própria sociedade na qual o indivíduo está inserido.

Para o autor, as identidades culturais tornam-se provisórias e variáveis, não existindo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Hall (2005) afirma que a identidade se torna móvel e em constante mudança. Na concepção da pós-modernidade, o interesse de classe, em que predominavam as questões coletivas, perde espaço para os interesses particulares ou de grupos, o que aproxima o termo do próprio conceito de comunidade estética proposta por Bauman (2003).

Conforme Duarte (2007, p. 111), “[...] cidadania implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de co-responsabilidade para com os interesses coletivos, e a regra da

luta pela inclusão são as expectativas e opiniões conflitantes e não consenso de vontade”, o que, segundo a autora, só é possível quando os processos comunicacionais são garantidos.

Isso alerta para o fato de que o envolvimento dos indivíduos da região analisada com as questões de cunho social perpassam a garantia e a efetivação do direito à informação, capaz de possibilitar o convívio social em prol dos interesses coletivos. A realidade constatada, todavia, mostra que a informação que chega aos lares dos moradores tem sido, em parte, um fator de desarticulação.

Se a comunicação não é apenas um direito de cidadania, mas também o alicerce para a sua própria existência e efetivação, já que possibilita a troca de informações fundamentais à promoção do debate público, à articulação social em favor das mudanças estruturais da sociedade e à efetivação de direitos, é necessário entender os processos que a envolve.

Tomando o homem em sua dinâmica social, pode-se afirmar que não é possível pensar os processos sociais sem refletir a própria comunicação e seus espaços de efetivação, o que só será possível por meio de políticas públicas para o setor, que devem ser pensadas a partir da lógica dos grupos envolvidos, e, acima de tudo, como um direito de cidadania. Ressalta-se que a comunicação e os processos que a envolvem vão determinar o próprio conceito de territorialidade compartilhada proposto pelo presente trabalho.

Esse debate deve permear a relação da mídia com o poder, sua interferência no campo político, econômico e social, e, por que não, nas questões éticas que envolvem a área. Portanto, torna-se importante a democratização do conhecimento sobre o papel da comunicação e da informação no atual estágio em que se encontra a sociedade, o que necessariamente perpassa o envolvimento da sociedade civil no debate.

Para que isso ocorra, é fundamental a garantia do acesso à educação de qualidade, à cultura e à segurança pública, além da promoção de debates acerca do que vem a ser cidadania, que, assim como o conceito de comunidade, precisa ser discutida a partir da realidade brasileira, tão distinta das discussões que pautam, na maioria das vezes, a reflexão sobre o tema. É preciso também rediscutir o papel do Estado em face das demandas sociais, incluindo, como apontado anteriormente, o acesso e a garantia à informação e à comunicação, possibilitando também a inclusão do indivíduo no debate, para que ele se sinta coparticipante dos processos sociais.

#### 4.2.1.3 As rádios comunitárias são a solução?

A busca por uma explicação para as relações estabelecidas pelos moradores do complexo do Setor Santa Luzia entre si mesmos levou a um conceito de comunidade, o de territorialidade compartilhada. A partir daí, se estabelece o contraponto com o conceito de comunidade presente nas discussões sobre rádio comunitária no Brasil.

Regulamentadas pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, as rádios comunitárias diferem das rádios livres, conhecidas também como piratas, por sua legalidade. Como lembra Peruzzo (1998, p. 2), as rádios piratas “[...] ocupam um espaço do dial, sem permissão, concessão ou autorização de canal por parte do governo”.

Os anos 1970 e 1980 marcam o movimento das rádios livres no Brasil, surgidas como instrumento de mobilização social em busca do direito à fala e ao rompimento do monopólio da informação. No período o país vivia um regime ditatorial, em que direitos básicos de cidadania, como os relacionados aos processos de comunicação e difusão de informação, ficaram suspensos. Outra preocupação envolvendo a discussão da comunicação era a influência dos produtos midiáticos sobre as culturas e a formação das identidades sociais.

As emissoras comunitárias, à luz da legislação, devem proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Para tanto, são definidas como estações de baixa potência, que darão condições à comunidade de ter um canal de comunicação voltado às suas necessidades, abrindo oportunidade para divulgação de ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. Portanto, cabe às rádios comunitárias constituírem espaços para divulgar a cultura e o convívio social; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e de capacitação do indivíduo para que possa exercer seu direito de expressão, visando a melhoria das condições de vida da população local.

Essas características definidoras das rádios comunitárias não predominam na Rádio Primavera FM, localizada no complexo do Setor Santa Luzia, como foi constatado em pesquisa anterior, realizada pela autora do presente trabalho em coautoria com outra pesquisadora. Os resultados apontaram para um esvaziamento da participação da comunidade na emissora e a prevalência de uma programação com característica comercial, fundamentada principalmente na transmissão musical. A Rádio Primavera FM, portanto, só difere das

emissoras comerciais por aspectos técnicos de transmissão e pela ilegalidade da venda de espaços comerciais, já que as rádios comunitárias devem sobreviver apenas de apoio cultural.

Os dados corroboram a afirmação de Detoni (2004, p. 278-279), para quem “[...] a maioria das emissoras de baixa potência que se intitulam comunitárias no Brasil não cumpre um papel social”. Segundo a autora, elas “[...] reproduzem a lógica e a programação das emissoras privadas”, o que contradiz o estipulado por lei. Outro problema enfrentado pelas atuais rádios comunitárias é o envolvimento político e religioso. Como destaca Nunes (2001, p. 235), “[...] o exercício da cidadania através do rádio encontra-se ameaçado em função da apropriação privada por comerciantes e políticos de um espaço que deveria ser público”.

A necessidade de discussões sobre o significado conceitual de rádio comunitária adotado no Brasil e sua aplicabilidade na atualidade é apontada tanto por Leal (2007) quanto por Detoni (2004). Para Leal, as rádios comunitárias deveriam ser tratadas como rádios locais, já que, em sua maioria, se configuram como entidades de caráter privado, sem envolvimento efetivo da comunidade em sua gestão e produção, como o que ocorre na Rádio Primavera FM.

Detoni (2004), por sua vez, alerta que no Brasil “[...] os estudiosos da radiodifusão comunitária tendem a ser rígidos na conceituação desse tipo de emissora [...]” (DETONI, 2004, p. 279). Ela ressalta que: “[...] a Amarc (Associação Mundial das Rádios Comunitárias) adota um conceito flexível e mais próximo da realidade de suas afiliadas, muitas das quais não têm, por exemplo, o gerenciamento participativo ou dependem da venda de anúncios comerciais” (DETONI, 2004, p. 279-280).

Ao propor o debate, Leal (2007, p. 379) destaca que “[...] a rádio comunitária é resultado da ação organizada e mobilização de indivíduos privados que se reúnem numa entidade particular em defesa de interesses de uma coletividade ou de um público”. A falta de um sentimento de pertencimento na região do complexo do Setor Santa Luzia, que leva a uma fragmentação do sentido de comunidade – que, conforme discutido anteriormente, parece sucumbir ao sentido de sociedade, resultando na desarticulação social em prol de interesses coletivos –, parece corroborar o que propõe Leal, reforçando a necessidade de uma mudança conceitual da rádio comunitária como espaço de manifestação social.

A mudança de paradigma perpassa a configuração da comunidade onde as emissoras comunitárias estão instaladas, que reflete as relações entre os sujeitos e os espaços ditos de promoção do debate público e de emancipação social, como foi discutido anteriormente. No complexo do Setor Santa Luzia, a noção de comunidade encontra-se reconfigurada pelo

sentido de sociedade, que interfere na vida privada dos sujeitos, passando a pautar as relações dos indivíduos também no âmbito da vida pública. Isso pôde ser constatado na falta de tempo alegado pelos moradores para integrarem atividades da região, que também é afetada pelo medo da violência, potencializado pela mídia. A questão aponta também a necessidade de se discutir o papel dos meios de comunicação e sua interferência nas relações ditas comunitárias e sua consequência para o sentido de cidadania.

Ganha destaque aqui o descrédito dos sujeitos em relação às ações de cunho público realizadas pela comunidade, cuja noção de cidadania está ancorada no papel do Estado como provedor de benfeitorias sociais. O cidadão encontra-se desarticulado dos processos de lutas sociais, o que compromete a política de rádio comunitária adotada no país. O resultado pode ser conferido na fragilidade da participação comunitária nas demandas locais e no descrédito em relação à sua eficiência. Até mesmo a comunidade religiosa (jovens da Paróquia Santa Luzia, igreja de denominação católica), que conta com um programa na Rádio Primavera FM e utiliza os dias de celebrações na igreja para convidar seus membros a acompanharem a programação, também assume caráter privado, já que o objetivo central é divulgar fatos de seu interesse, com foco na conquista de novos fiéis.

A ideia de rádio local, sugerida por Leal (2007), ganha destaque também na fala dos moradores sobre o papel das emissoras comunitárias, que são compreendidas apenas como espaços de divulgação de conteúdo da região. A falta de conhecimento da própria comunidade sobre as propostas das rádios comunitárias e da discussão sobre a democratização da comunicação, como afirmou-se anteriormente, corrobora essa conclusão.

Defende-se, portanto, no presente trabalho, que a noção de comunidade à qual a proposta das rádios comunitárias está relacionada no país perde sua legitimidade na região pesquisada. O fato aponta para a necessidade de se repensar os parâmetros estabelecidos em lei, segundo a qual as rádios comunitárias devem ser outorgadas a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, estando vinculada à noção de comunidade, aqui entendida como o convívio social em que os sujeitos sejam a razão maior da existência do grupo e o interesse público prevaleça sobre o privado.

Comunidade esta que, no complexo do Setor Santa Luzia, assume o sentido de territorialidade compartilhada, caracterizada pela convivência espacial, em que a relação de proximidade entre seus membros se configura na superficialidade, ou seja, comunidade no sentido de vivência em um mesmo espaço geográfico apenas. O conceito está associado às

relações que se estabelecem fora da noção de proximidade, em que prevalecem os interesses individuais e do próprio Estado, propiciando certa contradição à própria concepção de cidadania. A rádio comunitária mostra-se assim incapaz de promover o compartilhamento entre os membros da comunidade estudada, o que é estabelecido em outros espaços sociais.

Ao serem compreendidas como entidades de cunho privado, não se constituindo, portanto, como espaços públicos para a promoção de debate, para a efetivação do direito à comunicação para a produção de informação – características que definiram o debate inicial do movimento pela democratização da comunicação –, as emissoras comunitárias perdem sua finalidade histórica, deixando uma lacuna sobre o seu atual papel.

A questão alerta ainda para a importância de se considerar as especificidades culturais de cada grupamento social e para a possibilidade de a legislação estar em descompasso com as novas características que permeiam o seio comunitário. O trabalho aponta também o uso de novas ferramentas, a exemplo da Internet, como instrumento de mobilização social. As constatações indicam, portanto, a necessidade de atualização do debate acerca da democratização da comunicação e de políticas públicas que garantam a sua efetivação à luz do cenário atual.

## 5 CONCLUSÃO

Ao propor um trabalho cujo objetivo é compreender o sentido de comunidade presente na região onde está instalada a rádio comunitária Primavera FM e sua interferência na efetivação desse espaço como articulador social em prol da cidadania, fez-se necessária a abordagem conceitual dos próprios termos comunidade e cidadania.

A discussão acerca do conceito de comunidade no presente trabalho perpassa autores como Ferdinand Tönnies (1977), Zygmunt Bauman (2003), Martin Buber (2008) e Max Weber (2010). Tönnies entende comunidade (*Gemeinschaft*) como o local onde o homem busca a segurança por meio das relações sociais de proximidade, em que prevalecem os laços de afinidades em prol da coletividade. Buber, que se ampara no pensamento de Tönnies, defende a retomada do sentido primitivo de comunidade que, segundo ele, só é possível por meio da tolerância entre os homens. Weber, por sua vez, trata o tema por meio dos conceitos de "comunalização" (*Vergemeinschaftung*) e "sociação" (*Vergesellschaftung*).

A comunalização está relacionada à convivência em comunidade, que estaria presente na relação estabelecida pelos sujeitos, quando e enquanto existir uma disposição entre seus membros. Nesse caso, deve haver uma disposição dos indivíduos em manterem-se juntos. Para tanto, Weber (2010) propõe um modelo do tipo ideal, estabelecido em uma comunalização (*Vergemeinschaftung*), em que prevaleça a disposição da atividade social, fundamentada no sentimento de pertencimento.

Já a socialização, segundo o autor, é uma

[...] relação social quando e enquanto a disposição da atividade também social se fundar sobre um *compromisso* (*Ausgleich*) de interesses motivados racionalmente (em valor ou em finalidade), ou sobre uma *coordenação* (*Verbindung*) de interesses motivada da mesma maneira. (WEBER, 1977, p. 114-115. Grifos do autor)

Contudo, o próprio Weber (1977) ressalta que essas relações se dão de forma bastante dinâmica no processo social.

O debate desencadeia a necessidade de uma reflexão acerca do conceito de sociedade, que aparece em Tönnies (1977), Bauman (2003), Buber (2008) e Weber (2010) em contraposição ao conceito de comunidade. Segundo eles, a sociedade é o resultado das alterações das instâncias e das relações sociais a partir do surgimento das cidades, processo



que será acirrado ainda mais pelas características da sociedade moderna, que tem como alicerce o desenvolvimento urbano e tecnológico, responsável pelo individualismo e pelo sentimento de competitividade entre os homens.

São essas características que, segundo Tönnies (1977), vão promover a derrocada da comunidade, em seu sentido primitivo, em face da sociedade, que, para Bauman (2003), resultará na comunidade em sua perspectiva "estética", em que as relações sociais se dão pelos interesses individuais, cuja principal característica é a própria fluidez de suas relações. Em contraposição a isso, Bauman (2003) descreve o "verdadeiro" sentido de comunidade: a que carrega o sentimento de segurança e compartilhamento entre seus membros, cujo interesse coletivo extrapola o individual, denominada por ele de "comunidade ética".

Apesar de creditar à comunidade ética a possibilidade de os interesses coletivos se sobressaírem aos individuais, Bauman (2003) ressalta a característica opressora da comunidade, que, segundo ele, é utilizada para preservar a existência do próprio sentimento comunitário, à medida que, para coibir qualquer ameaça possível, cria seus mecanismos de defesa, que são quase sempre estabelecidos com base na repressão de seus próprios membros.

O debate acerca do conceito de sociedade ganha destaque também no pensamento de Weber (2010), para quem ela é constituída nas relações sociais fundamentadas no compromisso, em que os interesses motivadores são estabelecidos na racionalidade, cujo parâmetro é estabelecido em valor ou finalidade.

Esse racionalismo, segundo Nisbet (1983), foi responsável pelo fim da superstição e pela derrocada da religião para a ciência como mecanismo de explicação do mundo e de seus fenômenos. Segundo o autor, essa mudança teve papel importante na consolidação dos processos que caracterizam a sociedade e que levam à derrocada também dos processos de "comunalismo". Nisbet (1983) cita como um dos fatores fundamentais para a consolidação desse cenário o desenvolvimento do comércio e da indústria, a urbanização e a consolidação do papel do Estado, especialmente a partir do advento da burguesia e de seus ideais, como destacam Adorno e Horkheimer (1983).

A discussão sobre os conceitos de comunidade e sociedade esbarram no sentimento de pertencimento e sua influência na consolidação da identidade do sujeito. Para compreender essa interferência, propusemos um debate à luz do pensamento de Stuart Hall (2005), que aborda a questão a partir da identidade do sujeito pós-moderno, que está relacionada à fluidez da própria sociedade na qual o indivíduo está inserido.

Segundo Hall (2005), as identidades culturais tornem-se provisórias e variáveis, não existindo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ela torna-se móvel e em constante processo de alteração, o que seria reflexo da fluidez também do sentido de pertencimento a que o homem está submetido. O autor explica que isso acarreta mudanças nas estruturas políticas, econômicas e religiosas impostas pela sociedade moderna.

Ainda de acordo com Hall (2005), os processos comunicacionais – que ganham destaque na promoção do intercâmbio de informações por meio dos meios de comunicação de largo alcance, como a TV, o rádio, os meios impressos e a Internet –, à medida que permitem o acesso às mais variadas culturas, terão influência determinante também na alteração das relações temporais e espaciais do homem moderno.

A discussão dos conceitos de comunidade e sociedade e sua relação com o próprio sentido de pertencimento e de identidade exigem uma reflexão sobre cidadania, que também está relacionada aos aspectos temporais e espaciais a que os sujeitos sociais estão inseridos e suas relações com os processos de comunicação.

Para contemplar a historicidade do conceito de cidadania, o tema foi abordado, num primeiro momento, a partir da perspectiva da cidadania clássica, que tem como fundamento a sociedade grega e romana, para, em seguida, buscar-se a sua evolução desde a sociedade medieval, passando pelo Iluminismo até a sociedade moderna, que determinará a concepção atual do conceito. E, finalmente, o assunto ganha um viés local, com o debate voltando-se às questões que pautam o tema no Brasil e na América Latina, contemplando a relação do conceito com os aspectos territoriais, ao qual creditam-se muitas de suas características.

No seu sentido clássico, o conceito de cidadania está associado à participação política, às decisões daquilo que é público, à vida em comunidade, que só se torna possível com o surgimento das cidades-estado. Ali, nem todos eram considerados cidadãos, direito que, em alguns casos, era concedido em forma de homenagem ou troca de favores. A segregação social tornava as cidades-estado locais propícios aos conflitos, que resultaram em lutas internas e externas, em prol da ampliação de direitos, então restritos a pequenos grupos que detinham, entre outros, a participação nas decisões políticas. Eram excluídos as mulheres, os estrangeiros e os escravos, por não serem considerados cidadãos.

A concepção atual de cidadania, relacionada às questões jurídicas ou à noção de Estado, não era uma realidade. Como destaca Guarinello (2008, p.34), “[...] a cidadania antiga transmitia-se, idealmente, por vínculos de sangue, passados de geração a geração”. Esse novo

período da história do homem teve início com o renascimento urbano e a formação dos Estados Nacionais, na Baixa Idade Média.

Iniciava-se, assim, uma nova relação entre política, economia e sociedade, dado o dinamismo que o nascente capitalismo provocava. Houve espaço para o fortalecimento de uma burguesia mercantil que aspirava aos mesmos direitos destinados aos estamentos privilegiados. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 3)

O período medieval, época em que os direitos de cidadania perdem espaço para as instituições religiosas, é seguido pelo ressurgimento da cidade e pelo florescimento de uma nova classe social, a burguesia. São esses aspectos que caracterizarão o Iluminismo, que será marcado pela racionalidade, em que a explicação do mundo por meio da religião perde espaço para a ciência, e pela busca da burguesia por uma participação nas decisões políticas.

Segundo Covre (2006, p. 19), a burguesia “ tinha um caráter revolucionário”. Suas aspirações resultaram nos ideais iluministas-liberais, “[...] produto dos avanços nas ciências experimentais e de uma nova racionalidade, por meio da qual se procurava entender o mundo” (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p. 3). Esses são dados que se tornam essenciais para a atual concepção de cidadania, que se encontra amparada nos direitos e deveres dos indivíduos perante o Estado.

A discussão que envolve os processos comunicacionais e a cidadania percorre, no presente trabalho, os processos de comunicação compartilhada e comunicação midiática. O debate está amparado na perspectiva de que a comunicação, em ambos os aspectos, é fundamental para a consolidação dos processos de cidadania, assim como o direito de produção e acesso à informação. Essa perspectiva ganha destaque no debate acerca da democratização da informação, no qual as rádios comunitárias são o principal representante.

Defende-se a comunicação como um direito da pessoa humana, fundamental à garantia do bem-estar social. Destaca-se que a comunicação percorre as três dimensões da cidadania: os direitos civil, político e social. Sendo assim, segundo Lima (2006, p. 11), torna-se fundamental a garantia de uma política pública que prime pela “pluralidade e diversidade de idéias e opiniões”.

O debate acerca da comunicação, principalmente a midiática, ganha, portanto, destaque na sociedade moderna, já que assume papel importante na divulgação de assuntos que permeiam o campo social em todas as suas esferas. Nesse debate é fundamental a discussão,

como apontado anteriormente, sobre a necessidade da democratização da comunicação e dos perigos que representa o monopólio da informação.

Assim, por meio da história do movimento das rádios livres no Brasil, a presente dissertação traça um panorama histórico acerca do direito e da garantia do acesso à informação, até a discussão sobre a legalização do movimento das rádios comunitárias no país, que culminará na atual lei que norteia a radiodifusão comunitária.

Assim, o rádio ganha destaque no trabalho, no qual aparece como um dos principais meios da promoção do sentimento de nacionalidade no país, até se viabilizar por algum tempo como a esperança de uma mídia efetivamente democrática, segundo os parâmetros da comunicação comunitária ora vigente.

O trabalho encontra-se amparado no método qualitativo, cuja modalidade/estratégia de pesquisa é o estudo de caso, que possibilitou verificar as características que definem o sentido de comunidade presente nas relações entre os indivíduos do complexo do Setor Santa Luzia e seus reflexos na rádio comunitária local, a Rádio Primavera FM. Partindo-se do princípio de que parte das emissoras comunitárias vivencia um esvaziamento de seus espaços por parte da comunidade onde estão localizadas, acredita-se que o presente trabalho possa lançar luz sobre a problemática que envolve o tema.

Os critérios de análise foram definidos por meio da revisão de literatura, momento em que se discutiu os conceitos de comunidade e de sociedade a partir dos seguintes autores: Ferdinand Tönnies (1977), Zygmunt Bauman (2003), Martin Buber (2008) e Max Weber (2010).

A amostragem do trabalho foi definida levando-se em conta os seguintes critérios: todas as pessoas ouvidas pela pesquisa residem na região do que foi denominado complexo do Setor Santa Luzia (que compreende os bairros Chácara Santa Luzia, Residencial Santa Luzia, Setor Santa Luzia, Sítio Santa Luzia, Vila Santa Luzia, Jardim Olímpico, Setor Bela Vista, Setor São Pedro, Setor Tocantins e Vila Nossa Senhora de Lourdes).

Foram entrevistados moradores de ambos os sexos, sem discriminação de escolaridade e com faixa etária acima dos 15 anos. Estão contemplados na pesquisa seis moradores do Setor Santa Luzia, região mais próxima à rádio Primavera FM; três do Residencial Santa Luzia; um do Sítio Santa Luzia; um da Vila Santa Luzia; dois do Jardim Olímpico; e três do Setor Tocantins.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade e

semiabertas, cuja característica está no uso de roteiro com questões-guia. Essa estrutura permitiu o cruzamento posterior entre as respostas dos entrevistados, possibilitando traçar o perfil e a percepção de comunidade presente entre os moradores do complexo do Setor Santa Luzia.

Para a realização do projeto, foi utilizado um roteiro (formulário) dividido em três blocos. O primeiro bloco consistiu em perguntas relacionadas à relação dos entrevistados com o setor em que reside e com sua vizinhança. O segundo continha questões que visavam compreender a ideia dos entrevistados sobre o próprio conceito de comunidade. O terceiro bloco trouxe questões que buscaram perceber o entendimento dos moradores do complexo do Setor Santa Luzia sobre o conceito de rádio comunitária e sua relação (e/ou ausência) com a Rádio Primavera FM. Foram realizadas ao todo 16 entrevistas, cujo universo foi constituído por 14 entrevistados do sexo feminino e dois do sexo masculino.

Os moradores ouvidos pela pesquisa demonstram descrédito em relação à força do envolvimento do cidadão como agente de transformação social por meio da luta coletiva. Neste sentido, a cidadania política, ao estabelecer o Estado como efetivador e mantenedor dos direitos e deveres sociais, parece provocar uma desagregação da comunidade como espaço fundamental para a promoção e efetivação dos debates e das lutas sociais.

A própria ideia de participação efetiva dos moradores da região em atividades em prol do bairro está atrelada às ações políticas ou religiosas. Os moradores revelam uma visão distorcida do campo político, que aparece como mecanismo de trocas de favores entre eleitores e seus candidatos. Por um lado, os candidatos tentam "comprar" os votos a partir de pequenos benefícios realizados na região durante o período eleitoral; de outro, eleitores em uma relação de dependência e descrédito em relação ao poder público.

A visão dos moradores revela uma ideia de cidadania política em que as relações estão baseadas na figura do líder, principalmente o religioso e o político, que ainda permeia o imaginário dos moradores. O líder que encarna o papel do salvador, o que revela certo descrédito em relação à própria força da comunidade, comprometendo a proposta das rádios comunitárias, que também aparecem ameaçadas pela Internet como ferramenta de aglutinação social.

Pode-se afirmar, a partir do que foi exposto, que é fundamental a reflexão acerca dos espaços e mecanismos que possibilitam a interação entre os sujeitos. Será esse debate que conduzirá ao entendimento sobre o papel das ferramentas sociais em prol da luta pela garantia

da cidadania e de sua efetivação como direito, que deve ser pensado a partir da própria comunidade. Para tanto, torna-se fundamental o entendimento do sentido do termo, que integra a própria concepção do que vem a ser uma rádio comunitária.

A fala dos entrevistados evidencia a imagem de emissora privada que os moradores têm da Rádio Primavera FM, bem como a falta de compreensão acerca da verdadeira proposta da política que regulamenta o funcionamento das rádios comunitárias, uma vez que estão excluídos da gestão da emissora. A participação dos moradores na rádio limita-se apenas a pedidos de músicas e envio de recados e reclamações.

Pode-se aferir também que a rádio comunitária tem, para os entrevistados, o sentido de mero veículo de comunicação difusor de conteúdo local. Para essa parcela de moradores, a rádio comunitária não aparece como espaço de construção de debate ou de democratização da comunicação, termo que não foi citado por nenhum dos entrevistados, nem como espaço de favorecimento da comunicação compartilhada entre os membros da região pesquisada. A emissora comunitária não cumpre, portanto, seu papel como espaço de articulação social para uma cidadania ativa.

Ao associarem o conceito de rádio comunitária ao de difusão de conteúdo local, os entrevistados revelam uma visão do termo comunidade, implícito na conceituação de rádio comunitária, apenas à de territorialidade da emissora, e não ao padrão de gestão e envolvimento dos moradores com sua política de comunicação.

A fala dos moradores evidencia ainda que a rádio comunitária não representa um espaço de produção de conteúdo, um dos pilares da democratização da comunicação, mas apenas o espaço de difusão de informação. Pode-se afirmar que o discurso dos moradores ouvidos pela pesquisa atesta uma desarticulação total entre as propostas das políticas públicas para o setor de rádio comunitária e a realidade local.

Em outra mão, a fala dos moradores entrevistados revela certo distanciamento entre o debate acadêmico sobre a democratização da comunicação, muitas vezes colocada como primordial na discussão da cidadania, e a realidade dos moradores dos locais onde as rádios comunitárias estão instaladas. É o que aponta a presente dissertação ao estudar o caso da comunidade do complexo do Setor Santa Luzia e sua relação com a rádio comunitária Primavera FM.

O fato evidencia que a integração da sociedade no debate sobre comunicação e sua relação com o direito de cidadania perpassa, antes de tudo, pelo acesso às demais instâncias

de cidadania, como a educação formal de qualidade e a informação sobre a importância do tema e seus reflexos na vida social.

Caso isso não ocorra, a tendência é a verticalização do discurso, que acaba imposto, a exemplo das políticas assistencialistas, em que o cidadão tem podada a sua autonomia de escolha sobre as opções que podem melhorar sua vida, o que está na contramão do que se propõe como cidadania ativa.

Podemos afirmar, a partir das entrevistas realizadas, que o slogan da Rádio Primavera FM, “O Som da Comunidade”, não traduz na prática a relação dos moradores com uma emissora verdadeiramente comunitária, pois no setor pesquisado essa relação se revelou praticamente nula. Mesmo onde há uma proximidade física com a rádio, não foi possível constatar o favorecimento dos gestores da emissora à participação dos moradores no sentido de produção e gestão dos programas, nem ao entendimento do que vem a ser uma emissora comunitária.

Ainda com base nos depoimentos dos moradores, podemos concluir que, apesar de compartilharem um lugar comum, o complexo do Setor Santa Luzia, não existe na região uma motivação em comum, um sentimento de pertencimento ou de identidade, o que seria essencial para a consolidação de uma proposta de rádio comunitária que envolvesse de forma efetiva os integrantes da comunidade.

A comunidade do complexo do Setor Santa Luzia parece mais próxima das características definidoras de sociedade (*Gesellschaft*), compreendida também como o local onde as relações se processam de forma mecânica, virtual, fora da relação de proximidade, e no qual os interesses individuais sobressaem. Fato destacado pelos próprios moradores, ao relatarem que o mundo do trabalho (sociedade econômica), da luta pela garantia da sobrevivência, acaba impedindo um maior envolvimento com as questões locais.

Neste caso, os interesses do âmbito privado é que estão em primeiro plano no discurso da democratização da comunicação, e não os do coletivo. Ao definir o complexo do Setor Santa Luzia como uma comunidade, leva-se em consideração a territorialidade, já que os moradores convivem em um mesmo espaço, onde os problemas, mesmo quando não percebidos por seus integrantes, são comuns a todos os entrevistados, como a falta de área de lazer na região e de segurança, além do sentimento de abandono por parte do poder público.

O resultado aponta para a necessidade de um novo conceito de comunidade que possa enquadrar a região, aqui proposto como territorialidade compartilhada, que é definida como

uma convivência espacial em que a relação de proximidade entre seus membros tem como característica a superficialidade e a sensação de insegurança entre os sujeitos, manifesta por meio da violência simbólica difundida pela mídia e na qual o sentido de sociedade sobressai ao de comunidade.



## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983. p. 263-275.

BANDEIRA, Denize Daudt; MORAES, Ângela Teixeira. Rádios comunitárias de Goiânia: história, gestão e participação popular. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 32. n.1. jan./jun. 2009. ISSN: 1809-5844. p. 147-168.

BAUER, Martin W; GASKELL; George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 17-36.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: busca por segurança no mundo atual**. Tradução de: Commuty: seeckieng safty insecure world. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

BAUMWORCEL, Ana. Radiojornalismo e sentido no novo milênio. In: MOREIRA, Sônia; DEL BIANCO, Nélia (org.). **Desafios do rádio no século XXI**. n. 12. São Paulo: Intercom/Rio de Janeiro: UERJ, 2001.(Coleção GTs Intercom)

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. Análise político-sociológica do reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação Pública**. São Paulo: Alínea Editora, 2004. p. 17-47. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania)

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teoria do Rádio: textos e contextos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005. p 327-336.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARVALHO, Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004. p. 19-42.

DEL BIANCO, Nélia. FM no Brasil. 1970-79: crescimento incentivado pelo regime militar. In: Caderno de Comunicação. **O estado e a informação**. Goiânia, v. 1, p. 59-74, 1993.

DETONI, Marcia, Rádios comunitárias: revolução no ar. In: BARBOSA FILHO, André; PIOVESAN, Angelo; BENETON, Rosana (Org.). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 277-287.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 95-115.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

\_\_\_\_\_. Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 49-79.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 29-47.

GUATTARI, Felix. Milhões e milhões de Alices no ar. In: MEDITSCH, Eduardo;

ZUCULOTO, Valci. (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Edipucs, 2001.

JAMBEIRO, Othon. A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 99-147.

KLÖCKNER, Luciano. O noticiário radiofônico como política de guerra e a edição brasileira de O Repórter Esso. In: COLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Org.). **Batalha sonora: o rádio e a segunda guerra mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 49-72.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Campos de estudos emergentes em comunicação nas novas cidadanias. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org.). **Comunicação política e sociedade**. São Paulo: Editora Alínea, 2005. p 21-43.

LEAL, Bruno Souza. A comunidade como projeto identitário. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 183-192.

LEAL, Sayonara. Radiodifusão comunitária no Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 377-406.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. Comunicação poder e cidadania. **Rastros: Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação**. Joinville, SC. Ano VII, n. 7, p. 8-16, out. 2006.

LUCA, Tânia Regina de. **Direitos sociais no Brasil**. História da cidadania. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 469-493.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: uma reforma agrária no ar**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARQUES, Ferreira Edmilson. **A história do rádio em Goiás (1942-1947)**. Goiânia: 2009. Tese (Livre docência em História). Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

MARTINS, Marcus A. O histórico legal das comunicações no Brasil e a tramitação do Código Brasileiro de Telecomunicações. In: RAMOS, César Murilo; SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). **Política de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 305-330.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. 32, n. 1, p. 33-49, jan./jun. 2009. ISSN:1 809-5844.

MORAES, Geórgia. A tensão entre liberdade de expressão e direito à informação - empecilho à elaboração de políticas públicas de comunicação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos. (Orgs.) **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.

NISBET, Robert A. Comunidade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983. p. 255-262.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias no século XXI: exercício da cidadania ou instrumentalização da participação popular? In: MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia R. (Orgs.). **Desafios o Rádio no século XXI**. São Paulo: Intercom/Rio de Janeiro: UERJ. n. 12, 2001. p. 234-250. (Coleção GTs)

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Panorama social e cidadania. In: BEZZON, Lara Crivelaro (Org.). **Comunicação política e sociedade**. São Paulo: Editora Alínea, 2005. p 45-64.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PAIVA, Vanessa. A mensagem radiofônica: o acontecimento (re)significado. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2002. p. 551-572.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária: participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. (Org.). **Comunicação Pública**. São Paulo: Alínea Editora, 2004. p. 49-79. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania)

PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o Deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 15-27.

RAMOS, Murillo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, J; SATHLER, L. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005. p. 245-253.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4. ed., São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 191-263.

SOARES, Maria Victoria Benevides. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004. p. 43-64.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 8. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

TIENE, Izalene. Comunicação, cidadania e controle social na gestão pública. In: BEZZON, Lara Crivelano. **Comunicação política e sociedade**. São Paulo: Alínea Editora, 2005. p. 65-73.

TÖNNIES, Ferdinand. Capítulo IV: As tipologias clássicas. Comunidade e sociedade. Tema: relações entre as vontades humanas: comunidade e sociedade na linguagem. In.: BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria sociológica**. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 106-114.(Série estudos teóricos)

WEBER, Max. Comunicação e sociação. In: BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria sociológica**. Tradução: Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hucitec, 1977. (Série estudos teóricos)

\_\_\_\_\_. **Ensaios de sociologia**. Tradução: Waltenir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZUCULOTO, Valci. Debatendo com Brecht e sua teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teoria do Rádio: textos e contextos**. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005. p 47-60.

BARROS REZENDE FILHO, Cyro de; ALBUQUERQUE CÂMARA NETO, Isnard de. **A evolução do conceito de cidadania**. Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté. Disponível em: <[www.unitau.br](http://www.unitau.br)>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 02 de outubro 2010.

DEL BIANCO, Nélia. **Remediação do radiojornalismo na era da informação**. 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-remediacao-radiojornalismo-era-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo Eletrônico de outro tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como barganha política**. 2007. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)>. Acesso em 11 de dezembro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. São Paulo: editora Paz e Terra, 1985. 8. ed. v. 24.(Coleção: O mundo, hoje). Disponível em: <[www.bonatowww.bonatowww.bonatowww.bonatowww.bonato.kit.net/extensao\\_ou\\_comunicacao.pdf](http://www.bonatowww.bonatowww.bonatowww.bonatowww.bonato.kit.net/extensao_ou_comunicacao.pdf)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

JUSTI, Renan; TOMAZ, Máisa. **Como funcionam as rádios comunitárias na Venezuela?** Disponível em: <[www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br)>. Acesso em: 30 de dezembro de 2010.

MELIANI, Marisa. **História das rádios livres no Brasil**. In: \_\_\_\_\_. **O outro lado da voz do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo. Disponível em: <[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)>. Acesso em: 19 de outubro de 2006.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. Disponível em: <[bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.html)>. Acesso em: 13 de janeiro de 2012.

[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em: 26 de julho de 2010.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO; ISNARD DE, Albuquerque. A evolução do conceito de cidadania. In: **Revista Ciências Humanas**. v. 7. n. 2. Ano de 2001. Disponível em: <[www.unitau.br](http://www.unitau.br)>. Acesso em: 21 de abril de 2010.

RIBEIRO, Fernanda. **Dados sobre Santa Luzia**. Mensagem recebida por: denizedaudt@uol.com.br., em 29 de agosto de 2011.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Brasil/2010). Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 26 de julho de 2010.

Buenavista. **A vila (Village, The)**. Estados Unidos: 2004. Direção: M. Night Shyamalan. 108 min. Son. color. Drama.

Quimera Produções. **Uma onda no ar**. Brasil: 2002. Direção: Helvécio Ratton. 92 min. Son. color. Drama.

## APÊNDICES

### A - Formulário de entrevista

#### Apresentação

Meu nome é Denize Daudt dos Santos Bandeira, sou estudante de mestrado da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquiso a relação da comunidade do Setor Santa Luzia e seus reflexos na produção e gestão da Rádio primavera.

#### Identificação do entrevistado

Nome completo:

Sexo:

Idade:

Nível de escolaridade:

Profissão:

Morador do setor Santa Luzia?

( ) Sim ( ) Não

#### Bloco I – Relação do entrevistado com o setor e seus moradores

1 - Há quantos anos você reside no Setor Santa Luzia?

2 - Você participa de alguma atividade promovida no Setor Santa Luzia? Caso a resposta seja sim, especificar qual e o que ela representa para o entrevistado. Se a resposta for não, explicar por quê.

2 - Você conhece a associação de moradores do Setor Santa Luzia? Qual a sua percepção sobre a associação de moradores?

3 - Você já foi convidado para participar de alguma reunião para discutir os problemas do Setor Santa Luzia? Caso a resposta seja positiva, especificar quem o convidou e qual o motivo da reunião. Nesse caso, você aceitou o convite? Se sim, o que motivou sua participação? Se



não, por que não participou?

4 - Quais as atividades você realiza no setor e como você define a sua relação com os demais moradores do Setor Santa Luzia?

5 - Qual a sua relação com os seus vizinhos? Vocês realizam alguma atividade juntos?

## **Bloco II – Entendimento do entrevistado com o conceito de comunidade**

1 - O que você entende por comunidade?

2 - Se você tivesse que definir comunidade, como você o faria?

3 - Qual a importância da comunidade para você?

## **Bloco III – Compreensão sobre qual a percepção do entrevistado sobre a Rádio Primavera e sobre o conceito de rádio comunitária.**

1 - Você conhece a Rádio Primavera 89,7 FM? Caso a resposta seja sim, qual a sua relação com a emissora?

( ) Sim ( ) Não

2 - Tem o hábito de ouvir a emissora?

( ) Sim ( ) Não

3 - O que você entende por rádio comunitária?

4 - Você já participou de alguma rádio comunitária? Se a resposta for sim, perguntar como e por que. Se a resposta for não, perguntar por quê.

5 - Como você faz para ficar sabendo o que acontece no seu bairro?

**B – Termo de Livre Consentimento**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
LINHA DE MÍDIA E CIDADANIA

**TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO**

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa "O sentido de comunidade e seus reflexos sobre as rádios comunitárias", assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável, Denize Daudt dos Santos Bandeira.

A participação nesta pesquisa é isenta de qualquer tipo de custo ou benefício por ambas as partes envolvidas. O objetivo do projeto é traçar o perfil da comunidade Santa Luzia na tentativa de compreender os seus reflexos na cidadania e no uso da comunicação como instrumento de mobilização social.

A pesquisa integra o programa de mestrado em Mídia e Cidadania da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás, UFG, sob coordenação do professor Doutor Luiz Signates.

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos,  
R \_\_\_\_\_, residente à Rua \_\_\_\_\_,  
concordo em participar da referida pesquisa. Tendo sido devidamente informado e esclarecido sobre a finalidade do trabalho.

Aparecida de Goiânia, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2011.

Assinatura do entrevistado \_\_\_\_\_

Facomb - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia - Universidade Federal de Goiás -  
Campus Samambaia, Goiânia - Goiás. CEP: 744001-970. Caixa Posta 131.

Contato: (62) 3521-1335. Fax (62) 3521-1133.

## C - Entrevistas

**Carla**

**24 anos**

**Cursando ensino médio**

**Cabeleireira**

**Reside Setor Santa Luzia há 22 anos**

**Como é a sua relação com o bairro e os moradores daqui?**

É bom, por eu trabalhar praticamente com a maioria das pessoas aqui, né? Precisar delas... É boa. É uma relação boa.

**Você participa de alguma atividade com os moradores do seu setor?**

Atividade... Como assim?

**Faz alguma atividade, participa de alguma coisa com os seu vizinhos? Ou é só olá, tudo bem?**

Não, só isso mesmo. E quando vem para arrumar o cabelo, essas coisas comigo, converso, sento. Só.

**Então não tem nenhuma atividade específica que você realiza com seus vizinhos?**

Não.

**Você já participou de alguma associação de moradores?**

Também não.

**Já foi convidada alguma vez para participar?**

Também não.

**Se fosse convidada, participaria ou não?**

Participaria, sim. É bom conhecer seus vizinhos, né? Conhecer as pessoas do bairro.

**Já foi convidada para participar de alguma manifestação em prol de alguma melhoria do bairro?**

Não. Também não.

**Já foi convidada?**

Não, nunca fui convidada.

**Se eu perguntar como você define a sua comunidade aqui no Santa Luzia, o que comunidade significa para você?**

Definir a comunidade? Acho que aqui o Santa Luzia está bem esquecido. A comunidade está bem esquecida. Porque... É época de mutirão, época de votação, eles vêm fazer alguma coisinha... Faz uma limpeza mais ou menos... Mas questão de saúde é esquecida... A gente não tem Cais aqui... E aqui tem muitos setores, Santa Luzia, Jardim Olímpico, Tocantins... E a única coisa que a gente tem é um posto de saúde, que funciona até às 4 horas da tarde. E que não traz benefício nenhum. Se você chegar lá com alguma coisa grave, você não é atendido... Você não é socorrida.

**Você acha que essas coisas são de responsabilidade de quem?**

Acho que é responsabilidade do governo, né?

**O que a comunidade poderia fazer para melhorar isso? Você acha que tem alguma coisa que a comunidade poderia fazer?**

Pra melhorar? A comunidade fica de mão atada, né? O que que a gente pode fazer? Não pode fazer muita coisa... A gente não tem nem condições nem bens pra isso, né?

**Você sabe me informar se tem alguma rádio comunitária aqui no setor?**

A gente usa muito a rádio... Como que chama a rádio aqui, ó...

**A Primavera?**

É, a Rádio Primavera... É pra anunciar propaganda do salão, reclamar de alguma coisa... A gente usa lá, mas o pedido não é muito escutado... como se diz, o nosso grito de guerra não é bem escutado lá, não...

**Mas por quê?**

Ah... Eles não dão muito ouvido para rádio de setor, né?

**Mas é por que as pessoas não escutam ou por que a rádio não tem dado apoio?**

Porque as pessoas não escutam... fingem que não escutam... muita gente, né?

**Os moradores ou o poder público?**

O poder público... Porque os moradores fazem esse tipo de reclamação, mas nada é feito. Inclusive ontem eu estava vendo o jornal, e vi um pessoal do Jardim Olímpico reclamando sobre o posto de saúde.

**Então você acha que o poder público não tem dado retorno...**

Não, e tem muito tempo... A questão desses prédios aqui, ó... A gente que mora aqui perto, a gente não aguenta o mau cheiro, porque não tem fossa, não tem nada. O esgoto é aberto... Então tem muito tempo que a gente reclama, reclama e nada é feito.

**Você já foi lá na rádio Primavera?**

Já. Eu indo pessoalmente, não. Mas eu já mandei anunciar e fazer algumas reclamações. Porque como aqui é um salão, vem muita gente que reclama, fala, né? Mas não adianta.

**Você saberia me definir o que é uma rádio comunitária?**

Um rádio comunitária... Uma rádio onde todo mundo participa, né?

**Mas você acha que essa participação se dá dessa forma como você tem participado, passando comercial, essas coisas assim?**

É também né... reclamando, e também pedindo...

**Você já foi convidada alguma vez para ir lá, pra conhecer a rádio?**

Não.

**Você falou do prédio... Você já viu alguma manifestação dos moradores por causa disso?**

Não. Eles já vieram, filmaram lá... porque o esgoto fica a céu aberto e do lado tem a escola... um mau cheiro de tarde e à noite, que ninguém aguenta. Mas nada é feito... Eu não sei, alguma coisa deve ter ali... Alguma peixada muito grande...

**Por que será que os moradores nunca fizeram nenhuma manifestação?**

Também não sei... E muita gente que mora lá reclama no sentido do mau cheiro...

**Você gostaria de acrescentar alguma coisa, Carla?**

Ah, eu queria que o poder público olhasse mais aqui para o nosso setor... porque questão de saúde, né? Muita poeira... O que adianta fazer asfalto e não fazer meio-fio? Aí a poeira toma de conta. Só, isso aí.

**Ana**

**40 anos**

**Ensino médio completo**

**Do lar**

**Reside Setor Santa Luzia há 14 anos**

**Como é o seu dia a dia aqui no setor, sua relação com os vizinhos?**

É uma relação boa com os vizinhos, né? Meu dia a dia é um dia a dia corrido, arrumar casa, levar menino para escola... À tarde... só aqui em casa mesmo...

**Você participa de alguma atividade com seus vizinhos?**

Atividade, não.

**Você já participou de alguma atividade em prol da comunidade aqui do setor?**

Aqui do setor... não.

**Já foi convidada para participar de alguma atividade para melhoria do bairro?**

Pra melhoria já.

**E participou?**

Participei.

**Por que participou?**

Pra melhoria do setor, né? A gente precisa muito na área da saúde, né? Creche, porque são poucas as que tem... e melhorar um pouco mais, né?

**Você lembra para o que era a atividade da qual você participou?**

Era na época da política [risos].

**Só participou em época de política?**

Isso, na época de política... [risos]

**Conhece alguma associação de moradores aqui do setor?**

Só de nome. Na igreja (Católica) onde eu frequento, eles sempre falam das comunidades...

**Fora da igreja, você conhece alguma associação de moradores?**

Não.

**Nunca participou de nenhuma?**

Não.

**Já foi convidada para participar de alguma?**

Não.

**Se fosse convidada, você participaria?**

Sim, iria.

**Por quê?**

Para conhecer um pouco mais, né? Ficar mais informada.

**Com esse seu dia a dia corrido, como você ia fazer?**

Uai, dividir o tempo...

**E aí ia conseguir...**

Com certeza.

**Fora de casa, a igreja é sua única atividade no bairro?**

A igreja eu frequento aos domingos. Quando eu vou, o padre fala das reuniões que têm nas casas. Mas eu nunca fui.

**Você falou que gosta de seus vizinhos, da vizinhança, mas tem uma relação só de bom-dia, boa-tarde...**

É só bom dia, boa tarde. A única vizinha que vou na casa é a Maria, que mora aqui de frente.

**Por que isso?**

Porque eu sô caseira mesmo [risos]. No final de semana é que dou uma saidinha. No resto fico mais é quieta em casa.

**A senhora falou sobre questões de saúde... De quem é a responsabilidade sobre a saúde, limpeza do bairro?**

A limpeza do bairro tinha de ter a colaboração dos moradores. Colaborando com a limpeza, o setor fica mais limpo, a cidade, né?... E também a prefeitura, que também tem que ajudar, né? Acho que é isso...

**E saúde e asfalto, são obrigações de quem? A sua vizinha aqui falou que é do poder**

**público. E a senhora, o que acha?**

Asfalto, sim. Eles é que têm arrumar as ruas, que vivem cheias de buracos, tapar os buracos... Não vir aqui só na época de política... Ontem mesmo eu passei ali na W-5, na rotatória, onde ele fizeram um canteiro... está tudo detonado. Tudo queimado, precisa de água... Nesse caso, a prefeitura, que é quem toma de conta, deveria dar uma limpada. Não só na época de política... Ter mais cuidado para ficar um setor mais organizado, mais bonito.

**Você falou que na sua igreja fala-se muito a respeito da comunidade. Como você definiria para mim uma comunidade? O que é uma comunidade para você?**

Comunidade é assim, participar das reuniões. Acompanhar o que está acontecendo no setor, na casa da gente, enquanto família, né? É... Hoje, igual aqui no nosso setor, a droga anda aberta... Acho que a gente reunindo as pessoas da comunidade, debatendo, conversando, acho que podemos resolver muita coisa, né?

**Você vê isso aqui no setor? As pessoas se reunindo, discutindo...**

Aqui no setor, não. Quando eles falam, a gente comenta, os padres lá na igreja chamam as pessoas para fazer reunião nas casas, né? Falam de respeito, de religião também, outras coisas que estão acontecendo...

**Na sua opinião, por que as pessoas não se juntam para tentar resolver problemas como esse das drogas?**

Acho que alguns moradores porque têm medo. A violência anda demais. Você liga a televisão, e só vê morte... notícia de droga, violentar, matar família... Acho que é o medo, que acaba afastando as pessoas, até para não ter problemas para eles.

**Nesse ponto, você acha que a igreja tem um papel importante?**

Acho que sim, porque a gente indo para a igreja o padre conversa com as pessoas, ajuda a própria família. Tem pais que têm filho que mexe com drogas, e sofrem muito com isso, né? Não só os padres, mas também os pastores, outras religiões.

**Você sabe se aqui no setor tem alguma rádio comunitária?**

Rádio comunitária tem.

**Você conhece?**

Conheço. É a Primavera, né?

**Você já escutou ou tem o costume de escutar?**

Já, já.

**O que você acha da rádio?**

Acho os locutores comunicativos... Brincam, procuram saber o que está acontecendo no bairro. De vez em quando eu ouço. É que o rádio aqui quase não pega...

**O que você entende por rádio comunitária?**

Acredito que é para saber um pouco assim do dia a dia do setor, né? A rádio comunitária é do entorno de Aparecida, né? É para nós ficarmos mais informados sobre o que está acontecendo.

**Já participou ou visitou a rádio?**

Participar não, mas já fui convidada. Aliás, já participei, igual estou aqui falando com você, falando ao vivo... Ligando, mandando assim um alô para o pessoal, para a família.

**Quem a convidou, você se lembra?**

O próprio proprietário da rádio.

**Qual foi o convite que ele lhe fez?**

Ele chamou para ir lá, né? Visitar, para estar participando e conhecendo um pouco mais a rádio...

**A televisão é o meio de comunicação que você mais usa para ficar sabendo das coisas?**

É, né? A televisão, o telefone... o rádio também, né? Mas é mais mesmo a televisão e o telefone, né?

**Márcia**

**43 anos**

**Ensino médio completo**

**Vendedora**

**Reside no Setor Santa Luzia há 21 anos**

**Como é o seu dia a dia aqui no setor?**

De manhã, eu levanto, dou uma arrumadinha aqui na casa. Depois do almoço, dou uma saidinha, porque sou vendedora. Com os vizinhos, tenho amizade com todo mundo. Todo mundo é muito gente de boa. É isso o meu dia a dia. No final de semana, saio, passeio.

**Você participa de alguma atividade aqui no setor?**

Não, não.

**Atividade voltada à busca por benefícios ao setor, por exemplo?**

Não, não participo de nada disso.

**Conhece alguma associação de moradores?**

Também não.

**Já foi convidada para participar?**

Já.

**E por que não participou?**

Não tive interesse em participar.

**Por quê?**

Porque não gosto de participar desse tipo de evento.

**Mas por quê?**

Não são as pessoas, nem nada. É porque não me interessa mesmo.

**Das atividades com os moradores, o que você realiza? Ou é só bom dia, como vai?**

É só bom dia, como vai...

**Se eu lhe perguntar o que você entende por comunidade... O que é comunidade para você?**

Essa pergunta não sei te responder...

**Como você se sente integrante da comunidade Santa Luzia, ou não se sente integrante?**

Me sinto. Gosto do setor, gosto de morar aqui...

**Mas é uma relação mais com o bairro do que com os moradores?**

É, pelo bairro mesmo.

**Você falou que já foi convidada para participar de uma atividade. Você se lembra que atividade era?**

Era na época de política, quando eles fazem aqueles eventos... pra pedir votos, dizer o que vão fazer no setor...

**Mobilizações políticas? E você não participa por quê? Porque não acredita...**

É porque eu não acredito. Eles visitam as casas nessa época... É por isso que eu não participo.

**Parte das ruas aqui do bairro foram asfaltadas há pouco tempo. Para você, essas melhorias são de responsabilidade de quem?**

Dos políticos. Mas eles demoraram demais. Estou aqui há 21 anos e o asfalto só chegou há quatro anos.

**Você acha que os moradores têm alguma responsabilidade nisso?**

Tem. Eu, por exemplo, não voto aqui. Voto em Goiânia.

**Por quê?**

Por isso, porque não acredito nos políticos. Eu transferi meu voto para Goiânia e ficou lá.

**Você acha que, se os moradores se unissem mais, isso poderia beneficiar o setor?**

Com certeza. Se eles tivessem mais interesse.

**Ma mesmo assim você não participaria?**

Não, não participo... Não voto nos políticos daqui.

**Essa questão de saúde, moradia seria de responsabilidade do político?**

Isso, é...

**Nesse caso, qual é a responsabilidade dos moradores com o bairro?**

Nesse caso, eu estou falha, né? Porque não participo de reuniões, não participo desse tipo de coisa. Mas os vizinhos, eu acho que eles participam. Eu vejo quando têm as reuniões, eu passo por lá e vejo que tem muita gente.

**Mas isso é na época de política?**

É mais é na época de política mesmo.

**Qual é o meio de comunicação que você mais usa para ficar informada das coisas?**

Só a televisão.

**Você acha que é importante para ajudar a conhecer um pouco mais...**

É, também acho... Porque tem o jornal daqui da cidade, tem a TV Anhanguera, que é daqui da Goiânia.

**Você sabe se tem alguma rádio comunitária aqui no Setor Santa Luzia?**

Tem uma pirata. Tem uma rádio pirata aqui no setor.

**Você lembra o nome?**

Não, não lembro.

**Você sabe o que é uma rádio pirata?**

É porque ela não é, como fala... Ela é ilegal.

**Comunitária você não conhece?**

Não, não.

**José**

**22 anos**

**Superior incompleto, estagiando**

**Estudante**

**Reside Setor Tocantins há 3 anos**

**Você participa de alguma atividade promovida aqui no setor?**

Não.

**Já recebeu algum convite para participar?**

Alguma festinha, sim, em casa de conhecido.

**Mas algum outro tipo de atividade...**

Não, nem recebi convite.

**Se fosse convidado para participar de alguma atividade que envolvesse a comunidade, você participaria ou não?**

Dependendo do evento, iria sim.

**Conhece alguma associação de moradores daqui ou foi convidado para participar?**

Não, não.

**No dia a dia, qual é a sua relação com o setor?**



Eu quase não fico aqui, porque saio de manhã. passo o dia inteiro na rua, tenho aula à noite e depois chego aqui umas dez, onze horas. Praticamente só venho para dormir...

**Mesmo no final de semana?**

É, no final de semana também...

**Como é sua relação com os vizinhos?**

Normal. Os que conheço trato muito bem. Normal.

**Você frequenta a casa desses vizinhos, tem uma convivência mais próxima?**

Não, só de conhecer mesmo... sem saber quem é. Não frequento. É oi, bom dia e só.

**Não faz nenhuma atividade junto com vizinho...**

Não, não. No máximo assim, quando saio com meus primos. Eles conhecem aqui mais que eu, porque eles moram há mais tempo... Quando eu saio com eles, é nas casas de amigos deles, né? Então, sou convidado, mas não é frequente nem conheço...

**Isso é uma opção sua ou você não se relaciona mais por algum motivo?**

Não, é mais porque quase não fico aqui. Então, não tenho mais contato assim... É a faculdade e quando é final de semana estou na casa da minha namorada.

**Se eu pedir para você definir o que é uma comunidade, o que você entende por comunidade?**

Comunidade é onde as pessoas convivem entre si, em harmonia e estabelecendo relações.

**Sendo assim, você poderia definir o setor aqui como uma comunidade?**

Eu creio que sim. Porque mesmo eu não tendo contato, as outras pessoas têm, conseguem estabelecer relações entre elas.

**Para você, qual é a importância da comunidade no dia a dia dos moradores?**

Não sei te responder. Para mim, a minha comunidade que eu vivo... eu saio cedo, vou para o meu trabalho, que eu faço estágio. Fico lá e depois vou para a faculdade. Essa é a minha comunidade. É o tempo que eu tenho.

**Sobre questões que dizem respeito ao coletivo, como saúde, meio ambiente etc. Para você, de quem é a responsabilidade para assegurar essas coisas?**

Eu acho que todo mundo é um pouco responsável, para falar a verdade. Porque não adianta o governo dar incentivos, fazer a parte dele e a gente não fazer a nossa. Por exemplo, questão de meio ambiente, aqui é precário em coleta seletiva, que quase não tem... na verdade não tem aqui em Aparecida ainda. Em Goiânia até já tem. Não adianta se a gente não faz a nossa parte. Jogar lixo na rua... Não adianta o jovem querer segurança se eles mesmos vão para balada para brigar... Segurança... sim. Eu sei que é violento, mas comigo até hoje nunca aconteceu nada. Então não posso falar assim...

**Você acha que a comunidade tem essa consciência do papel dela?**

Não. Acho que algumas pessoas têm. Outras não. Acho que pelo grau de escolaridade.

**Você acha que esse é um dos motivos?**

É um dos motivos. Não é, assim, o motivo...

**Você disse que não vê muito as pessoas se mobilizando. Por que você acha que acontece isso?**

Não sei bem porque, não. Acho que por falta de conhecimento. Falta de vontade delas querer mudar alguma coisa. Porque vejo muito as pessoas reclamando. Elas reclamam, reclamam, mas nunca fazem nada. Acho que também por falta de tempo. Porque a maioria trabalha e não tem tempo. Trabalham das seis da manhã até as dez horas da noite. Acho que pode ser isso...

**Aqui no setor a gente tem uma rádio comunitária, a Rádio Primavera. Você já tinha ouvido falar dela antes?**

Nunca ouvi falar. É a primeira vez que ouvi isso, que tem uma rádio aqui, comunitária.

**Já ouviu o termo rádio comunitária antes?**

Já, já.

**O que pra você é uma rádio comunitária?**

É o espaço para as pessoas defenderem os interesses de uma determinada comunidade. Pra expor o problema da comunidade, falar na rádio... “Olha tá precisando disso, disso, disso...” Vamos pôr a boca no trombone e falar. Uma coisa assim.

**Você acha que seria uma coisa legal pra comunidade? É uma ideia boa?**

Sim. Mas tem que ser levada a sério. Não é uma coisa “Ah, vamos fazer uma rádio comunitária!”. Se as próprias pessoas não levarem a sério... Porque você pode fazer uma rádio comunitária e tá lá batalhando, se a própria pessoa da comunidade escutar, entrar num ouvido e sair pelo outro. Ela não leva a sério aquilo. Acha que é bobeira ou simplesmente não tem interesse.

**Você acha que a educação seria o caminho para esclarecer isso?**

Eu acho que sim.

**Como é que você se informa sobre o que acontece no seu bairro?**

É no boca a boca. É fofoca. Não sei muito o que acontece aqui, a não ser tragédia né? “Ah, Fulano de tal morreu... ou foi assaltado!” E é por aqui mesmo, as pessoas vêm, falam. A gente fica sabendo, às vezes até dentro do ônibus, as pessoa conversando e a gente fica sabendo.

**Beatriz**

**54 anos**

**Ensino médio completo**

**Modelista industrial**

**Reside Setor Tocantins há 14 anos**

**Você participa de alguma atividade aqui no Setor Santa Luzia?**

Não, nenhuma. Não tenho tempo. Mal conheço os meus vizinhos. É bom dia, boa tarde e só...

**Você não participa por que nunca foi convidada?**

Também, porque vai indo a pessoa até deixa de convidar... A pessoa nunca participa. Então, o único lugar social assim, que eu participa aqui é a igreja, aos domingos, a missa. E mais eu vou é para a casa da minha família mesmo, das minhas irmãs, almoçar, jantar, um aniversário, qualquer coisa nesse sentido. Mas aqui no setor, praticamente amigos eu nem tenho. Conheço poucas pessoas. Então, os mais próximos são os vizinhos mesmo. Igual aqui, quem é o vizinho mais próximo, a amiga mais próxima? É a Ivonete, que mora aqui do lado. Mas eu não sei nem o nome da vizinha do lado direito, por exemplo. É bom dia, boa tarde...

**Isso acontece porque você é muito ocupada ou é uma característica?**

Acho que é uma característica da cidade grande... As pessoas, igual eu, trabalho fora e tenho que cuidar da minha casa, né? Não é que eu trabalho fora, porque eu trabalho para mim. Mas tenho duas atividades muito intensa, tenho muita clientela, poucas pessoas que ajudam... E ainda tenho que cuidar da minha casa, porque eu tenho três filhos homem que não fazem nada. Se meus filhos homens fossem mulheres, talvez eu tivesse mais tempo pra mim, pros vizinhos, para a comunidade enfim. Mas eu acredito que seja por isso mesmo. E é uma característica minha também, porque eu sou uma pessoa sistemática. Eu não sou uma pessoa assim muito aberta a eventos sociais... à tarde sentar na porta da rua, como as pessoas do interior, que conhecem todo mundo, sabem o nome de todo mundo, cumprimenta pelo nome. Às vezes, clientes mesmos, que vêm aqui na loja, eu pergunto o nome. Mas as vezes eu até

tenho dificuldade, por causa do excesso de atividade que eu tenho. É difícil até memorizar. Às vezes as pessoas chegam aí e “Bia” e “Bia”, Beatriz né? e eu converso com elas e eu penso: “Meu Deus do Céu, quem está falando?” São muitas pessoas, e eu sou sozinha para memorizar tanta gente. Mas eu gostaria de ter uma vida social até mais intensa, de poder sair num domingo, apesar que o meu bairro, meu setor é muito carente de vida social. Agora que estava olhando e vi que saiu um restaurante ali, uma pizzaria. Mas aqui no setor não tem uma praça pro jovem ir. Sem falar na segurança, que também não tem.

**Você acha que a violência é um empecilho, nesse sentido?**

Muito. Além de eu não sair, ainda fico brigando com os meus filhos para não saírem também. Porque você só sabe que saíram vivo... Menino sai de moto tem “enes” motivos para você se preocupar: podem querer roubar a moto. Eu não tenho sossego. O Dominique trabalha à noite, chega às 2, às vezes, 4 horas da manhã. E eu fico aqui esperando, por quê? Porque quando ele chega, eu acendo a luz, faço movimento, porque se tiver alguém que quiser roubar a moto dele, machucar, eu tô aqui pra acudir, mesmo que eu não consiga, mas eu penso isso. Mas eu tenho medo, sim! Violência, violência. Ultimamente, eu não vejo jornal. Agorinha eu tava ali, entrei lá dentro, um rapaz todo machucado... Por quê? Bullying. Esses dias mesmo, vi aí um pai, que estava abraçado com o filho num parque e foi agredido... Esse menino faz faculdade à noite, enquanto ele não chega, eu não tenho sossego... Você entendeu? O outro trabalha à noite. É a violência que impede a gente de ter vida social. A minha irmã, que mora no Setor Pedro [Ludovico], um dia desses, estava num pit dog, chegaram não sei de onde e resolveu fazer um lanche com a família, e aí chega assaltante...

**Você conhece alguma associação de moradores aqui no setor?**

Não, que eu saiba, não.

**Já convidaram você alguma vez?**

Não, nunca, nunca....

**Se você fosse convidada, você participaria?**

Depende do horário. Iria, sim. Mas isso aí não é tanto por medo, mas por falta de tempo mesmo. Eu estou passando por um momento de dificuldade financeira um pouco complicado... E eu tenho que trabalhar, porque não sou funcionária... Quando você é funcionária, você se preocupa só com o final do mês... mas você recebe. Quando você trabalha por conta própria, é mais complicado. Então, eu acho que é mais é essa falta de tempo mesmo. Agora, vida social noturna, não tenho. Mas é por causa da violência. À noite, mesmo pra voltar, você já tem medo... aqui que tem muito boteco, o ambiente não é muito favorável.

**O que, para você, é uma comunidade?**

Uma comunidade, pra mim, em primeiro lugar, é segurança. Onde uma família pudesse sair, no fim de tarde, e que fosse num pit dog, numa sorveteria, numa pracinha levar as crianças pra brincar. Você entendeu? Então, em primeiro lugar, segurança. Segundo lugar, saúde. Acho que a saúde está muito... quem não tem um plano de saúde bom, tá muito carente, você não acha um médico. Você não tem como conseguir, sabe? Então, primeiro lugar segurança, em segundo lugar, saúde. Vida social... Igual estou te falando, a gente não tem uma praça! Os jovens não têm pra onde ir. Sabe? E é por aí...

**Para você, qual seria a importância dessa comunidade para a vida de cada morador?**

Nossa, uma importância grandiosa. Em termos de educação, por exemplo, porque educação não é só o que você aprende na escola, não. É formação moral. Então, nessa comunidade, se tivesse pessoas ali, por exemplo, pra dar conselhos, como pai e mãe davam antigamente, pros jovens, pra saber o que é respeito, sabe? Respeitar limites, respeitar horário, respeitar os mais velhos... Um ia aprendendo com o outro. Porque você aprende mais é com o exemplo. Não é

só na escola. Você entendeu? Eu gostaria muito, porque seria muito melhor...

**Sobre saúde, segurança, para você isso é responsabilidade de quem?**

Não sei se aqui tem um vereador, não conheço. Já ouvi falar que tem um representante de bairro, que seria a pessoa... Acho que não tem mais. Então, a gente procura a polícia em termos de segurança, que a gente não tem. Outra coisa, a gente vê praticamente em cada esquina um traficante... E a gente... Você sabe que é e, às vezes, não tem pra quem denunciar, porque nem sempre o policial é aquele confiável que você pode chegar lá e falar com ele.

**Você acha que a própria comunidade poderia fazer alguma coisa para mudar essa realidade?**

Pode, pode, sim. Pode se manifestar, exigir seus direitos. Se a gente é obrigado a pagar impostos, por que que a gente não tem direito a reclamar, a se manifestar? Pode, sim. Eu acredito que pode, sim.

**A gente vê pouco essas manifestações...**

É comodismo, né? Porque as pessoas acham mais fácil reclamar do que correr atrás. Ou então ficar na defensiva, pondo culpa no vereador, no prefeito, no rapaz que cata o lixo ou que não cata. Todos nós somos falhos nisso. Porque quando eu morava na minha casa ali embaixo, tava tendo assim tráfico nas portas das casas. Teve um dia que aconteceu de eu encontrar assim uma moto roubada com um monte de coisas... E eu falei, não quero mais esse espaço aqui desse jeito, escondendo bandido, e era no meio da avenida. Quer dizer, quando você reclama, e o cidadão tem direito, mas eles não gostam. Mas eles fazem o que você pede. Porque você paga imposto e você tem direito. Eu acho assim, todo político é um servidor público. E sendo servidor público, ele é empregado de quem paga os impostos. E ele tem por obrigação fazer o serviço dele bem feito. Porque quando você vai pagar o imposto eles não dão desconto, se a rua tá escura, se as passarelas estão todas cheias de lixo. Não tem um contêiner para pôr um cachorro morto.

**Você acha que as pessoas, hoje, estão reivindicando menos? Antes, as pessoas eram mais ativas nesse sentido? O que você acha, você que já mora aqui há 15 anos?**

Eu acho que o povo está ficando cada vez mais acomodado. Você sabe o que acontece, hoje em dia tem muito benefício, e o povo contenta com pouca coisa. Eles contentam com Bolsa-Escola, Renda Cidadã, isso e aquilo. Acho que tem que ter pelo menos isso, mas as pessoas não podem pensar que é porque estão pagando isso, que ele não podem reclamar... Vamos ficar só com isso, porque antes não pagavam nem isso. E aí tem gente que acomoda. Em vez de aproveitar aquela ajuda e correr atrás de mais... Por exemplo, o que eu acho sobre o Enem, o ProUni, eu não acompanho muito, mas acho que ninguém quer estudar. Sobra vagas, ouço sempre dizer que está sobrando vagas. Ninguém quer as bolsas. Ou quando conseguem perde, porque não quer fazer valer... Por que que muitas vezes os filhos dos ricos vão lá e pegam as bolsas dos pobres? Porque os pobres não querem. Agora, pobreza é defeito? Não. Mas burrice é! Você entendeu? Na minha época, se eu tivesse tido essa oportunidade? Na minha época não tinha isso. É uma questão de interesse. Fazer valer seus direitos...

**Aqui no setor tem uma rádio comunitária, a Rádio Primavera...**

Eu não sabia disso. Nunca tive conhecimento. Nunca vi ninguém falar disso.

**Já tinha conhecimento, já ouviu falar de rádio comunitária alguma vez?**

Não, eu já ouvi falar numa rádio tipo comunitária na Feira Hippie, 20 anos atrás... Quando a gente fazia anúncios, essas coisas assim... Na onde que é isso, minha filha? Me mostra, me fala...

**Ali perto dos predinhos, na entrada da avenida.**

Nossa Senhora!!!... Será que lá tem telefone... Vou por quente com esse povo! E por que eles não divulgam isso?

**Cristina**

**58 anos**

**Terceira série**

**Dona de casa (do lar)**

**Mora Residencial Santa Luzia há 15 anos**

**A senhora mora aqui mesmo no setor?**

Moro. Há 15 anos que eu moro aqui no setor.

**A senhora participa de alguma atividade que é promovida aqui no setor? Alguma festa? Tem alguma atividade que a senhora participa?**

Tem. Evangélica tem.

**A senhora participa de que igreja?**

Ministério Cristo para Todos. Assembleia Ministério Cristo para Todos.

**Tirando a participação na igreja tem mais alguma coisa que a senhora participa?**

Não. Assim, alguma festividade para mim participar não tem não. Somente mesmo a igreja.

**A senhora não participa por que não gosta ou por que ninguém nunca convidou, ou, o tipo de atividade que convidou... [A entrevistada interrompeu a pergunta]**

Porque não gosto.

**A senhora conhece aqui no setor alguma associação de moradores?**

[longa pausa] Associação assim como?

**De moradores que se reúnem pra pedir algum benefício para o setor?**

Não.

**Já foi convidada alguma vez para participar de alguma associação?**

Nunca. Não. Nada disso nunca.

**Nesses 15 anos, nenhuma?**

Nenhuma.

**Alguma reunião para discutir problemas aqui do setor?**

Também não.

**Ninguém nunca passou, nunca convidou para participar?**

Também não.

**E se a senhora fosse convidada para participar de alguma reunião em relação ao levantamento de problemas aqui do setor, a senhora participaria?**

Eu acho que sim.

**Participaria? Então realmente é uma falta de convite?**

Hum, hum.

**Quais as atividades que a senhora realiza assim, junto aos vizinhos, a senhora tem uma relação mais próxima com seus vizinhos ou também não?**

Não.

**Só aqui mesmo, em casa?**

Só.

**Se eu perguntasse assim para a senhora, bom, o que a senhora define como comunidade aqui no setor. Como a senhora percebe a comunidade aqui no Santa Luzia?**

Uma comunidade, como assim?

**Como a senhora percebe a relação dos moradores dentro do setor, dos vizinhos... Essa relação aqui de vizinhança.**

[pausa] Não tenho nada pra falar sobre isso aí não. Porque eu não convivo com vizinho. Só. Porque os vizinhos aqui são muito traíra. E aí eu fico aqui no meu canto aqui. Então, eu não

sei falar nada sobre isso aí.

**A senhora acha que é melhor ficar...**

No meu canto queta aqui mesmo. Porque aqui os vizinhos são assim, ó: olho por olho dente por dente. Então. Eu sô mais quietinha aqui no meu. Só saio daqui pra escola, levar menina, buscar e pra igreja. E pronto. Meu convívio é só mesmo é com os evangélicos.

**Mas, lá na igreja, consegue ter uma comunhão maior entre as pessoas...**

Ixi. Muito bom.

**Mas vocês fazem alguma atividade aqui no setor, ou mais na comunidade da igreja?**

Somente com a comunidade da igreja. Essa parte assim, só mesmo junto com os irmão mesmo.

**Qual a importância que a senhora vê, bem que a senhora colocou aí essa dificuldade de relacionamento né?, não que a senhora tenha uma dificuldade de relacionamento, mas da questão de como as pessoas lidam no dia a dia com as outras pessoas, né? Mas se a senhora fosse pensar, por exemplo, um ideal de moradia. Como a senhora acha que seria esse ideal entre os moradores? Por que assim, antigamente as pessoas tinham uma relação mais próximo com os vizinhos, né?**

Tinha sim. Primeiro tinha.

**Então, assim, como a senhora acha que deveria ser essa relação?**

Nem sei. Nem sei dizer isso aí. Sei lá. Eu acho que falta mais é diálogo, de conversa. Eu sei lá. Nem sei explicar isso aí.

**E senhora acha que por que as coisas ficaram assim? Antigamente os vizinhos precisavam de uma pessoas para fazer uma coisa, fazer outra, você tinha uma proximidade grande. O que a senhora acha que aconteceu que chegamos a esse ponto?**

Não. Lá onde eu morava, lá em Niquelândia, era diferente daqui. Depois que eu mudei pra qui as coisas aqui foi bem diferente. Eu nunca tive assim convívio com os vizinhos daqui, não. Porque os vizinhos daqui eles qué mais assim só pra eles. Eles só pensava só neles. E aí, eu fui vendo assim e falei assim, eu vô sair fora dessa vizinhança aqui. Aí, cortei o relacionamento com eles e continue a minha vida pra cá assim só. Nós tem, nós conversa, mas se for assim, eu tiver que ir na casa deles, e eles na minha, não.

**A senhora acha que isso prejudica de alguma forma assim o bairro?**

Acho que não.

**A senhora acha que se as pessoas fossem mais unidas na comunidade podia trazer algum benefício para a comunidade ou não?**

Eu acho que não.

**Ai, eu fiquei curiosa com uma coisa. O que tinha lá na outra cidade que não tem aqui?**

Não, lá em Niquelândia, os vizinhos, nossa, é o dobro melhor do que os daqui. Lá não, lá nós tinha, nós convivia tudo bem um com o outro. Era vizinho mermo, o que um precisasse um do outro era na hora, era bom de mais. Era tudo unido. Mas depois que eu mudei pra qui, fui ver não. Os de lá até hoje nós somo amigos mesmo assim do peito, considera assim como irmão, como irmão mesmo. E os daqui não. Os daqui assim um dia ele está de bem com a gente, quanto é outro dia eles está xingando, xinga a gente tudo.

**A gente tem aqui no setor, não sei se a senhora conhece, uma rádio comunitária, a Rádio Primavera. A senhora já ouviu falar alguma vez dessa rádio, não conhece, nunca ouviu nada?**

Nunca ouvi.

**Então não tem hábito de ouvir porque nem conhece? Também nunca foi chamada pra conhecer, nem nada?**

Não. Onde tem isso aqui? Aqui perto, não sabe nem onde é, do colégio Santa Luzia. Então a

Andriele sabe, não é Andriele? - Não

**Como a senhora fica sabendo do que acontece aqui no bairro?**

E, só quando passa aqui no jornal.

**Estou vendo que a senhora não tem nenhuma relação mesmo com o bairro.**

Não. O que tinha que melhorar aqui era na saúde.

**Mas será que se as coisas fossem diferentes, mais unido na comunidade que as coisas seriam diferentes.**

Será?

**Paula**

**43 anos**

**Costureira**

**Segundo primário**

**Reside no Residencial Santa Luzia há 5 meses**

**Nesse período que você mora aqui no bairro, participou de alguma atividade promovida aqui no setor?**

Não. Nada.

**Por que nunca participou?**

Acho que não fui convidada. Nem sei, passa as coisas aqui e nem me dou conta ...

**Você conhece alguma associação de moradores aqui no bairro?**

Não.

**Já foi convidada para participara de alguma associação?**

Não.

**Como é o seu dia a dia aqui no setor?**

É de casa para o serviço e do serviço para casa. Nada, nem lazer... nada.

**Como você definiria para mim sua relação com seus vizinhos?**

Nenhuma. Zero, por enquanto, né? Porque eu saio cedo e chego à tarde. Você sabe como é... do portão para dentro... Acabou, né?

**Na sua opinião, quem deve responder pelos problemas do bairro, como saúde, segurança etc.?**

No meu ponto de vista, aqui falta de tudo, né? Falta de tudo. Eu creio que tem que ter assim um presidente, alguma pessoa, na política, um vereador... Uma pessoa que seja responsável, né? Mas não conheço...

**E sobre a participação da comunidade, você acha que a comunidade deveria ter alguma responsabilidade sobre isso?**

Muito. Acho que sim... Acho não... Tem que ter sim. Todos nós têm que colaborar também.

**Como seria essa colaboração?**

Principalmente da limpeza. Cuidar da limpeza. Organizar. Você vê... Eu acho que a gente tinha que reivindicar mais pelos nossos direitos, né? Mas fica todo mundo aí caladinho. Cada um na sua, né?

**Por que que isso acontece?**

Não entendo. Na verdade, como eu digo, eu estava fora. Mas não entendo. E acho assim, mesmo quando um quer, a maioria não preocupa...

**Você acho que isso mudou ao longo do tempo?**

É como dizem... é cada um por si, e Deus por todos... É assim.

**Você tem uma ideia por que isso tem acontecido?**

Não. Não sei.

**Mas você acha que isso prejudica o bairro?**

Acho que prejudica todos nós, né? Todo mundo, porque pra nós ter melhoria, a gente tem que correr atrás do que queremos.

**Pra você, qual seria o sentido de uma comunidade?**

Não sei como te responder...

**A vida assim entre os moradores de um setor, como deveria ser?**

Acho que deveríamos ser mais unidos. Mas é como te falei, a gente sai, não dá nem bom dia... Passa por outra pessoa ali, não fala nada. Não tem relação nem uma, para começar. Eu acho que isso tinha que ser diferente. Como na nossa infância, por exemplo. Eu mesmo morei no interiorzão, eu conhecia as pessoas de ponta a ponta da cidade. E todo mundo me conhecia. Agora não, né? Não existe isso. Se você tem filho, ou tem que tá no colégio, ou em casa trancado, porque, não sei... muito, é muito diferente agora.

**Você acha que isso pode ser um reflexo da violência...**

Da violência, justamente. Falta de compreensão de muita gente. As coisas tinham que ser diferente...

**Aqui no setor tem uma rádio comunitária, a Rádio Primavera. Você já ouviu falar dessa rádio?**

Não. Primavera, que chama?

**Você já ouviu falar nesse termo "rádio comunitária" antes?**

Não.

**Como você fica sabendo das coisas que acontecem aqui no setor?**

Muitas vezes pela televisão. Jornal, ou alguma coisa. Vizinho fala... "Olha, passou isso"... Porque nem a local eu tenho em casa. É assim, escuto na rádio de vez em quando... alguma coisa.

**Delma**

**16 anos**

**Ensino médio (cursando)**

**Atendista**

**Reside Sítio Santa Luzia há 3 meses**

**Você participa de alguma atividade promovida aqui no setor, ou já participou?**

Não.

**Já foi convidada para participar de alguma atividade?**

Não.

**Já foi convidada para participar de alguma associação de moradores?**

Também não.

**Quais as atividades que você realiza no setor?**

Acordo vou para o colégio, almoço, vou para o serviço, e depois vou para casa, lá pela 9 horas.

**No final de semana, o que você faz aqui no setor?**

Às vezes eu saio, vou para a casa das meninas, das minhas amigas...



**Você já tem, então, suas colegas aqui?**

Já.

**Como é sua relação com seus vizinhos?**

Até agora é boa.

**Vocês fazem alguma coisa juntos?**

Não.

**Se você tivesse que definir o que é uma comunidade, como você definiria? O que você acha que seria uma comunidade, para você?**

A união entre as pessoas.

**Qual a importância disso para você?**

Não sei.

**Sobre os problemas de um bairro, quem você acha que deveria cuidar disso?**

A comunidade.

**E como a comunidade deveria fazer para, então, cuidar desses problemas que são da própria comunidade?**

Não sei.

**Você conhece a Rádio Primavera, que é uma rádio comunitária aqui do setor?**

Não, não conheço. [Saiu para atender o telefone e não voltou.]

**Eva**

**20 anos**

**Ensino médio completo**

**Operadora de Telemarketing**

**Reside no Setor Tocantins há 7 anos**

**Me fala como é o seu dia a dia aqui no setor onde você mora.**

Começo no serviço às 10 pras 8 e fico até às 18 horas. Depois das 18, dependendo do que acontece, arrumo um lugar para passear.

**Mas você passeia aqui mesmo no setor?**

É, no setor. Vou para a casa de amiga, ver os velhos amigos na escola ou sair para lanchar. Ver os namorados...

**No final de semana também é aqui no setor?**

Também aqui no setor...

**Você participa de alguma atividade relacionada a alguma associação de bairro?**

Não.

**Além dos passeios coma as colegas, tem alguma outra atividade que você faz aqui no bairro?**

Não, nenhuma.

**Alguém já te convidou para participar de algum trabalho de associação de moradores?**

Não.

**Você conhece alguma associação de moradores daqui do bairro?**

Conheço. Só tem o nome lá... Mas conheço.

**Mas eles nunca te convidaram para nenhuma atividade?**

Não.

**Se fosse convidada, você participaria?**

Participaria.

**Participaria por quê?**

Porque é importante ajudar a comunidade. Faz parte do seu setor, do seu dia a dia.

**Problemas de um bairro, como segurança, saúde, educação, na sua opinião, deve ser uma preocupação de quem?**

Dos próprios moradores.

**E por que os moradores, então, não se mobilizam para isso?**

Porque não tem uma pessoa com pulso para comandar a associação. Porque se tivesse, todo mundo estaria envolvido.

**Existe alguma atividade no bairro que envolva a comunidade?**

Quando tem alguma coisa lá no *colegião*, vai o pai, o tio, os familiares dos alunos...

**Você disse que os próprios moradores seriam uma peça importante para resolver os problemas da comunidade. Como isso seria possível?**

Você apertou, agora! Acho que deveria ter mais união. Pobre e rico. Um tem que ajudar o outro.

**E por que você acha que isso acontece?**

Desigualdade social... política, religião... certos grupinhos.

**Nesse período que você mora aqui, você viu alguma mudança nessa relação entre as pessoas?**

Muitas. Asfalto. Tem mais comércio. As pessoas estão mais unidas, mais comunicação...

**Como assim mais unidas?**

Tem mais contato entre os setores da região, o Santa Luzia, o Tocantins... As pessoas não ligam mais qual setor é qual. Quem mora lá embaixo antes era tratado como favela. Hoje, é tratado como setor. Porque só era setor quem morava da avenida para cima. Da avenida para baixo, não fazia parte. Agora, todo mundo já conversa com todo mundo...

**Para você, foram os benefícios que fizeram isso, as pessoas olharem para os outros como iguais, nesse sentido?**

Fez as pessoas ficarem mais unidas.

**Você falou que tem havido mais comunicação entre as pessoas do setor. Para você, qual a importância da comunicação?**

A importância é que, através da comunicação, a gente sabe tudo que acontece. Porque assim, antes eu não sabia que existia comércio, distribuidora, chácaras de evento. E através da comunicação, a gente descobriu que tem chácara lá do outro lado. E vem gente do Setor Sul, Marista, tudo para alugar. Através da comunicação, nós descobrimos que outras pessoas de outros setores estão usufruindo do nosso setor, no caso, as chácaras. Através da comunicação, outras pessoas, como da Vila Brasília, que é considerado um setor ótimo, tem gente de lá vindo morar aqui. Através da comunicação, ele perceberam que melhorou o asfalto, a iluminação, e estão vindo para o nosso setor, que deixou de ser favela, e virou um setor.

**Você tem mais amizade no seu próprio setor ou fora dele?**

Meu maior foco é o meu setor. Daí vem as pessoas dos outros setor e os penetras da cidade, e vai girando um ciclo de comunicação.

**Você já ouviu falar da Rádio Primavera?**

Eu já vi o carro duas vezes...

**Mas já ouviu a rádio alguma vez, participou da programação?**

Nada, nada.

**Lá funciona uma rádio comunitária...**

É.

**Você saberia definir o que é uma rádio comunitária?**

É tudo que rola na comunidade. Não é como uma Rádio Terra, que rola coisas do Goiás inteiro. Lá é mais focalizada na comunidade. Apesar de que rola algumas coisas do restante da cidade, mas o tem mesmo é mais coisas relacionada ao setor.

**Você tem alguma ideia de como é feita a produção da rádio?**

Se eu for falar alguma coisa, vou falar de outras rádios, porque dela não sei nada...

**Se eu pedisse para você definir o que, para você, é uma comunidade, o que você diria?**

Posso pegar na Internet?

**Não... Para você, como você definiria comunidade?** Comunidade vem de... pessoas que não são parentes e se tornam uma grande família... é comunidade.

**Você consegue perceber isso no setor como um todo, ou apenas com seus amigos?** No setor como um todo. Tanto na área do comércio, da amizade, da escola, com a vizinhança...

Todo mundo. Todo mundo fala comigo...

## **Cristiano**

**28 anos**

**Estudante de Arquitetura (curso trancado)**

**Pastor de jovens do Ministério da Vida**

**Reside no Jardim Olímpico há 27 anos**

**Qual a sua relação com o bairro?**

A juventude. Gosto muito de trabalhar com a juventude. Ajudá-los quando estão envolvidos em coisas erradas, como drogas, prostituição. Gosto muito de ser o suporte, um apoio para essa juventude.

**Você participa de alguma atividade fora a igreja?**

Temos alguns projetos, apesar de não estarem funcionando hoje 100%. Temos projetos sociais. A gente trabalho com esporte, dança, teatro. A gente gosta de envolver essa juventude nessa temática. A gente sabe que a cultura, a arte são excelentes álibis, uma excelente ferramenta para tirar esse juventude desses ambientes.

**Esse trabalho é dentro da igreja?**

Não, é fora. Esse a gente busca o apoio de colegas. Inclusive, tem um rapaz que trabalha comigo. Hoje, ele está do Colégio Municipal Jardim Olímpico II. Ele dá aula de karatê, e a gente estimula o esporte.

**Como surgiu a ideia de fazer esse trabalho com os jovens aqui?**

Em primeiro lugar, a compaixão pelas pessoas. A gente sabe das necessidades, as ferramentas que se tem que utilizar... Tanto dom, tanto talento para poder manifestar nessas pessoas. Então, se a gente tem o dom, o talento, as pessoas responsáveis, a gente pode fazer alguma coisa. Então, a gente vê bons projetos por aí. Projetos fora, fora do Brasil. Eu gosto muito de analisar esses projetos fora do Brasil, várias ONGs, Ocips. A gente faz parte de uma Ocip chamada Aliança Jovem Internacional. Os líderes são evangélicos, mas trabalham também fora da igreja. Eles trabalham em favelas, no Egito... E a gente pegou essa ideia e adaptou aqui para a nossa região. Nossa realidade própria.

**Antes desse projeto, você foi convidado para integrar algum projeto local, seja da associação de moradores ou outro qualquer?**

Olha, existe associação de bairro, mas não tem a força necessária para trazer alguma coisa de melhor para a região, não tem nada. Eu nunca recebi convite nenhum, não. A gente está

sempre ajudando. São os vereadores... a gente faz reunião com os vereadores. Leva nossa propostas para eles. Geralmente a gente faz assim. E também temos uma parceria como o Conselho Tutelar e graças a Deus ele tem aberto pra gente... E a Secretaria de Assistência Social, que também já sinalizou pra gente que quer apoiar o nosso projeto. Mas o pessoal aqui da região, a associação de bairro, não.

**Por que você acha que isso acontece?**

Talvez seja por nós mesmos, por não procurarmos. Porque não tem uma sede, nunca foi mostrado pra gente que existe isso aqui. Nem no Jardim Olímpico, nem no Santa Luzia, nem no Tocantins. Não existe. A gente conhece só o zum zum zum, de que existe alguém que se interessou, mas não tem força, não tem força, vamos dizer assim, política, né? Para poder liderar, fazer reuniões...

**Você acha que isso tem a ver com a falta de interesse das próprias pessoas em participar?**

Sim, talvez falta de compromisso, né? De responsabilidade. Achar que cada um tem responsabilidade na região. Se cada um fazer o seu papel, a região pode melhorar. Ainda tem muito que melhorar. Na área de violência... Na área de esporte... A região também precisa. Falta, assim, uma organização.

**Você acha que esse seria um caminho para a cidadania?**

Com certeza.

**Você que já trabalha com jovens, você acha que eles estão abertos a essas participações mais comunitárias?**

Totalmente. A gente percebe pelas redes sociais como o jovem se interessa. Domingo, por exemplo, alguns jovens da igreja foram com uma camiseta escrita "A juventude limpa, com o coração verde". Eram seis jovens com essas camisetas e todo mundo ficou apaixonado pela ideia de cuidar do lixo. Separar o lixo orgânico do reciclável. Plantar uma árvore e ter responsabilidade com a região. E no final do culto, as pessoas foram até eles e falaram: "Vocês têm que continuar com essa ideia". A gente percebe esse desejo.

**Para você que vive aqui há tanto tempo, você acha que essa união da comunidade na região aumentou ou vem diminuindo?**

Olha, diminuiu. Mas está totalmente relacionado ao mundo hoje, que está totalmente individualista. Talvez o clã que esteja mais unido seja o dos jovens, né? Mas também talvez por causa da Internet, a interatividade que acaba unindo essa galera. Mas eu percebo que cada um fecha no seu mundo, no seu trabalho... Depois volta para casa... Mas ainda assim vejo muitos trabalhos, mas aí é um ou outro que decidiu e acaba correndo atrás... Mas não pela coletividade, pela união de forças. E tem trazido melhorias.

**Como você define uma comunidade?**

É uma unidade comum. Um conglomerado de pessoas que tem um só pensamento. Um pensamento em comum. Em relação à localidade, à uma ideologia, a um convívio social.

**Você consegue ver esse seu conceito hoje aqui na região em que você mora?**

Não consigo. É necessário caminharmos mais ainda. Eu vejo assim, uma influência de cima para baixo. Tem um vereador, alguma coisa, e a comunidade se reúne. Não tendo essa interferência de cima para baixo, seja da prefeitura ou da Câmara de Vereadores, não existe. Hoje, o grupo social que mais se identifica aqui são as igrejas. Os católicos fazem uma programação e se reúnem. O evangélicos também, e se reúnem. É um grande número de pessoas. Mas tirando isso, não há não...

**Você já ouviu falar da Rádio Primavera?**

Já ouvi falar, sim.

**Já ouviu a programação?**

Não. Acredito que só ouvi uma vez o programa de um amigo nosso, que tinha um programa 10 horas da noite, e convidou a gente para ouvir e passou algumas canções que a gente tem do grupo de louvor. Então, foi só um dia que eu ouvi.

**Você saberia me definir o que é uma rádio comunitária?**

Olha, eu imagino, pela ideia, não sei se funciona ou não... Pela ideia, a população apoia, ajuda, interfere diretamente... Dá sua opinião, participa. São as ideias dessa população que acabam colocadas no ar. O interesse é exatamente o interesse público que é colocado no ar. Não é o interesse de um ou de outro. Mas da totalidade da população.

**Você, que tem um trabalho ativo junto à comunidade, conhece alguém que participa diretamente da programação da rádio?**

Não, não conheço.

**Cláudia**

**23 anos**

**Sexta série**

**Faxineira**

**Reside no Residencial Santa Luzia há 1 ano**

**Você participa de alguma atividade com a comunidade aqui no setor?**

Não. A gente anda, faz caminha com as colegas... Só isso mesmo. A gente junta a turma... Eu faço evangelização... pego o jornal, saio evangelizando na casa das pessoas.

**Você é de qual igreja?**

Da Universal.

**Então é uma atividade da igreja?**

É. Da igreja.

**Fora isso, tem alguma outra atividade no bairro?**

Não.

**Nesse um ano que você vive aqui no setor, você já foi convidada alguma vez a participar de alguma associação de moradores ou de alguma atividade que envolva a comunidade?**

Não. Não.

**Se você fosse convidada para participar de alguma atividade assim, você iria?**

Eu iria.

**Por quê?**

Porque tem alguma coisas que juntando a comunidade é bem melhor... Do que a gente ficar assim, tem hora, perdendo tempo em casa. Tem hora que a gente não tem nada para fazer... vai para os vizinhos. Então, tendo alguma coisa é bem melhor.

**Você acha que isso seria positivo para o bairro?**

Com certeza!

**O que você acha que o bairro ganharia se tivesse essa união maior?**

Nossa! Melhorava muito as coisas para as pessoas. Porque o tempo que a pessoa está perdendo em casa, teria alguma coisa para fazer. Isso seria bem melhor.

**E você acha que isso traria algum benefício também para o bairro?**

Com certeza! Fica mais movimentado. Fica algum exercício a mais para as pessoas. Porque as pessoas só ficam em casa. Não tem nada para fazer. Fica perdendo tempo. Então, se tivesse um benefício a mais, as pessoas iam curtir, se divertir. Sair, conhecer mais alguém. E assim

seria bem melhor.

**Como é sua relação no dia a dia com seus vizinhos?**

Ah, eu fico na minha casa, meus vizinhos na deles. A única pessoa assim que a gente beira mais é minha sogra e minha mãe. E minhas colegas. Eu tenho bastante colegas. Só que elas não moram aqui pertinho, como meus vizinhos. Moram mais longe um pouquinho. E quando a gente quer ir, a gente liga, junta a turminha aí, e sai andando por aí. Mas a maioria assim aqui do setor a gente conhece. Mas a gente não tem intimidade de ir na casa deles, eles virem na minha casa.

**Por quê?**

Porque a gente não tem muito tempo assim para ficar dando muita atenção e ficar indo na casa dos outros. Porque eu tenho muitas colegas, e aí tenho que ir nas outras primeiras. Aí, senão não dá.

**Você acha que isso é só falta de tempo ou por que hoje as pessoas estão mais reservadas?**

Acho que é porque hoje as pessoas estão mais reservadas. E junta a preguiça, que acaba com a pessoa, porque vai engordando... Porque se você tiver fazendo uma caminhada e ir num vizinho, em comparação, lá Chácara São Pedro pra lá, pra visitar uma amiga, você já está fazendo exercício. Ficar dentro de casa não compensa.

**Você já participou alguma vez de alguma reunião de associação de moradores ou não?**

Não.

**Uma das minhas entrevistadas falou que hoje não compensa ter amizade, porque as pessoas estão muito egoístas...**

Ah, compensa, sim! Tem muita gente, vizinho que não gosta de conversar com o próprio vizinho. Se a pessoa conversar comigo, eu converso. Se não der moral, também não dou. Mas compensa ter vizinho.

**Mas você acha que isso é medo ou é porque...**

Não, eu acho que é gente metida. É pobre e metido a besta. Entendeu? Esse tipo de gente acha que nunca vai precisar do vizinho. Eu não desfaço dos meus... Porque a gente não sabe o dia de amanhã. Às vezes um menino adocece e você pode precisar do vizinho. Então, pra que fechar a cara pros outros?

**Você acha que existe um certo individualismo?**

É isso.

**Para você, o que é uma comunidade?**

Nossa, essa é difícil. É ter união, essas coisas? É ter mais contato com as pessoas. Eu acho que é isso.

**Você acha que isso muda a vida das pessoas?**

Ah, com certeza! Eu acho que muda.

**Em que sentido?**

Assim, ter mais amizade. Tudo que precisa, procurar o próximo. Porque tem muita gente que passa a falta da coisas, assim. E não tem como ir num vizinho para saber se pode arrumar alguma coisa. Então, é muito ruim.

**Você acha que fica muito sozinho?**

Fica, fica muito sozinho.

**Assim, qual seria a importância da comunidade?**

A união.

**Você acha que hoje a sociedade está mais unida ou menos unida?**

Menos unida.

**Por quê?**

Porque antigamente as pessoas tinham mais respeito pelo próximo. Hoje, as pessoas não têm

mais respeito pelo outro. Tem muita desunião.

**E por que você acha que não tem união?**

Porque as pessoas são metidas. Muitas pessoas querem ter amizade com pessoas que não têm futuro. É o que a gente mais vê... pessoas que usam droga, esses trem... Tem uns que só quer dá moral para pessoas que têm dinheiro, classe A...

**Do seu tempo de criança para cá, você acha que mudou muito?**

Ave Maria! Demais. Deus me livre!

**Quais as principais diferenças que você vê?**

É que eu morava na fazenda. Então, na fazenda, tudo é diferente. Na fazenda, você não vê o que tem na cidade. A gente vê cada coisa aqui na cidade que a gente está arriscado a ganhar processo se entrar no meio. Coisas que é até direito da gente, de chamar a polícia, mas a gente acaba ganhando um processo... Então a gente não suporta isso. Eu mesmo moro aqui há um ano e não aguento as coisas que eu vejo. Se a gente vê alguma coisa e chamar a polícia, se a gente não filmou, e passou da hora, tá arriscada a gente ser processado.

**Você acha que a gente, então, cala até de medo?**

É, cala até de medo. Nossa, falar a verdade. Morando na cidade, a gente fica até besta. Porque é tanta coisa que acontece na cidade, que é de encabular.

**Você acha que essas coisas contribuem para as pessoas quererem ficar mais na delas?**

Acaba acontecendo isso porque é gente, como é que fala, tem muita gente malandro. Porque um tipo de coisas desse, tem gente que usa droga, deixa criança na rua, criança sem mãe... A mãe morre... Quando dá fê, vem o cara e pega a criança ... A gente acaba vendo, mas o que que a gente pode fazer? Linchar não pode. Matar, piorou... Então, deda ainda e se a gente não tiver um celular pra filmar, uma câmara, acaba a pessoa processando a gente. Então, eu acho que a gente deve ter mais união. Ter mais polícia no setor. Essas coisas... Porque muita coisa que a gente vê, a gente vê.

**Aqui no Santa Luzia tem uma Rádio que chama Rádio Primavera. Você conhece?**

Conheço. É muito boa, nossa! Inclusive a gente colocou o radinho lá no fundo da cozinha... Nossa Deus! É muito boa, muito boa...

**Você sabe o que é uma rádio comunitária?**

Como assim?

**Você nunca ouviu o termo rádio comunitária?**

Às vezes a gente até já ouviu falar, mas não lembra, assim como é...

**Uma rádio que a comunidade pode participar dela, pode fazer programas...**

Não, não.

**O que você faz para ficar sabendo o que acontece aqui no seu bairro?**

Pela boca dos vizinhos. (risos) Cada um sai falando. E aí o setor fica sabendo tudo o que aconteceu. É isso.

**Aqui no bairro tem uma festa junina. Você não participou, não? Não participa das festas...**

Não, não. Eu tenho muito medo de festa aqui. Eu sou de Mozarlândia, então, festa aqui, em setor assim... Gente, eu tenho um medo tão grande de acontecer alguma tragédia. Ave Maria! Então, eu prefiro ficar em casa com meus meninos.

**A violência acaba afastando...**

Acaba afastando...

**Você escuta muita coisa de violência aqui no setor?**

Deus me livre! Eu assisto jornal direto, no setor é bandido assaltando nos supermercados. Um homem pegou um assaltante aqui e ele amarrou e bateu nele com o próprio revólver dele. Ia matar ele. A gente acaba, sei lá, ficando com medo. Até pra estudar... Eu não gosto de andar

sozinha. Pro colégio, gosto de ir com uma amiga.

## **Graça**

**47 anos**

**Quarta série**

**Babá e vendedora autônoma**

**Reside no Jardim Olímpico há 13 anos**

**Por que você veio para essa região?**

Gosto daqui. Antigamente era um lugar calmo. Hoje, não tem lugar nenhum tranquilo mais, né?

**Você veio por que era um lugar calmo?**

Também porque é um lugar mais perto...

**O que mudou de lá para cá, já que você falou que era um lugar mais tranquilo?**

Mudou que a violência está cada dia mais. Cada dia mais é uma violência doida, que você não tem paz, não tem sossego. Você fica dentro de casa, você fica o tempo inteiro com medo de entrar uma pessoa ... Esses bandidos do jeito que tá... O mundo hoje está um caso sério, né?

**Como é o seu dia a dia aqui no bairro?**

Comum, né? No dia a dia a gente trabalha, arruma a casa, cuida das crianças, cuida de casa. Como sempre, uma rotina. A rotina de sempre.

**Tem alguma relação mais próxima com seus vizinhos, faz alguma atividade com eles?**

Não, sou assim mais no meu canto. Vizinho é assim, tudo bom... Mas o melhor é a gente ficar na da gente... [risos]

**Por que essa opção?**

Toda vida eu sou mais assim. Mais na minha.

**Você apontou o problema da violência. É uma das causas de você...**

Com certeza.

**Já foi convidada para participar de alguma atividade aqui no setor?**

Não, não.

**Conhece alguma associação de moradores aqui do setor? Já foi convidada para participar...**

Não.

**Nunca? Nesses treze anos...**

Nunca. Não.

**Se fosse convidada, participaria?**

Depende né, depende do tempo da gente. Porque trabalho aqui de cuidá de criança, né? Até viria.

**Você falou sobre o problema da violência. Para você, de quem é a responsabilidade sobre essas questões, como saúde...**

Acho que é mais é o governador... Sei lá, o que cuida do nosso setor... Eu esqueci ele nesse momento... Acho que precisa muito das autoridades nos ajudar, né?

**Para você, qual deve ser a responsabilidade dos moradores sobre o setor em que eles próprios vivem?**

Creio que seria unir e buscar mais, né?



**E por que isso não acontece?**

[risos] Acho que está faltando reuni, né? Eu imagino que se reunisse, de repente poderia acontecer alguma coisa... Mas o pior é que ninguém toma providência de se unir. [risos]

**Você frequenta algum lugar aqui no setor?**

Eu frequento a Assembleia. De vez em quando que eu vou... [risos]

**Qual a importância para você desse espaço, a igreja?**

Acho que a gente tem que buscar Deus, né? Em primeiro lugar, a coisa mais importante da vida da gente é Deus. Eu creio. O dever da gente seria ir todos os dias. Buscar Deus todos os dias. Mas no próprio dia a dia surge muitos problemas... e a gente acaba que não tem como estar todos os dias na igreja. Mas eu creio que o privilégio da gente seria, porque no mundo de hoje, só Deus mesmo, né?

**Você tem conhecimento sobre a existência de alguma rádio comunitária aqui no setor?**

Rádio comunitária? Como assim?

**Conhece ou não?**

A rádio que eu conheço é mais é a Terra. É a rádio assim que eu tem mais costume de escutar.

**Como você fica sabendo sobre as questões do bairro, como a violência, que você citou?**

Pela televisão. A televisão é um meio muito fácil de comunicação, o rádio, né? A gente fica sempre sabendo as notícias pelo rádio, pela televisão. Eu quase não sou de muito sair...

**Você usa mais o rádio ou a tevê?**

Os dois.

**Vou lhe fazer uma pergunta e se não souber não tem problema. Como você define uma comunidade?**

Comunidade? Comunidade seria um monte de gente reunida, né? Eu creio.

**Você acha que o Jardim Olímpico é uma comunidade?**

Eu creio que sim, não? É eu acho que sim.

**Elisa****46 anos****Serviços gerais na Escola Santa Luzia****Reside na Vila Santa Luzia há 23 anos****O que a motivou a vir morar aqui no Santa Luzia?**

Meu sogro tinha dois lotes aqui. A gente morava lá no Jardim da Luz. Morava de aluguel. Aí ele falou: “Tem um lote lá, fica com o lote, vai construir e morar lá”. Porque pagar aluguel não é bom, né? E assim nós fizemos.

**O setor mudou muito daquele período para cá? Se sim, o que você acha que mudou mais?**

Bastante. A minha rua, por exemplo, não tinha nem asfalto, apesar que na época demorou asfaltar e precisa urgente, por causa da firma de transformador. Porque era muito buraco, muita lama... Difícil de carregar os caminhões... Aí a gente ganhou a terraplanagem, que é a rua X-27, né? A aí associamos os vizinhos de um lado e outro e a gente pagou o asfalto e ganhamos a terraplanagem. Então, mudou muito.

**A relação com os vizinhos, você acha que mudou nesses 23 anos?**

Ah, mudou muito. Os lotes vagos não tem tanto. Os predinhos não tinha. Farmácias, padaria... Nossa, mudou muito.

**Como é o seu dia a dia aqui no setor? Quais atividade que você realiza aqui?**

Trabalho no colégio aqui meio período. O resto meio período eu fico em casa. Trabalho em casa.

**Você realiza alguma atividade com os moradores daqui do bairro?**

Não.

**Já participou de algum evento promovido pelos moradores, manifestação em prol do bairro?**

A gente fez, né? Para poder asfaltar a rua, porque como te falei, quando eu mudei para cá não tinha asfalto nas ruas nenhuma. A gente fez para asfaltar o resto das ruas, porque tinha muito buraco, poeira.

**Mas foi a única vez?**

Foi. Que eu me lembro, sim.

**Você já participou de alguma associação de moradores?**

Não.

**Já foi convidada alguma vez para participar?**

Não.

**Acha importante uma associação de moradores?**

Acho. Acho importante, sim.

**Na minha pesquisa, a maioria das respostas foi exatamente o que você falou, ou seja, de que nunca participaram nem foram convidadas. Por que você acha que o bairro não tem assim uma associação de moradores?**

A única coisa que as pessoas reclamam demais aqui é que não tem uma pista para fazer caminhada. É uma coisa que todo mundo precisa de fazer, e não tem. Eu, por exemplo, vou muito para a Vila Brasília. Pego o carro e vou pra lá fazer naquela pista de fazer caminhada. Ou então no Bela Vista, lá que tem. Aqui precisa urgente. Porque a gente precisa fazer caminhada na rua, descendo calçada, caindo... Na rua é perigoso, as calçadas é muito ruim. Precisava muito de melhorar isso.

**Se os moradores comessem a fazer uma associação e promover manifestações, para fazer reivindicações... Você participaria?**

Sim, participaria.

**Esse tipo de problema, como a falta de uma pista de caminhada, ou questões de saúde, violência, para você, quem é o responsável por resolvê-los?**

Eu acho que é vereador, eu não sei. Eu penso né?

**Como é a sua relação com os seus vizinhos?**

Eu não tenho o que reclamar, não. Eu gosto muito, apesar de que está tendo muito pessoal mexendo do tráfico de menor, né? E nunca pode ser resolvido, porque normalmente é de menor... Se fala para a polícia, ela vai ali dá um baculejo e toma e tal, manda ele pra casa, e no outro dia ele continua no mesmo. No fundo da minha casa mesmo, tem um três moradores, que tudo mexe com isso. Vende droga, trafica...

**Você acha que isso acaba afastando as pessoas...**

As pessoas têm medo de sair à noite. Na verdade, na viela, que é o meu fundo lá, eu não tenho coragem... Já foi muita gente assaltada ali por esses traficantezinhos, dos moleques. Os professores, quando estão saindo aqui do colégio, dez horas, dez e meia... São muitos os que já foram assaltados por esses moleques. Então, eu acho que tinha que melhorar por esse lado. As pessoas, as polícias, sei lá quem, tinham que pegar mais firme.

**Então, sua relação está mais para o “oi, tudo bem?”?**

É verdade. [risos]

**Se eu lhe perguntar o que é uma comunidade, você teria uma definição?**

Não, não.

**Você participa de alguma igreja...**

Da Igreja Comunidade Cristã.

**No setor, sua relação maior é com a igreja?**

É, com a igreja.

**Você desenvolve alguma atividade lá?**

Acho bom estar lá, né? É a maneira que eu achei melhor de buscar Deus foi lá. Cada um tem uma maneira de buscar Deus. Deus é um só, é claro. Mas cada um tem uma maneira. E eu encontrei a minha lá.

**Qual a importância da igreja para você?**

A gente aprende muita coisa, né? Como a importância de conviver melhor com as pessoas, entrar em diálogo. Às vezes você quer conversar com alguém, tira opinião, né? Então, às vezes você conversa ali com o pastor, que você confia mais. Pessoas assim, que têm mais sabedoria, né? Elas dão muito conselho bom para a gente. Eu achei bom. Minha vida mudou muito depois que eu comecei a frequentar a igreja.

**Para você, qual a responsabilidade de cada morador, em relação à sua própria comunidade, seu próprio bairro?** [a pergunta teve de ser explicada algumas vezes]

Sei lá, zelar de suas portas, por exemplo. Das suas calçadas, né!?!? Fazer, não deixar bagunçar, quebrar... Eu acho que ajuda muito, né?

**Qual o meio de comunicação que você mais usa para ficar informada?**

Eu assisto muito o jornal. Tevê, eu gosto de assistir.

**Os problemas de violência que você citou, como você fica sabendo deles?**

Através dos vizinhos, da gente vê mesmo, né? É tão visível que não tem como esconder.

**Você sabe se existe rádio comunitária aqui no setor?**

Não.

**Aparecida**

**47 anos,**

**Quarto ano fundamental**

**Doméstica**

**Reside no Setor Santa Luzia há um ano**

**Como tem sido sua relação com o setor, os vizinhos?**

Boa, eu gosto daqui.

**Tem algum contato com os vizinhos?**

Tenho. Aqui mesmo só é um vizinho aqui da casa. E a vizinha tá trabalhando e a gente fica aqui...

**E com os outros moradores?**

Não tem dúvida não, são bons vizinhos.

**Nesse tempo, você já foi convidada para participar de alguma atividade aqui no bairro?**

Já, já. Ali na igreja, aqui mesmo no setor.

**Já foi convidada para participar de alguma associação de moradores ou já ouviu falar de alguma aqui no setor?**

Não, não.

**Qual o meio de comunicação que você mais usa para ficar informada?**

É a televisão, rádio. É a televisão...

**Se eu perguntar para você o que é uma comunidade, o que é para você uma comunidade?**

Humm, não deu para eu entender. Ela [outra pessoa presente] pode responder?

**Não, tem de ser você... Você considera o setor aqui no qual você mora uma comunidade?**

Uma comunidade. Eu acho, né? No meu ponto de vista.

**Por que que é uma comunidade para você?**

Por causa da convivência com as pessoas.

**Você já ouviu falar de alguma rádio comunitária aqui no bairro?**

Não. Eu fico mais é aqui em casa.

**Débora**

**17 anos**

**Terceiro ano do ensino médio**

**Estudante**

**Reside no Setor Santa Luzia há um ano e quatro meses**

**Como você define sua relação com os moradores do setor?**

É uma boa relação. Converso com todo mundo.

**Como você define uma boa relação?**

Sem briga, sem confusão. Amigos!

**Faz alguma atividade com os moradores do setor?**

Só com a galera da igreja.

**Você comentou comigo que conhece a rádio comunitária aqui do bairro. Como foi que você ficou sabendo da sua existência?**

Eu conheci na igreja. Porque tem uns colegas meus do grupo de jovens que organizam o programa. Aí eu ouvi e gostei.

**Você então chegou a ouvir o programa?**

Já.

**E o que você achou?**

É interessante. É muito bom.

**Se eu lhe perguntar sobre a segurança do bairro, a questão da saúde, para você, de quem é a responsabilidade para cuidar dessas questões no bairro?**

No bairro?

**Sim, no bairro.**

No Estado eu diria que é o governador. Agora, no bairro, sei lá... Algum vereador.

**Para você, qual é a responsabilidade de cada morador com o bairro em que ele mora?**

Responsabilidade? Preservar?

**Já participou de alguma associação de moradores aqui?**

Não.

**Já foi convidada?**

Não.

**Nem de nenhum evento que tenha sido promovido em prol do próprio bairro?**

Não.

**Se fosse convidada, participaria?**

Com certeza.

**Por quê?**

Porque eu gosto desses movimentos.

**Qual o meio de informação que você mais utiliza para se informar?**

A Internet.